

ADRIANA APARECIDA MARQUES

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

**CONCEPÇÕES DE DEFESA NACIONAL NO BRASIL: 1950-  
1996**

200207388

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Departamento de Ciência Política  
do Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Estadual  
de Campinas sob a orientação do  
Prof. Dr. Eliézer Rizzo de Oliveira.

Este exemplar corresponde à  
redação final da dissertação  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em  
11/12/2001.

BANCA

Prof. Dr. Eliézer Rizzo de Oliveira (orientador)

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (membro)

Prof. Dr. Valeriano Costa (membro)

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto (suplente)

Dezembro/2001

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	M348c
V.	47809
PROG.	837103
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREC.	R\$ 11,00
DATA	14-02-02
N.º CPD	

2

CM0016293B-5

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

M348c Marques, Adriana Aparecida  
Concepções de defesa nacional no Brasil : 1950-1996 /  
Adriana Aparecida Marques. - - Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Eliézer Rizzo de Oliveira.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Governo militar. 2. Relações entre civis e militares - Brasil .  
3. Estratégia nacional. 4. Brasil - Forças armadas. 5. Brasil -  
Defesa. 6. Brasil - Relações militares. 7. Brasil - Política militar.  
8. Brasil - Política e governo. I. Oliveira, Eliézer Rizzo de, 1947 -.  
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas. III. Título.

## **Resumo**

Esta dissertação objetiva estudar as concepções de Defesa Nacional no Brasil, de 1950 a 1996. No primeiro capítulo deste trabalho são analisados os fundamentos do pensamento estratégico-militar brasileiro, no segundo discute-se a influência da Doutrina de Segurança Nacional na construção das concepções estratégicas brasileiras durante o período da guerra fria. E no terceiro analisa-se o processo de reformulação das concepções estratégicas na primeira metade da década de 90, em razão das mudanças estruturais no contexto político internacional e nacional. O trabalho enfatiza que as concepções estratégicas foram, durante o período estudado, formuladas autonomamente pelos Estados-Maiores de cada uma das Forças Armadas, sem que houvesse coordenação entre elas e com os setores responsáveis pela formulação da política externa brasileira, e que essas concepções eram e são fruto da visão que os militares construíram ao longo da história política brasileira a respeito de qual deve ser seu papel na organização e preparação da Defesa Nacional.

## **Abstract**

This dissertation means to study National Defence conceptions in Brazil from 1950 to 1996. In the first chapter the basis of Brazilian strategic thought is analysed. The second chapter focuses the influence of National Security Doctrine in the elaboration of Brazilian strategic conceptions during the cold war. Finally, in the third chapter the reformulation of Brazilian strategic conceptions during the nineties is related with new challenges brought by the contexts of Globalisation and Post-Cold War international politics and economics. The work stresses the fact that the Staff elaborated Brazilian strategic conceptions during the period of this study with autonomy but almost no coordination between the Armed Forces themselves and the diplomatic staff. This dissertation stresses as well the fact that Brazilian strategic conceptions were and are implemented during the Brazilian political history from the point of view of the Armed Forces about their role in the preparation and organization of National Defence.

**Aos meus irmãos Maurício e André  
e a João Paulo dedico este trabalho.**

## SUMÁRIO

Apresentação e agradecimentos.....	07
<b>Capítulo I</b>	
<b>As bases do pensamento estratégico-militar brasileiro</b>	
1 - Os militares e a Defesa Nacional no Império.....	13
2 - Os militares e a Defesa Nacional na Primeira República.....	21
2.1 - As influências estrangeiras na organização da Defesa Nacional.....	23
3 - Os militares e a Defesa Nacional durante o primeiro governo Vargas (1930-1945).....	33
3.1- Os fundamentos geopolíticos da Defesa Nacional.....	36
<b>Capítulo II</b>	
<b>Da Defesa Nacional à Doutrina de Segurança Nacional: as concepções estratégicas brasileiras durante a Guerra Fria</b>	
1 - A criação da Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional.....	41
2 - A geopolítica de Golbery do Couto e Silva.....	45
3 - A Defesa Nacional durante a ditadura militar.....	47
3.1- Exército, Marinha e Aeronáutica: prioridades estratégicas diferentes e concorrentes.....	52
3.2 - O discurso do “Brasil Grande Potência”.....	63
3.3 - Afinidade ideológica e rivalidade estratégica nas relações Brasil-Argentina.....	68
4 - O fim da ditadura militar no Brasil.....	72
<b>Capítulo III</b>	
<b>Em busca de uma nova identidade: as Forças Armadas na Nova República</b>	
<b>As relações civis-militares no governo Sarney</b>	
1- As relações civis-militares no governo Sarney.....	81
1.1 - A preservação da autonomia militar na Constituição de 1988.....	82
2 - As relações Brasil-Argentina na Nova República: a construção da cooperação bilateral.....	94
3 - Enfrentamento da tutela militar e ampliação da atuação interna: As Forças Armadas nos governos de Fernando Collor e Itamar Franco.....	100
3.1- A crise de identidade militar e a reformulação das concepções estratégicas brasileiras.....	107
3.2 - As “questões militares” na Revisão Constitucional.....	112
4 - A reforma militar argentina e o conceito de segurança não provocativa.....	125
Considerações finais.....	137
Bibliografia e fontes.....	139

## Introdução

### **Apresentação e agradecimentos**

Em janeiro de 1991 as tropas do presidente do Iraque, Saddam Russeim, invadiram o reino do Kuwait. Horas depois, os Estados Unidos, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Organização das Nações Unidas (ONU) manifestaram o repúdio ante a atitude do governo iraquiano, considerada como uma agressão ao país vizinho. Como as tropas de Russeim não se retiraram, e o governante iraquiano se recusou de imediato a negociar uma saída pacífica para o conflito, foi aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU uma intervenção militar chamada *Tempestade do deserto*.

Esta foi a primeira ação militar de grande porte liderada pelos Estados Unidos que contou com a aprovação do Conselho de Segurança da ONU após o final da guerra fria, o que levou alguns analistas a declarar que este conflito era sinal de que o mundo estava entrando numa nova ordem mundial. Outros, mais afoitos, afirmaram que estávamos diante do fim da história.<sup>1</sup>

Ora, se a Guerra do Golfo marca o início de uma nova ordem mundial, qual o lugar do Brasil nessa nova ordem? Os Estados Unidos procuraram deixar bem claro durante aquele conflito qual o seu papel: única super-potência militar, potência econômica, líder incontestado dessa nova ordem. Nossos vizinhos argentinos, então sob a presidência de Carlos Menem, também deram seu recado. Ao enviar navios para participar do conflito os argentinos estavam colocando em prática as novas diretrizes de sua política externa, qual seja: o alinhamento automático com os Estados Unidos em questões de segurança.

---

<sup>1</sup> Esta é a polêmica tese de Francis Fukuyama em: *O fim da história e o último homem*, Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

No Brasil, estávamos sob a presidência de Fernando Collor, primeiro presidente civil eleito pelo voto popular após 21 anos de ditadura. O governo condenou a ação do Iraque e foi favorável à decisão do Conselho de Segurança da ONU de aplicar sanções econômicas ao país. Contudo, o governo Collor mostrou-se mais reticente quanto às ações militares contra o governo iraquiano.<sup>2</sup>

Enquanto isso, o conflito no golfo pérsico era visto com preocupação pelos militares brasileiros, pois tratava-se da primeira guerra travada após a queda do muro de Berlim, marcando a substituição do conflito leste-oeste pelas tensões norte-sul. Levando-se em conta que um dos temas considerados pelas potências ocidentais como fomentador dessas tensões é a questão da devastação ambiental, isso colocaria o Brasil numa posição vulnerável, tendo em vista as críticas recebidas pelo governo brasileiro na época, em razão da degradação ambiental na Amazônia.

Na nova conjuntura internacional e nacional pela primeira vez as percepções de ameaça viriam das fronteiras norte do país, sendo a Amazônia sua maior expressão. As ameaças à Amazônia poderiam vir de países desenvolvidos que estariam propondo sua internacionalização em função de preocupações ecológicas e com o extermínio de populações indígenas. Havia também o medo que a demarcação das terras indígenas criasse enclaves étnicos que “justificassem” a intervenção estrangeira.<sup>3</sup>

Além disso, as instabilidades políticas nos países fronteiriços, como as contendas entre Peru e Equador, o aumento dos problemas com narcotráfico, a presença de guerrilhas e a suposta associação dos dois setores nos países da fronteira norte, assim como a possibilidade da atuação desse grupos no território brasileiro, passaram a chamar a atenção das Forças Armadas brasileiras.

Somavam-se a esta nova realidade internacional, uma realidade nacional bastante diferente da que havia orientado a formulação das concepções estratégicas brasileiras por

---

<sup>2</sup> Mônica Hirst, *História da Diplomacia Brasileira*, [www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portug/h\\_diplom/pe011.htm](http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portug/h_diplom/pe011.htm).

<sup>3</sup> Armando Amorim Ferreira Vidigal, “Reflexões adicionais sobre ‘Uma nova concepção estratégica para o Brasil - um debate necessário’”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, vol. 110, números 7/9, jul/set., 1990.

mais de 20 anos, já que o arrefecimento da rivalidade platina e o fim da guerra fria impuseram mudanças fundamentais nas percepções de ameaça a partir das quais deveria-se organizar a Defesa Nacional. Desde o Império as percepções de insegurança do Estado brasileiro sempre estiveram relacionadas com as fronteiras do sul-sudeste, fossem hipotéticas de guerra com países platinos ou a possibilidade de revoltas populares nos grandes centros urbanos.

Contudo, o processo de revisão dessas concepções estratégicas, caso tivesse sido implementado com profundidade, implicaria – parafraseando Oliveiros Ferreira – derrubar a floresta que foi plantada para esconder a folha.<sup>4</sup> A folha que seria descoberta neste processo de revisão seria a autonomia com que as concepções estratégicas brasileiras haviam sido construídas ao longo da história do país.

Esta dissertação de mestrado tem como principal objetivo analisar como se deu a construção das concepções estratégicas brasileiras da década de 50 a década de 90, tendo como principais referenciais temporais a criação da Escola Superior de Guerra em 1950 e a promulgação da Política de Defesa Nacional em 1996. O idéia inicial que orientou a elaboração desse trabalho era fazer um estudo comparativo entre as concepções de Defesa Nacional vigentes no Brasil e na Argentina durante a década de 90. Entretanto, a possibilidade de estudar mais detidamente o caso brasileiro num espaço maior de tempo pareceu-me mais instigante, principalmente porque me permitiu explorar as diferentes visões que tinham cada uma das três Forças Armadas a respeito da Defesa Nacional neste período. O estudo do caso argentino não foi de todo abandonado, e nem poderia, uma vez que tanto as rivalidades estratégicas entre os dois países quanto seu arrefecimento são fundamentais para a formulação das concepções estratégicas brasileiras.

Também gostaria de acrescentar que esta dissertação visa contribuir para a discussão sobre as relações civis-militares, mas não é um trabalho sobre relações civis-militares. Curiosamente, por tratar-se de um trabalho sobre Defesa Nacional, ele trata pouco da política externa, e isso deve-se à falta de coordenação entre a *política externa* brasileira e a *política de defesa nacional* no período abarcado por este estudo.

---

<sup>4</sup> Oliveiros S.Ferreira, *Forças Armadas, para quê?*, São Paulo: GRD, 1988, pp. 32-33.

Representativo desta situação é o fato de que a primeira vez em que os diplomatas e os militares sentaram numa mesa para produzir um documento político sobre Defesa Nacional foi no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998), quando os militares já haviam voltado aos quartéis há dez anos e o povo já havia eleito o segundo presidente por voto direto.

No primeiro capítulo desta dissertação serão analisados os fundamentos do pensamento estratégico-militar brasileiro. No segundo capítulo discutiu-se a influência da Doutrina de Segurança Nacional na construção das concepções estratégicas brasileiras durante o período da guerra fria. No terceiro e último capítulo, foi analisado o processo de reformulação dessas concepções estratégicas em razão das mudanças estruturais no contexto político internacional e nacional.

Para a elaboração deste trabalho foram utilizadas além da bibliografia acadêmica especializada no assunto, documentos e revistas militares, monografias produzidas por oficiais das Forças Armadas e por alunos da Escola Superior de Guerra, documentos do governo, do Congresso e da diplomacia brasileira e jornais de circulação nacional. Também foram de extrema valia as entrevistas por mim e por outros pesquisadores, realizadas com acadêmicos, políticos e militares do Brasil e da Argentina. Estas entrevistas foram realizadas com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que financiou o projeto de pesquisa *Forças Armadas e Democracia: o papel do Legislativo*, desenvolvido no Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) de 1997 a 1999, e coordenado pelo Prof. Dr. Eliézer Rizzo de Oliveira. Ao referido projeto de pesquisa, do qual participei, devo as reflexões a respeito da importância da atuação das assessorias parlamentares militares no Congresso Nacional durante a década de 90.

As entrevistas realizadas em Brasília também contaram com apoio financeiro do Programa de Mestrado em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Aproveitando a oportunidade, agradeço o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que me concedeu uma bolsa de mestrado de fevereiro de 1998 a novembro de 1999.

Gostaria também de agradecer a outras pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração deste trabalho. Da Argentina, agradeço a Rut Diamint coordenadora do Programa Cone Sul da Universidade Torcuato di Tella, a Ernesto López e Marcelo Sain, da Universidade de Quilmes, e a Gonzalo Berrón, do Departamento de Relações internacionais e Institucionais da FREPASO. Dos Estados Unidos, agradeço a Margaret Daly Hayes, coordenadora do Center for Hemispheric Defense Studies. Do Partido dos Trabalhadores, agradeço a Ana Maria Stuart, Marco Aurélio Garcia, e ao “Paco”.

Meu muito obrigada às bibliotecárias da Escola Superior de Guerra, Maria Simone de Oliveira Rosa e Silvana Batista Piauilino Cordova; à tenente Neise Mara da Silva Cardozo e a Ana Lúcia Ramalho, da Biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; à comandante Josiane Marques de Moura Magalhães e aos funcionários Cremilda, Sônia, Ana e Natanael, da Biblioteca da Escola de Guerra Naval.

Ao general de brigada Rubem Augusto Taveira agradeço o material sobre a criação do Ministério da Defesa, e ao capitão de mar-e-guerra Salvador Ghelfi Raza os valiosos comentários sobre as concepções estratégicas da Marinha.

Do Núcleo de Estudos Estratégicos gostaria de agradecer à equipe administrativa: Edna Sílvia Kossoski, Jadison Freitas e Wagner Duduch, aos pesquisadores Paulo César Manduca, Eduardo Mei, Geraldo Cavagnari, e aos pesquisadores associados Samuel Alves Soares, Alexandre Fuccille, Cláudio Silveira e Paulo Kuhlmann.

Agradeço enormemente à leitura atenta da Profa. Dra. Suzeley Mathias Kalil, que participou da minha qualificação, e também as sugestões do Prof. Dr. Valeriano Costa e do Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto.

Finalizando, agradeço aos meus pais, Cida Corazza e Laurindo Marques, à minha avó Anatólia Pavani Corazza, e aos meus irmãos André Ricardo e Mauricio José Marques que esperavam ansiosamente o final deste trabalho, e a João Paulo Rodrigues e sua família por todo apoio recebido. João Paulo revisou mais de uma versão desta dissertação, sem seu apoio e sua compreensão tudo teria sido mais difícil.

Ao meu orientador Eliézer Rizzo de Oliveira desejaria agradecer todo apoio que me foi dado ao longo de todos esses anos de trabalho, desde a graduação. E, aproveitando

a ocasião, gostaria de contar uma história. Eu lembro nitidamente a primeira vez em que ouvi a pergunta: “Forças Armadas para quê?” Era um dia de sol, eu havia entrado há umas duas semanas na universidade e estava assistindo a uma aula sobre as relações entre o Poder e a Força no curso de introdução à Ciência Política, muito a contra gosto, devo confessar, porque me interessavam naquele momento por temas bem mais amenos que as agruras do poder. É bom lembrar desse dia quase uma década depois porque, naquela época, essa pergunta: “Forças Armadas para quê?” não fazia o menor sentido para mim, e hoje ela faz todo sentido do mundo, e vale a dedicação de todos estes últimos anos e de anos ainda por vir.

## Capítulo I

### **As bases do pensamento estratégico-militar brasileiro**

O objetivo deste capítulo é mostrar como o pensamento estratégico - desenvolvido com um grau crescente de autonomia pelos militares - foi elaborado historicamente a partir da apropriação seletiva de elementos do positivismo comtiano, da influência das missões militares estrangeiras e das teorias geopolíticas disponíveis na passagem do século XIX para o século XX. Episódios políticos como a Revolta da Armada (1893) e o movimento tenentista também contribuíram decisivamente para esse processo de autonomização, ao colocar os fardados diante de fatos inusitados aos quais eles precisavam oferecer interpretação no plano teórico e político. Além disso, a crescente dependência dos grupos dirigentes em relação aos militares, com o objetivo de se manterem no poder, levou, desde o início da República, a uma constante acomodação de interesses entre ambos os setores favorecendo a construção da autonomia política das Forças Armadas.

#### **1- Os militares e a Defesa Nacional no Império.**

O processo de independência do Brasil foi essencialmente conservador, tanto na sua dimensão política como na territorial. O projeto político de Independência do Brasil foi iniciado e conduzido por uma aliança entre senhores de engenho, traficantes de escravos, burocratas, estadistas, letrados, padres e oficiais militares insatisfeitos com as relações políticas e econômicas entre Brasil e Portugal. Contudo, havia o temor de que o rompimento com Portugal desencadeasse um processo de fragmentação política semelhante ao que ocorreu na América espanhola. Assim sendo, a manutenção da monarquia lhes pareceu o meio mais adequado para proteger os interesses dos grandes proprietários e traficantes de escravos, e impedir um rompimento político entre as oligarquias regionais, além de ser mais compatível com a visão hegemônica entre os grupos que apoiaram o

processo de independência, segundo a qual o Estado era o principal agente das reformas necessárias, tanto no plano político quanto no econômico.<sup>1</sup>

As atividades desempenhadas pelas Forças Armadas nacionais no período imperial também pouco diferem das que eram atribuídas pelos portugueses às Forças Militares coloniais. A idéia de organizar a Defesa e a expansão territorial através do “povoamento” branco e mestiço, e do extermínio e escravização da população indígena foi incorporada pelos novos governantes<sup>2</sup>, assim como a visão de que as Forças Armadas deveriam ser empregadas para controlar a população local tal qual uma Força de ocupação, ou força policial em termos modernos.

Também foram incorporadas as diretrizes da política externa para a Bacia do Prata. A política sul-americana do Império organizava-se em torno das bacias hidrográficas platina e amazônica. Na área platina, a foz oceânica era controlada pelos argentinos e as faixas fronteiriças eram densamente povoadas; na área amazônica, a foz oceânica estava sob controle nacional e as faixas fronteiriças eram povoadas apenas pelos nativos. Essas condições desiguais condicionaram a prioridade para a área platina, da qual emanavam as percepções de insegurança e a tradição de rivalidade da época colonial.<sup>3</sup>

É possível afirmar que o processo de autonomização política do Exército, assim como o fortalecimento do espírito de corpo da instituição iniciou-se nas últimas décadas do Segundo Império, mais precisamente durante a Guerra do Paraguai.

Caxias, embora sendo conservador, foi escolhido e nomeado pelo gabinete liberal de Zacarias por ser considerado o único estrategista militar do Império capaz de vencer definitivamente o Exército de López. Mas os desentendimentos entre o ministro e o marechal, que preferia os conservadores na condução política da guerra e chegou a ameaçar

---

<sup>1</sup> Emília Viotti da Costa, *Da monarquia à República: momentos decisivos*, São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977; M. B. Nizza da Silva, “O Império luso-brasileiro (1750-1822)” in M. B. Nizza da Silva (org.), *Nova história da expansão portuguesa*, Lisboa: Estampa, 1986; José Murilo de Carvalho, *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Vértice, 1988; e Raymundo Faoro, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, volumes 1 e 2, São Paulo: Globo, 1996, entre outros.

<sup>2</sup> Sobre a utilização militar das bandeiras pelos portugueses e brasileiros ver: Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969, p. 29.

<sup>3</sup> Nelson Werneck Sodré, *Formação Histórica do Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976; Demétrio Magnoli, *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p.136.

o abandono de seu posto de comandante-em-chefe no Paraguai, levaram à queda de Zacarias, o que fortaleceu a posição do patrono do Exército. Porém, após a tomada de Assunção, Caxias pediu para voltar ao Brasil alegando problemas de saúde e passou o comando das forças brasileiras ao Conde d'Eu. Seu afastamento dos campos de batalha, até hoje alimenta várias interpretações.

Tasso Fragoso, general do Exército brasileiro, assume a versão oficial de seu patrono para explicar o episódio.<sup>4</sup> Já o historiador Pandiá Calógeras, aponta o ressentimento de Caxias contra os liberais como mote principal. Wilma Peres Costa, por sua vez, oferece um interpretação mais matizada do episódio afirmando que além da saúde abalada e do ressentimento não superado pelas críticas dos políticos liberais:

“(…) sair depois da tomada de Assunção talvez significasse, para o general, sair em um momento em que podia apresentar uma folha de serviços recheada de vitórias, e que não quisesse maculá-la com o tipo de tarefa que a guerra passava a exigir – a caçada de López pelo interior inóspito.

É possível também que ao militar profissional que adquirira parte do seu carisma como magnânimo e conciliador com os vencidos, repugnasse a tarefa de perseguir um homem cercado por um punhado de seguidores fanáticos e famintos através de sertões de um país devastado.”<sup>5</sup>

Além disso, autores como Sérgio Buarque de Holanda e John Schulz<sup>6</sup> afirmam que Caxias estabeleceu como objetivo da guerra a tomada de Assunção e a destruição da Força militar paraguaia. Alcançados estes objetivos, deu a guerra como vencida. São fortes os indícios que sustentam esta interpretação já que na ordem do dia em que se despedia de seus subordinados o marechal chegou a declarar:

---

<sup>4</sup> Augusto Tasso Fragoso, *História da Guerra entre a Triplice Aliança e o Paraguai*, volume IV, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957, p.152.

<sup>5</sup> Wilma Peres Costa, *A Espada de Dâmocles – O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*, São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1996, p.258-259.

<sup>6</sup> John Schulz, “O Exército e o Império”, in *História Geral da civilização brasileira*, Tomo II, O Brasil Monárquico, Declínio e Queda do Império, 2ª edição, 4º volume, Rio de Janeiro: Difel, 1974, p.249. Sérgio Buarque de Holanda, “A Fronda Pretoriana”, in *História Geral da civilização brasileira*, Tomo II: O Brasil Monárquico, Do Império a República, 2ª edição, 5º volume, Rio de Janeiro: Difel, 1977, p.323.

“ A guerra chegou ao seu termo e o exército e a esquadra brasileiros podem ufanar-se de haver combatido pela mais justa e santa de todas as causas”<sup>7</sup>

No entanto, ao Império não bastava a vitória militar, era necessário capturar López e dar uma demonstração de força às repúblicas vizinhas. Mesmo que para alcançar esse objetivo fosse preciso exterminar o povo paraguaio:

“Nenhuma autoridade brasileira, diplomática, do exército ou da armada, pode tratar com o presidente López, com autoridade ou pessoa paraguaia ou não, que fale em seu nome, ou no seu interesse; nem mesmo como governo provisório ou permanente que em substituição do seu se constitua na República enquanto no território desta se achar ele de qualquer modo que seja (...)

A rejeição dessas propostas será um meio de fazer-se prontamente efetiva a expulsão de López do território paraguaio.

A sua presença aí é tão incompatível com a segurança e dignidade do Brasil como é a sua conservação no poder (...) López há de ser expulso do Paraguai como Rosas o foi da República Argentina.”<sup>8</sup>

Não é objetivo deste trabalho oferecer uma interpretação definitiva sobre os motivos que levaram o patrono do Exército a abandonar os campos paraguaios. Mas interessa o fato de que na guerra mais importante travada pelo Brasil, o comandante-em-chefe das tropas tenha priorizado os objetivos militares, em detrimento dos objetivos políticos estabelecidos pelo Estado brasileiro.

Neste plano da relação entre o Estado Imperial e a instituição militar, construiu-se a interpretação de que a Marinha esteve plenamente subordinada ao poder civil.<sup>9</sup> Mas deve-se lembrar que o Marquês de Tamandaré, conhecido por seu patriotismo extremado e sua lealdade ao Imperador, de quem era amigo pessoal, não demonstrava a mesma devoção em

---

<sup>7</sup> Augusto Tasso Fragoso, *op.cit.*, p.152.

<sup>8</sup> Despacho de Saraiva a Octaviano em 29 de novembro de 1865, apud Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, volume II, Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.1187.

<sup>9</sup> Essa tese é defendida em documentos oficiais da Marinha, como os artigos comemorativos da morte do patrono da Marinha: Max Justo Guedes, “Aqui jaz o velho marinheiro”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, vol. 117, números 7/9, jul/set, 1997; e livros como os de: Mário César Flores, *Bases para uma política militar*, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992 e Armando Amorim Vidigal, *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*, 2ª Edição, Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1983.

relação aos Conselheiros do monarca e notabilizou-se por seus “pruridos de independência” no *front*. A este respeito é significativa a descrição do Almirante feita por um admirador, Pandiá Calógeras, ex-Ministro da Guerra ligado aos *jovens turcos*:

“O Marquês de Tamandaré só sabia julgar os fatos do ponto de vista militar e nunca imaginaria que, em combate, se as coisas chegassem ao choque das armas, pudesse o lugar do Brasil ser o segundo, nem que, se um alvo se pudesse conquistar pela força fôsse preferível dever a vitória a discursos de advogados ou discussões de oradores fiados em sua parolice.

Seria o último homem a compreender diplomacia: um representante genuíno do desdém e da desconfiança que por todos os tempos prevaleceram, nas fôrças armadas do Brasil, contra parlamentares e a bacharelise.”<sup>10</sup>

Sem dúvidas Tamandaré fazia jus a sua fama. Pelo menos em duas ocasiões importantes desentendeu-se com seus superiores civis. Durante a negociação do Convênio de Paz entre o Brasil e o Uruguai em 1865, por exemplo, o patrono da Marinha, que estava no comando das fôrças brasileiras na ocasião, desentendeu-se com o Conselheiro José Maria Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco ao afirmar que não o julgava competente para a negociação do Convênio; que na sua opinião era ele o competente para essa tarefa:

“Reputava-se assim o Almirante revestido das atribuições de chefe supremo não só das questões militares como das diplomáticas. ‘Discutimos’ – contou Paranhos no Senado – ‘referi-me às instruções que tinha recebido do governo imperial e de que êste havia remetido cópia ao Almirante; às comunicações em que o nobre ex-Ministro dos Estrangeiros, segundo me declarou em mais de um despacho, fêz sentir ao mesmo Sr. Almirante que a **direção política da guerra me competia exclusivamente**; e por fim, apelei para meus plenos poderes firmados por S. M. o Imperador, o Sr. Visconde de Tamandaré desistiu da sua reclamação; declarou que já não se queixava de mim, mas o governo imperial.”<sup>11</sup>

De volta à Corte, Tamandaré foi queixar-se ao Imperador que demitiu Paranhos sob a alegação de que este havia falhado na avaliação política da situação na República

---

<sup>10</sup> João Pandiá Calógeras, *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1957, p.315-316.

<sup>11</sup> Augusto Tasso Fragoso, *op.cit*, p.294-295. Os grifos são meus.

Oriental.<sup>12</sup> Tamandaré também não aceitava um lugar secundário na condução militar da guerra e diante da resolução do Conselho de Ministros, segundo a qual Caxias deveria concentrar o comando do Exército e da Marinha durante a Guerra do Paraguai, escreveu ao Conselheiro Afonso Celso, Ministro da Marinha, pedindo demissão:

“S. Exa. O Sr. Marquês de Caxias disse-me que, nesse sentido, escreveria a V. Exa.; e eu conto que V. Exa. Satisfará com a maior brevidade a minha substituição, a fim de que eu possa também ir cuidar da minha saúde e dos interesses da minha família (...) **nestas circunstâncias, a minha demora na esquadra é até prejudicial à dignidade da minha posição militar honorífica.**”<sup>13</sup>

De acordo com o que foi exposto nos parágrafos anteriores, é possível constatar que tanto Caxias quanto Tamandaré buscavam agir com um alto grau de autonomia no *front* e nas ocasiões em que se sentiram enfraquecidos (fosse pela falta de integração com o Gabinete, pela imposição de tarefas consideradas menos “nobres”, como a captura de López, ou pela perda do comando) ambos optaram por abandonar o teatro de operações a fim de preservar o prestígio profissional.

Sérgio Buarque de Holanda identifica o crescente orgulho de classe que tomou conta da oficialidade do Exército após a Guerra do Paraguai, tomando como exemplo a postura de Caxias:

“Significativo de semelhante situação é o fato de Caxias, se não o mais civil dos nossos maiores guerreiros, o que mais facilmente despe a farda do soldado para envergar o fardão do senador, ou ministro, não conseguir ocultar agora o próprio ressaio. Aquele que em eras muito remotas, ainda invocara sua condição de legislador vitalício para não aceitar um comando militar sem condições (...) põe agora os melindres do militar acima de outras considerações. A Osório manda dizer, de seu retiro da Tijuca, após deixar Assunção dando a guerra por finda, coisas deste teor: ‘Vim para este sítio para

---

<sup>12</sup> Augusto Tasso Fragoso, op.cit.

<sup>13</sup> Tasso Fragoso, op.cit, p.184. Grifado no original

ficar mais longe dos foguetes e músicas da cidade, acompanhadas de longo discurso, que é coisa que os casacas pagam aos militares que não têm a fortuna de morrer na guerra.’”<sup>14</sup>

Sem dúvidas, o Exército que emerge da Guerra do Paraguai é dotado de espírito de corpo, orgulhoso de sua vitória militar, ressentido com as lideranças políticas e convencido de que as questões de Defesa só são valorizadas pelos próprios militares.

Outro importante fator para a consolidação do espírito de corporação no Exército brasileiro foi a adoção nas décadas seguintes da doutrina positivista por parte da oficialidade que cursava a Escola Militar. A filosofia de Augusto Comte era eminentemente teleológica e via no progresso científico o destino inexorável da humanidade. Essa doutrina não era revolucionária, ao contrário repudiava qualquer forma de ruptura da ordem política vigente, mas a apropriação seletiva de alguns conceitos do positivismo forneceu à oficialidade do Exército o referencial teórico a partir do qual foi possível construir uma *concepção de mundo*<sup>15</sup> própria.

Novamente é Sérgio Buarque de Holanda quem melhor define a importância do positivismo para a oficialidade castrense:

“O positivismo, tal como se generalizou entre nós, não era uma doutrina monolítica, porque o Mestre, além de haver deixado discípulos e seguidores que preferiram tomar depois caminhos próprios, não raro heterodoxos, deixou obras numerosas, de épocas diversas, que se prestam a interpretações várias. Em muitos casos, o papel predominante, politicamente, do positivismo, não é tanto o da filosofia, ou da seita, ou da religião, mas o estado de espírito e o clima de opinião que, a partir dele, passou a contaminar vastas camadas, marcando até alguns que se prezavam em combatê-lo.”<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> Sérgio Buarque de Holanda, “A Fronda Pretoriana”, op.cit., p.323.

<sup>15</sup> Antonio Gramsci aponta a importância da *concepção de mundo*, ou seja, do conjunto de valores e pressupostos compartilhado por um determinado grupo social para a construção de um projeto político. Antonio Gramsci, *Concepção dialética da história*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

<sup>16</sup> Sérgio Buarque de Holanda, “Da Maçonaria ao Positivismo”, in *História Geral da civilização brasileira*, Tomo II, op. cit., p. 289.

Dos conceitos positivistas incorporados pelo Exército, o de *soldado-cidadão*, segundo a qual os militares eram considerados cidadãos fardados aos quais não se poderia negar o direito de participar na vida política do país, constituiu-se num importante instrumento de afirmação militar, na medida em que refletia o ressentimento da instituição em relação à sociedade, principalmente em relação aos políticos.

A defesa do intervencionismo militar na política tendo como base o conceito de *soldado-cidadão* foi capaz de unificar dois grupos existentes no Exército no final do século XIX: os bacharéis de farda ou doutores, quase todos egressos da Escola Militar, e os tarimbeiros, oficiais mais velhos, quase todos ex-combatentes do Paraguai, muitos sem curso na instituição. Contudo, se aos tarimbeiros, de uma maneira geral, interessava apenas opôr-se aos políticos civis que pouca atenção davam às suas demandas corporativas, a uma parte dos doutores interessava utilizar o poder do Exército para reformar as instituições políticas.

Nesse sentido, a participação do Exército no golpe que instaurou o regime republicano, deve-se à influência das idéias positivistas sobre os alunos da Escola Militar e à Questão Militar, como ficou conhecida a seqüência de episódios, incidentes e pequenos enfrentamentos que ocorreram ao longo de toda a década de 1880 entre o Exército e os sucessivos Conselhos de Ministros de D. Pedro II.

Mas a participação militar na instauração da República não se deu porque os fardados pretendessem necessariamente substituir os civis no poder. A Marinha, por exemplo, teve uma participação inexpressiva no golpe, e era majoritariamente monarquista na época. Porém, a incapacidade política do Império para tratar a chamada Questão Militar e aplacar o descontentamento que há tempos estava presente no Exército selou a sorte do regime.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> José Murilo de Carvalho, *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990; e Celso Castro, *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

## 2- Os militares e a Defesa Nacional na Primeira República.

Os primeiros anos da República foram bastante conturbados tanto no plano político como no militar. O primeiro Presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, não terminou o mandato, e seu sucessor, Marechal Floriano Peixoto, teve que enfrentar a oposição da Marinha, além de grande descontentamento de setores civis contrários ao modo ditatorial de governar do “Marechal de Ferro”.<sup>18</sup>

A participação decisiva do Exército na derrubada do Império rendeu à instituição o predomínio político, invertendo um situação que até o momento era favorável à Marinha. Sob o novo regime, o efetivo do Exército foi duplicado e suas unidades militares foram redistribuídas.

Segundo José Murilo de Carvalho, a localização geográfica das tropas do Exército no Império visava proteger as fronteiras potencialmente conflitivas e controlar os centros urbanos litorâneos, principalmente a sede do governo. Com a República, aumentou-se o número de unidades militares em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e diminuiu-se o número de unidades em Mato Grosso e no nordeste. Para o autor essas mudanças indicam uma tendência de concentrar forças militares onde se concentrava o poder político.<sup>19</sup>

Mas a propaganda republicana e as idéias positivistas, que tanto empolgaram os alunos da Escola Militar, quase não afetaram os da Escola Naval, que aceitaram a República como fato consumado e suas principais lideranças, vistas com desconfiança pelo governo, mostravam-se profundamente ressentidas com a supremacia do Exército no novo regime. Coube ao almirante Custódio José de Melo, ministro da Marinha do governo Floriano, expressar, através das canhoneiras, esse sentimento latente na oficialidade naval

---

<sup>18</sup> Maria de Lourdes Mônaco Janotti, *Os subversivos da República*, São Paulo: Brasiliense, 1986; e Lincoln de Abreu Penna, *O progresso da ordem: o florianismo e a construção da República*, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

<sup>19</sup> José Murilo de Carvalho, "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador" in *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, *O Brasil Republicano, sociedade e instituições (1889 -1930)*, 2º volume, Rio de Janeiro: Difel, 1985.

em duas oportunidades: na primeira, o mote foi o fechamento do Congresso por Deodoro da Fonseca, que ao renunciar fortaleceu a posição do almirante e de sua Força no novo regime.<sup>20</sup> Já o segundo levante da Marinha não obteve apoio político e a adesão do almirante Luiz Felipe de Saldanha da Gama, oficial abertamente monarquista que na época dirigia a Escola Naval, imprimiu ao movimento uma imagem restauradora que Floriano Peixoto soube muito bem explorar para consolidar a hegemonia política do Exército.<sup>21</sup>

Ainda hoje o Império é visto como a *idade de ouro* da Marinha por seus oficiais devido a disponibilidade de recursos materiais e militares existentes nessa época. São inúmeros os artigos publicados na *Revista Marítima Brasileira* que tratam da importância desse período para a formação da identidade da Marinha brasileira buscando associar essa Força à defesa (genérica) da democracia e da subordinação militar aos objetivos políticos, e o Exército à ditadura e as intervenções militares na vida política.<sup>22</sup>

A este respeito, no centenário da morte do almirante Saldanha da Gama, patrono do Clube Naval, a *Revista Marítima Brasileira* publicou uma matéria de capa na qual afirma que:

“A Revolução se impunha na omissão do poder político para pôr fim ao constrangimento das liberdades civis, à ameaça às instituições militares e à postergação, indefinida da consulta popular

---

<sup>20</sup> A visão da Marinha sobre a Revolta da Armada pode ser encontrada em: Antônio Luiz Porto e Albuquerque, “O pensamento político dos líderes da Revolta da Armada-1893-1895”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, vol.109, números 4/6, abr./jun.1989; Mário Jorge da Fonseca Hermes, “Os militares e a política na República” *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, vol. 115, números 1/3, jan/mar, 1995; Hélio Leôncio Martins, “A Marinha e a Proclamação da República”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, vol.109, números 10/12, out./dez., 1989; Carlos Balthazar da Silveira, “A Revolta da Armada em 1893 e o almirante Balthazar da Silveira”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, vol. 115, números 10/12, out/dez, 1995.

<sup>21</sup> Para uma visão acadêmica do episódio ver: Celso Castro, op.cit. e Suely Robles Reis de Queiroz, *Os Radicais da República: jacobinismo, ideologia e ação*, São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>22</sup> Alguns destes artigos são: Luiz Porto e Albuquerque, “Questões a propósito do pensamento sobre a guerra no Brasil no século XIX”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, vol. 114, números 10/12, out/dez., 1994; Mário Jorge da Fonseca Hermes, “Os militares e os políticos durante o Império”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, vol.110, números 1/3, jan/mar., 1990; Paulo Lafayette Pinto, “As forças navais brasileiras”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, ano C, números 4/6, abr./jun., 1980. (série até jan 82); José Maria do Amaral Oliveira, “O Atlântico Sul no século XIX - uma abordagem estratégica”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, vol. 111, números 4/6, abr./jun.,1991.

prometida aos cidadãos quanto à manutenção do regime político republicano instaurado em 15 de novembro de 1889, o que, aliás só veio acontecer após a promulgação da atual Constituição de 1988.”<sup>23</sup>

A Revolta da Armada marca também o distanciamento estratégico entre o Exército e a Marinha que desenvolverão, a partir desse episódio, visões diferentes a respeito do tipo de Forças Armadas que o país deveria ter. A Marinha, que perdeu seus quadros mais importantes na dita Revolta, afastar-se-á da cena política e desenvolverá um pensamento estratégico voltado para a construção de uma Marinha oceânica que fosse instrumento de projeção de poder do país. E o Exército, agora hegemônico política e militarmente, ainda terá que consolidar sua estrutura hierárquica antes de se fortalecer institucionalmente e expandir sua presença no território nacional.

### ***2.1- As influências estrangeiras na organização da Defesa Nacional.***

O Exército brasileiro, assim como seus pares sul-americanos do Chile e da Argentina,<sup>24</sup> dependeu do apoio externo para estabelecer seu modelo de instituição, capacitar tecnicamente seus oficiais, aparelhar-se e fixar seus princípios doutrinários.<sup>25</sup> Esse processo de modernização da Força na Primeira República teve início em 1906, quando o marechal Hermes da Fonseca foi nomeado ministro da Guerra.

Hermes da Fonseca era um grande admirador do Exército alemão, considerado um dos mais bem preparados da época, tendo sido, inclusive, convidado para assistir à grandes

---

<sup>23</sup> Revista Marítima Brasileira, “Centenário de morte do almirante Luiz Felipe de Saldanha da Gama”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, vol. 115, números 7/9, jul/set, 1995, p. 19.

<sup>24</sup> O Exército chileno recebeu uma missão militar alemã chefiada pelo general Koerner em 1886, e a Escola Superior de Guerra argentina também sofreu uma forte influência germânica. Quando foi fundada em 1900, a Escola tinha quase todo o corpo docente formado por professores alemães, com exceção de uma professora de francês e três instrutores argentinos. Mais informações a este respeito ver: Alain Rouquié, *Poder militar y sociedad política en la Argentina*. Vol. I: *Hasta 1943*, Buenos Aires: Emecé Editores S.A, 1981, p. 93.

<sup>25</sup> Manuel Domingos Neto, “Influência estrangeira e luta interna no Exército” in Alain Rouquié (org.), *Os Partidos Militares no Brasil*, Rio de Janeiro: Record, 1980, p.44.

manobras presididas pelo Kaiser em 1908. Pensou-se, naquela ocasião, na vinda de uma missão militar alemã para o Brasil, o que não se concretizou. No entanto, o governo brasileiro enviou três turmas de oficiais para estagiarem naquele país, de 1906 a 1910. Na Alemanha Imperial, os oficiais brasileiros defrontaram-se com um Exército eminentemente apolítico e poderoso, que oferecia a seus membros a possibilidade de progredir na carreira militar sem precisar para isso recorrer ao poder civil. O grau de autonomia institucional das Forças Armadas alemãs era tamanho que estas constituíam-se como um Estado paralelo dentro do Estado alemão.<sup>26</sup> O contraste entre a organização das Forças Armadas na Alemanha e no Brasil era brutal. O Exército brasileiro guardava as características do período colonial. Praticava-se o recrutamento forçado de grupos sociais marginalizados, não havia programa de treinamento para as tropas e a disciplina era mantida através de violentos castigos corporais. As unidades militares eram distribuídas de acordo com o papel de polícia exercido pelo Exército e as regras para a ascensão hierárquica dependiam da influência de padrinhos políticos. Ou seja, era muito pouco atualizado se considerado o nível dos exércitos efetivamente nacionais da época.

A Escola Militar, sob influência do positivismo, havia se tornado mais um centro de estudos de matemática, filosofia e letras do que de disciplinas militares. A missão precípua do Exército, para os positivistas militares, era conduzir uma longa instrução científica, “moral” e “cívica”, o que implicava o envolvimento direto da instituição na política.<sup>27</sup> Como resultado dessa mentalidade, em 1914, das publicações existentes na Escola, nenhuma tratava de assuntos militares.

A propósito deste assunto, encontramos na literatura um exemplo bem sugestivo. O escritos de Lima Barreto, que era funcionário da Secretaria da Guerra na primeira década do século XX, retrata com maestria o típico oficial superior do Exército no início da República, na figura do personagem Albernaz:

---

<sup>26</sup> Sérgio Buarque de Holanda, “A Fronda Pretoriana”, op.cit., p. 313.

<sup>27</sup> José Murilo de Carvalho, “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”, op.cit., pp. 195-96.

“O general nada tinha de marcial, nem mesmo o uniforme que talvez não possuísse. Durante toda a sua carreira militar, não viu uma única batalha, não tivera comando, nada fizera que tivesse relação com a sua profissão e o seu curso de artilheiro. Fora sempre ajudante de ordens, assistente, encarregado disso ou daquilo, escriturário, almoxerife, e era secretário do Conselho Supremo Militar, quando se reformou em general. Os seus hábitos eram de um bom chefe de secção e a sua inteligência não era muito diferente dos seus hábitos. Nada entendia de guerras, de estratégia, de tática ou de história militar; a sua sabedoria a tal respeito estava reduzida às batalhas do Paraguai, para ele a maior e a mais extraordinária guerra de todos os tempos.

O altissonante título de general, que lembrava cousas sobre-humanas dos Césares, dos Turennes e dos Gustavos Adolfos, ficava mal naquele homem plácido, medíocre, bonachão, cuja única preocupação era casar as cinco filhas e arranjar pistolões para fazer passar o filho nos exames do Colégio Militar”<sup>28</sup>

Por outro lado, os *jovens turcos*, ou *germanófilos*, eram oficiais brasileiros que estagiaram na Alemanha e voltaram ao Brasil dispostos a reformar estruturalmente o Exército. Eram defensores de Forças Armadas voltadas para a defesa externa, profissionais, treinadas, equipadas, excluídas das lutas político-partidárias e que contassem com um Estado-Maior com autoridade para coordenar e comandar as atividades militares.

Eles eram pejorativamente chamados de *jovens turcos* por seus colegas de farda, numa referência ao movimento reformista e modernizador ocorrido no Império Otomano. Aquele país tivera seu exército em boa parte treinado por missões alemãs, no início do século XX, ao mesmo tempo em que surgia o movimento dos *jovens turcos*, que pregavam a modernização ocidentalizante do decadente sultanato da Ásia Menor e Oriente Médio. Seu principal expoente foi Mustafá Kemal (o *Atatürk*, literalmente “pai”, ou “tio dos turcos”), responsável pela única vitória contra os aliados na 1ª Guerra Mundial, ao impôr às forças franco-australiano-inglesas a humilhação de Gallipoli (1915).<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Lima Barreto, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, São Paulo: Editora Ática, 1990, p.30.

<sup>29</sup> Mais informações sobre os jovens turcos brasileiros podem ser encontradas em José Murilo de Carvalho, “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”, op. cit., e Nelson Werneck Sodré, *História militar do Brasil*, op. cit.

Na verdade havia um exagero em se identificar os oficiais brasileiros com os *jovens turcos*, posto que, embora tenha retirado o líder da Turquia moderna, Mustafá Kemal, das fileiras militares, aquele era um movimento majoritariamente civil. Sobre o assunto ver: Hasan Kayali, *Arabs and Young Turks: Ottomanism, Arabism, and Islamism in the Ottoman Empire, 1908-1918*, Berkeley: The University of California Press, 1997.

Em 1913, esses oficiais fundaram a revista "*A Defesa Nacional*" (que é publicada ainda hoje) para difundir suas idéias e os conhecimentos adquiridos na Alemanha. Além de utilizá-la para divulgar os regulamentos do Exército alemão, a revista, durante seus primeiros anos, foi um importante instrumento para a difusão de uma campanha em favor da implementação da lei do serviço militar obrigatório. De acordo com Manuel Domingos Neto, os *turcos* baseavam sua propaganda em duas grandes idéias: a organização do Exército era indispensável à existência do Estado-Nação; cabia a todos os cidadãos assegurar a existência do Estado-Nação.<sup>30</sup>

Ora, é evidente que as Forças Armadas são um instrumento fundamental do Estado Moderno, como também é evidente que o Estado só se legitima mediante o reconhecimento dos cidadãos. No entanto, o projeto de modernização do Exército nos moldes em que foi realizado nos países mais ricos da Europa, dificilmente poderia ser implementado no Brasil do início do século XX.

No Brasil a campanha pelo serviço militar obrigatório não encontrou apoio na população, que aliás tinha bons motivos para evitá-lo levando-se em conta o recrutamento forçado e baseado em castigos corporais que era realizado até então, e os responsáveis pelo aparelho administrativo e judiciário impediam na prática a aplicação da lei do alistamento e sorteio de 1908. Além disso, vale lembrar a influência que exerceram sobre esses jovens reformadores as idéias dos intelectuais da Primeira República considerados os fundadores do pensamento autoritário.

No livro *O problema nacional brasileiro; introdução a um programa de organização nacional*, Alberto Torres, um destes fundadores, identifica o que ele chama de "problema nacional" e propõe soluções. Para o autor, a vinda da corte portuguesa ao Brasil impediu a construção de instituições políticas genuinamente brasileiras, introduzindo no país um conjunto de idéias estrangeiras que não tinham relação com a realidade nacional. Isso levou a uma situação de separação da política e da vida social, onde os políticos não passariam de uma classe artificial alheia aos "interesses nacionais". Segundo o autor:

---

<sup>30</sup> Manuel Domingos Neto, "Influência estrangeira e luta interna no Exército", op.cit., p.64.

“A independência de um povo funda-se, antes de mais nada, sobre a sua economia e sobre as suas finanças (...) um pensamento nacional a respeito das coisas da vida humana, e um juízo nosso, sobre os nossos problemas e os nossos destinos; aqui está o guia do nosso esforço patriótico. E esta obra não é uma obra de educação: é uma obra de direção política. Nenhum povo tem a educação necessária para dirigir seus interesses gerais”<sup>31</sup>

A falta de uma mentalidade nacional e nacionalista era também apontada por Oliveira Vianna:

“(...) ao povo brasileiro sempre faltou uma consciência nacional, um sentimento consciente e profundo da sua finalidade histórica do seu destino como povo (...) não tem o nosso povo consciência clara de nenhum objetivo nacional a realizar ou defender, de nenhuma grande tradição a manter, de nenhum ideal coletivo, de que o Estado seja órgão necessário à sua realização. Essa inexistência de uma mística que “trabalhe” o espírito do nosso povo-massa e de que o Estado seja um instrumento essencial de realização é que faz com que a vida da política e dos partidos no Brasil não tenha nenhum sentido nacional (...)”<sup>32</sup>

Influenciados por essas idéias, os reformistas chegaram a conclusões um tanto insólitas:

“(...) faltava espírito cívico à população; os brasileiros ignoravam o que era patriotismo; a tarefa de educar a população caberia ao Exército; os oficiais deveriam agir como ‘apóstolos do patriotismo e do civismo’.”<sup>33</sup>

A respeito dessa visão de que cabe ao Exército cultivar o *espírito cívico* na sociedade brasileira, que aliás ainda é a gênese do pensamento da Força sobre a manutenção do serviço militar obrigatório, não se deve esquecer a sábia advertência de Oliveiros Ferreira

---

<sup>31</sup> Alberto Torres, *O problema nacional brasileiro; introdução a um programa de organização nacional*, São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 105.

<sup>32</sup> Francisco José Oliveira Vianna, *Instituições políticas brasileiras*, Volume I, Rio de Janeiro: Record, 1974, pp. 315-316.

<sup>33</sup> Manuel Domingos Neto, *op.cit.*, p.64.

quando se refere a um episódio do início do século XIX, no qual o ainda príncipe regente D. Pedro tentava apaziguar os ânimos de um regimento sublevado que queria a substituição de um membro de seu gabinete:

“Chamo a atenção para o sentido heróico da frase com que D. Pedro pretendeu chamar o revoltosos à razão: ‘... a tropa não é a Nação: pertence à Nação; mas como tropa nem é admitida a votar nas eleições. Aqui temos a Câmara, que é uma autoridade, poderá com mais direito usar a palavra em nome da Nação, e aqui estão os eleitores por mim convocados, que poderão falar em nome do povo.’ A pertença da tropa à Nação não padecia dúvida; o que o príncipe, porém, recusava conceder-lhe era o caráter de intérprete da Nação quando não o de sua representante única.”<sup>34</sup>

As evidências históricas comprovam que D. Pedro não conseguiu chamar os revoltosos à razão naquele junho de 1821. O príncipe acabou por aquiescer e aceitar a troca.

Tampouco o fizeram os políticos republicanos e esta idéia de que o Exército é o intérprete da Nação criou raízes profundas na identidade da instituição:

“O Exército do presente é o mesmo povo em armas do passado; o braço forte que garante a soberania; a mão amiga que ampara nos momentos difíceis ”.<sup>35</sup>

O processo de modernização do Exército teve um impulso fundamental na década de 20 quando o país recebeu uma Missão Militar Francesa. A princípio, havia uma preferência da oficialidade, e principalmente dos *jovens turcos*, pela vinda de uma missão militar alemã, mas a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, e as relações amistosas do presidente Epitácio Pessoa com a Liga das Nações inviabilizaram o contato com o governo tedesco.

A Missão Francesa introduziu os estudos de guerra no Exército. Além disso, foram criados inúmeros cursos de especialização, adotaram-se novas regras de promoção hierárquica que levavam em conta a formação profissional de cada oficial e reduziram-se

---

<sup>34</sup> Oliveiros S.Ferreira, *Forças Armadas, para quê?*, São Paulo: GRD, 1988, p. 61. Os grifos são meus.

<sup>35</sup> [www.exercito.gov.br/01Instit/Conheca/indice.htm](http://www.exercito.gov.br/01Instit/Conheca/indice.htm).

substancialmente a influência do apadrinhamento nas nomeações para os postos de comando. Esse processo foi acompanhado de uma renovação do armamento e melhoria das instalações militares.

Foram várias as contribuições da Missão Militar Francesa, mas a mais importante foi a reestruturação do Estado-Maior. Embora criado na última década do século XIX, o Estado-Maior não exercera sua função de formular e implementar planos de Defesa Nacional. Aliás, os planos de Defesa eram praticamente inexistentes, limitando-se a idéia de proteção das fronteiras do Sul e Sudeste.<sup>36</sup> Essa reestruturação, associada à triplicação do efetivo do Exército durante a década de 20 em consequência da lei do serviço militar obrigatório, possibilitou a implantação de uma nova estrutura organizacional, na qual os pequenos destacamentos foram substituídos por grandes unidades de acordo com um planejamento nacional, sem grande interferência das oligarquias locais. Essas unidades foram redistribuídas geograficamente em função de um conceito estratégico de *defesa territorial* influenciado pela ocupação francesa do Magreb africano e da campanha militar da Primeira Guerra Mundial.

O conceito de *defesa territorial* tal qual foi incorporado pelo Exército brasileiro visava redistribuir as tropas ocupando militarmente as regiões consideradas vulneráveis tanto para a defesa contra agressões externas quanto para o policiamento de centros urbanos politicamente importantes. Sobre as preocupações com a defesa externa tantos os instrutores franceses quanto os alunos concordaram que as Forças Armadas não deveriam preparar-se para uma eventual agressão de uma grande potência, mas para um provável conflito com um país da fronteira sul, leia-se Argentina.

Enquanto os oficiais superiores do Exército entravam em contato com uma nova concepção de Defesa Nacional em voga na Europa cujo cerne era a mobilização de recursos humanos, técnicos e econômicos em prol da preparação para a guerra, iniciou-se nos postos inferiores um movimento liderado por jovens oficiais, em sua maioria tenentes, que propunha a reversão dos desacertos políticos liberais como condição essencial para a profissionalização do Exército, já que os desacertos da política nacional eram reproduzidos

---

<sup>36</sup> Manuel Domingos Neto, op.cit.; e Eliézer Rizzo de Oliveira, *La participation politique des militaires au Brésil*, tese de doutorado em Ciência Política, Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980.

na caserna, resultando numa formação profissional deficiente, na incompetência das chefias e na falta de renovação do quadro de oficiais superiores.<sup>37</sup>

Alguns desses problemas institucionais do Exército foram solucionados com a vinda da Missão Militar Francesa. Entretanto, a visão de que as instabilidades políticas interferiam diretamente na organização do Exército consolidou-se. Não é à toa que vários expoentes do movimento *tenentista* tenham participado ativamente da Revolução de 30.

A influência francesa teve um duplo significado para a organização do Exército, consolidando a hegemonia política do Alto-Comando e facilitando a incorporação de um conjunto de idéias *tenentistas* pelos generais, porque apontava a incompatibilidade entre um exército moderno e um país arcaico. De fato, após a vinda da Missão Francesa para o Brasil o Exército tornou-se coeso, com uma estrutura hierárquica consolidada e capaz de agir, institucionalmente, com influência na vida política. A Missão Militar Francesa também impulsionou a criação da aviação do Exército. O sucesso da campanha aérea britânica na Primeira Guerra Mundial centrada no *bombardeio estratégico*<sup>38</sup>, levou o governo francês a criar uma Força Aérea independente. Esse modelo de organização militar apoiada no fortalecimento da Aeronáutica influenciou fortemente os aviadores militares brasileiros.<sup>39</sup>

A Marinha também recebeu na década de 20 uma missão militar estrangeira oriunda dos Estados Unidos. O contato com a Marinha norte-americana, foi iniciado quando o ministro Rio Branco enviou um grupo de oficiais brasileiros para estagiar nos Estados

---

<sup>37</sup> Sobre o Tenentismo, ver: Edmundo Campos Coelho, *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*, Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1976; José Augusto Drummond, *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)*, Rio de Janeiro: Graal, 1986; Maria Cecília Spina Forjaz, *Tenentismo e aliança liberal (1927-1930)*, São Paulo: Polis, 1978; Anita Leocadia Prestes, *Tenentismo pós 30: continuidade ou ruptura?*, São Paulo: Paz e Terra, 1999; Hélio Silva, *1931: os tenentes no poder*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, op.cit., 1969.

<sup>38</sup> “A idéia do bombardeio estratégico – com seu pressuposto de um papel independente para a aviação e seu corolário de que era necessário um órgão de planejamento específico para seu emprego unificado – oferecia um excelente argumento em prol da independência das forças aéreas.”, Domicio Proença Júnior, Eugenio Diniz, Salvador Ghelfi Raza, “O Uso Militar do Ar”, *Guia de Estudos de Estratégia*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 1999, p.144.

<sup>39</sup> Em 1928, é publicado na imprensa carioca o primeiro artigo advogando a criação de um Ministério da Aeronáutica no Brasil. Mais informações sobre formação da Força Aérea brasileira podem ser encontradas em: Theodorico Lopes, Gentil Torres, *Ministros da Guerra do Brasil (1808-1950)*, Rio de Janeiro, 4ª Edição, 1950.

Unidos. É importante ressaltar que o Brasil e os Estados Unidos buscaram estreitar suas relações durante a Primeira República. Os dois países elevaram à condição de embaixadas as delegações mantidas nas respectivas capitais.

Joaquim Nabuco, primeiro embaixador brasileiro em Washington, era um entusiasta do pan-americanismo e suas propostas no sentido de criar um sistema defensivo continental visava contribuir para o fortalecimento da Doutrina Monroe<sup>40</sup>, o que favoreceu as relações amistosas que Marinhas do Brasil e dos Estados Unidos estabeleceram a partir de então.<sup>41</sup> O historiador Manuel de Oliveira Lima, seu substituto na embaixada, também buscou manter estes laços diplomáticos.

Com a aquisição de uma nova esquadra, em 1910, surgiu a necessidade de preparar adequadamente os oficiais e praças que iriam guarnecer os navios. Como a modernização dos encouraçados norte-americanos havia impressionado os oficiais brasileiros que lá estagiaram, os reparos nos navios brasileiros passaram a ser feitos nos Estados Unidos, e em 1914, oficiais norte-americanos foram contratados para lecionar na Escola Naval de Guerra.

O estreitamento das relações com a Marinha norte-americana, impulsionou um movimento em favor da modernização da Marinha liderado, principalmente, por jovens oficiais especialistas em artilharia que serviam no encouraçado São Paulo. Esses oficiais, que ficaram conhecidos como *arquidukes*, não conseguiram, a princípio, impor suas demandas ao Alto-Comando, como os *jovens turcos* e os *tenentes* haviam feito, pois na Marinha a estrutura hierárquica já estava consolidada, o que restringiu o movimento aos escalões inferiores da Força.

Quando o governo federal aventou a possibilidade da vinda de uma missão naval estrangeira para o Brasil, os oficiais mais graduados mostraram-se favoráveis a uma missão

---

<sup>40</sup> O célebre slogan “A América para os americanos” resumia a doutrina lançada, em 1823, pelo presidente James Monroe. Esta doutrina estabelecia como prioridade da política externa norte-americana a ampliação da influência de Washington sobre os países do continente americano, mascarada sobre a doutrina de que o continente deveria ficar livre e unido contra qualquer tentativa de recolonização pelas antigas metrópoles européias.

<sup>41</sup> Mais informações sobre a política externa sob o Ministro Rio Branco ver: Demétrio Magnoli, *op.cit.*; José Maria Bello, *História da República (1889-1954)*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, pp. 225-231; Mônica Hirst, *História da Diplomacia Brasileira*, texto na internet: [www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/h\\_diplom/rv023.htm](http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/h_diplom/rv023.htm).

britânica, e a maioria dos oficiais mais jovens, influenciada pelos *arquidukes* preferia uma missão norte-americana. A indisponibilidade da vinda dos ingleses em 1919, reforçou a escolha da Missão Naval Norte-americana.<sup>42</sup>

Com a vinda desta missão, em 1922, houve uma reorganização na Marinha: foram criadas as diretorias técnicas, e estimulou-se o desenvolvimento da aviação naval que, inclusive, pôde contar com a colaboração de instrutores americanos. Além disso, não se deve descartar a hipótese de que tantos os *arquidukes* quanto os oficiais brasileiros que foram alunos dos norte-americanos tenham sido fortemente influenciados pelas idéias do almirante Alfred Thayer Mahan, renomado estrategista que influenciou o pensamento naval no mundo inteiro.

Mahan começou a lecionar na Escola de Guerra Naval norte-americana em 1885, foi seu diretor de 1886 a 1893, e mesmo após ir para a reserva, em 1896, permaneceu ligado à instituição até 1912. Em 1890 publicou *The influence of Sea Power upon History (1660-1783)*, livro que o tornou célebre, e no qual vincula a grandeza e riqueza dos povos à posse de um grande poder marítimo. O almirante era um apaixonado defensor da Doutrina Monroe e via a Marinha oceânica de grandes dimensões como instrumento fundamental da política expansionista norte-americana do final do século XIX.<sup>43</sup> Cabe lembrar que a Marinha brasileira adotou o jargão mahaniano e sua concepção de poder marítimo até recentemente.

---

<sup>42</sup> Dino Willy Cozza, “A influência da missão naval americana no Brasil”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, vol. 114, números 10/12, out/dez., 1994; Mário César Flores, *Bases para uma política militar*, op.cit; e Armando Amorim Vidigal, *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*, op.cit.

<sup>43</sup> Allan Westcott (org.), *Mahan on Naval Warfare: Selections from the Writings of Rear Admiral Alfred T. Mahan*, New York: Dover Publications, 1999.

### 3- Os militares e a Defesa Nacional durante o primeiro governo Vargas (1930-1945).

A visão predominante entre os oficiais de que o país era governado por uma elite corrupta e incompetente, voltada somente para a defesa de seus próprios interesses, fundamentou a aliança do Exército com Getúlio Vargas para a derrubada da Primeira República.<sup>44</sup>

Porém, o Exército que conduziu militarmente a Revolução de 1930 era bem diferente daquele que proclamou a República, pois desejava apenas ver seus interesses representados no novo governo; queria condicioná-lo, por acreditar que só a modernização do país e o fortalecimento de suas instituições poderia impulsionar a modernização e o fortalecimento também do Exército.

O general Pedro Aurélio de Góes Monteiro foi escolhido para comandar militarmente a Revolução de 30 por sua competência profissional e também em razão da recusa de Luiz Carlos Prestes (refugiado em Buenos Aires) em assumir tal função. No livro *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército* o general expõe suas idéias acerca da revolução e do papel das Forças Armadas na sociedade brasileira. Ele sustenta que o Exército é um órgão essencialmente político, mas não partidário, e deve ter sua própria política:

“Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política **do** Exército, e não a política **no** Exército.”<sup>45</sup>(...) A política do Exército é

---

<sup>44</sup> Sobre a Revolução de 30 ver: Boris Fausto, *A Revolução de 1930: historiografia*, São Paulo: Brasiliense, 1991; Eurico de Lima Figueiredo *Os militares e a Revolução de 30*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; Maria Cecília Spina Forjaz, *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988; Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães (org.), *A Revolução de 30: textos e documentos*, Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1982.

<sup>45</sup> Grifado no original.

a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material - no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza - e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e a formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da pátria, suprimindo, o quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo.”<sup>46</sup>

As palavras de Góes Monteiro explicitam a influência da teoria de *guerra total* criada pelo general alemão Enrich Lundenorff. Nesta teoria a paz não existe - o que existem são momentos de preparação para a guerra, que não se realizaria apenas através das Forças Armadas, mas pelos povos. Lundenorff enfatiza o caráter autônomo da guerra em relação à política, afirmando que a política é a continuação da guerra por outros meios e não o inverso, como afirmava Clausewitz.<sup>47</sup> Não é fortuita a preferência de Góes Monteiro por Lundenorff. Os *jovens turcos*, já desejavam uma instituição apartidária capaz de se modernizar independentemente das regras do jogo político.

Num primeiro momento, a autonomia do Estado-Maior é decorrente do processo de profissionalização das Forças Armadas. À medida em que os Exércitos e as Marinhas tornaram-se instituições complexas incorporando centenas de especialidades, fez-se necessária a formação de um especialista em coordenar e dirigir as atividades militares. Nesse contexto, surge o oficialato como profissão cuja especialidade é a administração da violência para a defesa externa do Estado. A necessidade de proteger permanentemente o Estado de possíveis ataques externos, também impulsionou a constituição de um órgão nas Forças Armadas composto por um corpo fixo de oficiais dedicados ao estudo e desenvolvimento de estratégias militares, e preparação de planos de guerra: o Estado-Maior.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> Pedro Aurélio de Góes Monteiro, *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*, Rio de Janeiro: Andersen Editoras, s/d, p. 163.

<sup>47</sup> Sobre a influência da teoria de *guerra total* nas concepções estratégicas brasileiras ver Golbery do Couto e Silva, “A Guerra e sua significação como fenômeno político” in *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967, pp.10-12. Para um visão crítica a esse respeito ver: Eliézer Rizzo de Oliveira, “A Doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico”, in Eliézer Rizzo de Oliveira (org.), *Militares: pensamento e ação política*, Campinas- SP: Editora Papyrus, 1987.

<sup>48</sup> Para maiores informações a respeito do processo de profissionalização da Forças Armadas e a constituição do Estado-Maior ver: Samuel P. Huntington, *O soldado e o Estado: Teoria e política das relações entre civis*

Entretanto, no Brasil, a reivindicação de um Estado-Maior independente ultrapassava a questão do reconhecimento de que as Forças Armadas enquanto instituição responsável pela administração da violência possuísem autonomia para organizá-la e aplicá-la através de regras próprias, como cabe às instituições judiciárias formular e aplicar as leis. A desconfiança dos militares reformadores em relação aos políticos civis - tidos por eles como administradores públicos incompetentes, corruptos e alheios aos “interesses nacionais”- também os desabonava como formuladores de uma política específica para as instituições armadas do Estado.

Quando o general Góes Monteiro enfatiza que o Exército deve fazer sua própria política, ele está defendendo não apenas a *autonomia institucional* da Força, mas também sua *autonomia política*, ou seja, sua capacidade de definir autonomamente o próprio papel na sociedade brasileira, sua missão constitucional, suas concepções estratégicas, seus inimigos, sua estrutura organizacional, e atuar no sentido de defender e implementar seu projeto institucional ainda que seja à revelia do poder político. Admirador de Hitler e Mussolini, o general defendia Forças Militares nacionais construtoras, apoiando “governos fortes”, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional.<sup>49</sup>

Ele também foi capaz de unir os generais *turcos* e *tenentistas* em prol de um único projeto político, pois a idéia de que a capacidade militar dependia do crescimento econômico e que o conflito social atentava contra a “segurança nacional” agradava aos dois segmentos. Além disso, a formação de uma “mentalidade nacional” que educasse o povo para ser “disciplinado” e trabalhar pelo desenvolvimento do país, ajustava-se à visão política de Getúlio Vargas e da elite política brasileira que nutria (e ainda nutre) um velho medo de movimentos populares.

Aliás, a simpatia pelo nazi-fascismo entre os oficiais das Forças Armadas brasileiras estava crescendo quando, em 1935, houve um levante armado de oficiais do Exército articulados pelo Partido Comunista em Recife e Natal. A repressão aos oficiais no episódio que ficou conhecido como Intentona Comunista representou um passo fundamental para a

---

*e militares*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996, pp. 25-73.

<sup>49</sup> Pedro Aurélio de Góes Monteiro, *op.cit.*

conquista da homogeneidade política na Força. A partir de então, o anticomunismo é incorporado institucionalmente pelas Forças Armadas brasileiras.

Todavia, não se deve atribuir à influência de Góes Monteiro todas as decisões do governo Vargas no campo da Defesa. Em janeiro de 1941, contrariando os Estados-Maiores do Exército e da Marinha, o presidente atende às reivindicações de uma parte dos militares aviadores que advogavam a necessidade de uma Força Aérea independente e extingue a aviação naval e a aviação militar criando a Força Aérea Nacional, mais tarde rebatizada como Força Aérea Brasileira.

Já a Marinha, afastada da cena política desde a revolta da Armada e sob forte influência norte-americana, além de preparar-se para sua tradicional missão de garantir o equilíbrio de poder na Bacia do Prata, incorporou também a missão de defender as comunicações marítimas de Trinidad até o Rio da Prata contra possíveis ataques de submarinos alemães. Essa nova missão ampliou o espaço de atuação da esquadra brasileira, imposta em grande medida pelos equipamentos que ela passou a receber cada vez mais abundantemente da Marinha norte-americana.<sup>50</sup>

### ***3.1- Os fundamentos geopolíticos da Defesa Nacional.***

Os primeiros estudos geopolíticos brasileiros foram escritos nas décadas de 20 e 30 combinando teorias e conceitos europeus de Ratzel, Kjéllen e Mackinder com idéias de autores nacionais como Alberto Torres e Oliveira Vianna. Também pode se dizer que, em certa medida, o pensamento geopolítico brasileiro do século XX fundamentou “cientificamente” a rivalidade platina e as políticas de integração do território nacional.<sup>51</sup> Entre os pensadores desta época destacam-se Everardo Backheuser, Leopoldo Nery da Fonseca e Mário Travassos.

---

<sup>50</sup> Frank D. McCann Jr., “The Brazilian Army and the Problem of Mission, 1939-1964.”, *Journal of Latin American Studies*, Cambridge: Cambridge University Press, volume 12, s/d.

<sup>51</sup> J. W. Vesentini, *A capital da geopolítica*, SP: Ática, 1986.

Shiguenoli Miyamoto em *Geopolítica e poder no Brasil* afirma que foi Everardo Backheuser quem impulsionou os estudos de geopolítica no Brasil. Backheuser, em *A estrutura política do Brasil* de 1926, dedicou-se ao problema da divisão político-administrativa do país. Compartilhando a visão de Alberto Torres, o autor argumenta que o federalismo da Primeira República havia aumentado demasiadamente a autonomia regional, colocando em risco a unidade do país. Isso só seria solucionado com a instalação de um regime autoritário que diminuísse o poder político das elites regionais e redefinisse os limites territoriais dos estados, através de linhas geodésicas. Pela nova divisão, todos os estados deveriam ter aproximadamente o mesmo peso político, econômico, demográfico e territorial. Ele também propunha a mudança da capital para o centro geopolítico do território.<sup>52</sup>

Lysias Rodrigues, que era oficial da Aeronáutica (Brigadeiro-do-Ar), incorporou as idéias de Backheuser, e defendeu a mudança da capital federal como parte da estratégia de defesa do país:

“Enquanto não conseguirmos organizar essa poderosa força aérea, capaz de impedir, ou pelo menos dificultar enormemente um ataque à atual capital federal, estaremos à mercê da aviação embarcada em porta-aviões ou dos aviões pesados de largo raio de ação com base em países vizinhos, que, de surpresa, facilmente podem atingi-la.

Então, se não podemos fazer uma defesa eficiente atualmente, da capital federal, parece-nos medida sábia e oportuna o deslocamento da capital federal para o interior do país.

Ali, a Força Aérea Brasileira poderá ôpor uma defesa formidável, escalonada em profundidade, desde a costa marítima ou fronteira terrestre, a quaisquer incursões aéreas auxiliada pelos degraus do planalto e pelas condições atmosféricas, o que não é possível sendo a capital um porto de mar.

Por sua vez, o Exército diretamente apoiado pela Aeronáutica, impedirá qualquer ação terrestre contra a capital no interior tendo largo espaço para manobrar.”<sup>53</sup>

Também preocupado com o problema da organização nacional, Leopoldo Nery da Fonseca argumentava que o Brasil era um país que dispunha de todos os elementos

---

<sup>52</sup> Shiguenoli Miyamoto, *Geopolítica e poder no Brasil*, Campinas, SP: Papirus, 1995, pp.47-53. Para outras análises críticas do pensamento desses geopolíticos ver: Demétrio Magnoli, *O que é geopolítica*, São Paulo: Brasiliense, 1986; e J. W. Vesentini, op.cit.

<sup>53</sup> Lysias A. Rodrigues, *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947, p.107.

(população, localização geográfica e matérias-primas) para se converter em uma potência. No entanto, faltava-nos um projeto político que priorizasse o desenvolvimento econômico e conscientizasse o povo da necessidade de transformar a nação numa “grande potência”, evitando a propagação de doutrinas subversivas que perturbassem a realização desse projeto:

“As Nações que tiverem capacidade para se transformarem em Grandes Potências, devem fazer disso a sua diretiva política, fundar nessa política a sua estrutura econômica e adotar uma organização Nacional compatível com o perfeito funcionamento dos órgãos necessários a êsse objetivo.”<sup>54</sup>

“Já é tempo de iniciar-se uma grande campanha educacional para incutir nas classes cultas e no povo a convicção da nossa única diretiva: Transformar o Brasil numa grande Potência.”<sup>55</sup>

“Quando uma Nação tem diante de si o imperativo do Problema Político Principal, que é a defesa de sua própria existência como Nação independente, urge para tanto a elaboração de um plano Político-Militar, afeto por isso mesmo ao govêrno e ao Estado-Maior, plano que não pode ficar sujeito a discussões demagógicas e anárquicas.

Ridículo se torna nesta altura continuar a afirmar-se que deve dar-se inteira liberdade de propaganda a todas as idéias por mais subversivas que sejam.”<sup>56</sup>

Já a preocupação central nas obras de Mário Travassos é o papel que o Brasil desempenha na América do Sul em decorrência de sua formação e localização geográfica. Seu trabalho diferencia-se dos demais estudos geopolíticos produzidos na época por não associar a centralização ou a descentralização do poder político ao aproveitamento das potencialidades geográficas do país.

Em *Projeção do Brasil Continental*, a América do Sul é caracterizada pela dupla oposição entre as vertentes do Atlântico e do Pacífico e entre as bacias do Amazonas e do Prata. Quanto às vertentes oceânicas, ele argumenta que todos os países considerados

<sup>54</sup> Leopoldo Nery da Fonseca, *Geopolítica*, Rio de Janeiro: Bedeschi, 1940, p.38.

<sup>55</sup> Idem, *Ibidem*, p.87

<sup>56</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 90-91.

potências possuem costas marítimas que possibilitam o controle de áreas vitais para o fortalecimento do poder do país, tanto no plano estratégico quanto no econômico. Nesse sentido, a capital argentina ocupava uma posição geográfica privilegiada, pois estava interligada por uma rede ferroviária à Santiago, Assunção e, principalmente, à La Paz, o que lhe permitia o acesso ao oceano Pacífico e possibilitava a ampliação de sua esfera de influência na região andina. Adaptando a teoria de Mackinder à América do Sul, o autor identifica o triângulo boliviano formado pelas cidades de Cochabamba, Sucre e Santa Cruz de la Sierra, submetidas respectivamente às influências andinas, platinas e amazônicas como o *heartland* sul-americano. O aproveitamento das vias fluviais e a construção de uma rede ferroviária garantiriam ao Brasil o controle dessa área, neutralizando a influência platina nos Andes e transferindo para a região amazônica o escoamento das riquezas do planalto boliviano e da Colômbia, além de assegurar ao Brasil vários portos no Pacífico.

Quanto a oposição Amazonas versus Prata o autor argumenta que:

“Na bacia platina características concêntricas, suficiente homogeneidade e densidade de população, facilidades topográficas, condições meteorológicas favoráveis. Os piões se encontram em vatajosa situação inicial. Domínio absoluto da viação fluvial pela bandeira argentina. Estradas de ferro em combinação com as vias navegáveis, procuram compensar a má posição da Foz do Prata. Ambos os meios de comunicação drenados para Buenos Aires, como distribuidora, a economia dos Estados mediterrâneos elevando a influência platina até os vales longitudinais dos Andes.”

Na bacia amazônica, tudo ao contrário. Floresta tropical imensa, excêntrica às zonas de irrigação da política brasileira devido à precariedade das comunicações longitudinais. A terra ainda divorciada do homem, pequeno ainda para abarcar-lhe a grandiosidade. A não ser a navegação fluvial segundo os rumos excêntricos da Amazônia, só a Madeira-Mamoré, perdida nas profundezas do ‘Inferno Verde’ como único pião sabiamente colocado por mão de mestre ...”<sup>57</sup>

Outro ponto importante do pensamento geopolítico de Travassos, apontado por Shiguenoli Miyamoto, é sua análise da estrutura geo-militar brasileira. Para analisá-la, Travassos dividiu o espaço territorial brasileiro em cinco zonas geográficas militares: 1- *zona geomilitar do sul*, compreendendo os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina,

---

<sup>57</sup> Travassos, Mário, *Projeção continental do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, pp. 170-171.

Rio Grande do Sul e o sul de Minas Gerais. Esta zona estaria relacionada aos problemas geopolíticos-militares historicamente criados pelas fronteiras do sul e sudeste; 2- *zona geográfica setentrional do leste*, considerada até os limites de Minas Gerais, responderia em particular às agressões extracontinentais; 3- *região setentrional do oeste*, na qual o centro de gravidade estaria localizado no trecho Santarém-Manaus; 4- *zona de reserva*, definida pelos limites de Minas Gerais seria o centro de gravidade da própria estrutura geomilitar do país; e finalmente 5- *quinta zona geomilitar*, situada entre São Sebastião e Ilhéus que, além de proteger a área de reserva, propiciaria a articulação da defesa da fronteira marítima da região.

Sobre esse tema, o autor argumenta que nos países com grandes fronteiras marítimas e territoriais como o Brasil, as fronteiras terrestres têm um papel secundário porque o “centro de gravidade” se desloca das fronteiras terrestres para as marítimas em caso de agressão externa, o que implicaria a própria alteração da estratégia a ser aplicada ao país.<sup>58</sup> Cabe dizer que esses estudos geopolíticos foram produzidos num período em que o país passava por importantes transformações políticas (substituição das oligarquias agrárias pela burguesia industrial), econômicas (processo de industrialização) e militares (presença das missões estrangeiras) e tiveram um papel bastante proeminente na formulação da Doutrina de Segurança Nacional.

---

<sup>58</sup> Shiguenoli Miyamoto, *Geopolítica e poder no Brasil*, op. cit., p 70.

## **Da Defesa Nacional à Doutrina de Segurança Nacional: as concepções estratégicas brasileiras durante a Guerra Fria**

A fundação da Escola Superior de Guerra em 1948 inaugura uma fase de importantes mudanças nas concepções estratégicas brasileiras. Inspirada inicialmente no *War College* norte americano, a escola brasileira tornou-se um poderoso instrumento de um projeto político que objetivava transformar o Brasil numa “grande potência”.<sup>1</sup> A Doutrina de Segurança Nacional, gestada neste período, tornou-se parâmetro para a organização da Defesa Nacional, passando, com a ditadura militar, de proposta ideológica para política oficial do Estado. Também foco de debates no imediato pós-Guerra, a autonomia institucional de cada uma das Forças se acirrou no período autoritário.

### **1- A criação da Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional.**

A participação de tropas brasileiras na Segunda Guerra Mundial foi determinante no processo de criação da Escola Superior de Guerra. Os oficiais brasileiros passaram por várias adversidades durante a campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB), como a falta de equipamentos e treinamento adequados para o novo tipo de combate que estava surgindo. Antes restritos aos teatros de guerra, os conflitos militares passaram a envolver todos os aspectos dos países beligerantes. Era a aplicação do conceito de *guerra total* desenvolvido pelo general Lundendorff após a derrota alemã em 1918.

---

<sup>1</sup> “O Brasil possui os requisitos básicos (área, população, recursos) indispensáveis para se tornar uma grande potência”, citação de Idálio Sardenberg, “Princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra”, apud Shiguenoli Miyamoto, *Geopolítica e poder no Brasil*, op.cit, p. 232.

As precariedades materiais do Exército brasileiro, sua defasagem estratégica e doutrinária, a pouca experiência em engajamentos diretos (a última significativa havia sido na Guerra do Paraguai) ficaram patentes, principalmente se comparadas ao poderio militar norte-americano. Isso fez com que muitos oficiais regressassem ao Brasil defendendo a necessidade de se acelerar o desenvolvimento econômico, visto como condição precípua do chamado “esforço de guerra”.

Tal preparo se fazia necessário, na visão desses oficiais, porque a nova configuração do poder mundial após a vitória dos Aliados sobre o Eixo, dividindo o mundo em dois blocos principais (o bloco soviético, e o bloco da Grande Área, dominado pelos EUA<sup>2</sup>), prenunciava um inevitável confronto entre o mundo ocidental e o comunista, sob a forma de uma *guerra total*:

“O conflito futuro, afirmam todos, terá mais do que o último, características de guerra integral. Todas as forças morais, econômicas, diplomáticas e militares nele serão lançadas com a maior intensidade e a maior extensão. Daí a complexidade de sua preparação que, como afirmamos, deve ser obra do governo, em seu conjunto. (...) Só com uma organização apropriada de governo será possível uma política de segurança nacional, cuja realização em tempo de paz é uma necessidade premente e permanente – pois a preparação da guerra comanda e domina a sua execução.”<sup>3</sup>

Por isso, desde o seu início a Escola Superior de Guerra, mais que uma escola dedicada aos assuntos militares, pretendia ser um centro formador de civis e militares que viessem a ocupar postos-chaves na condução da política nacional.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Para Noam Chomsky, os planejadores da cúpula do Departamento de Estado tinham plena consciência de que os Estados Unidos emergiram da guerra como a potência dominante mundial, e passaram a determinar como poderia organizar-se o mundo para satisfazer “*as necessidades dos que detêm e controlam a economia americana – o que os cientistas políticos chamam de ‘O interesse nacional’*”. Planejaram então o conceito conhecido como Grande Área, que devia incluir no mínimo o hemisfério ocidental, o antigo império britânico e o Extremo Oriente. Noam Chomsky, “Armas estratégicas, guerra fria e Terceiro Mundo” in Edward Thompson e outros, *Exterminismo e Guerra Fria*, São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 193-194.

<sup>3</sup> Citação de Oswaldo Cordeiro de Farias, “Razões que levaram o governo a pensar na organização da Escola Superior de Guerra”, apud Shiguenoli Miyamoto, *Geopolítica e poder no Brasil*, op.cit., pp. 216-217.

<sup>4</sup> Eliézer Rizzo de Oliveira, “A Doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico”, in Eliézer Rizzo de Oliveira (org.), op.cit.; Shiguenoli Miyamoto, *Geopolítica e poder no Brasil*, op.cit.; Joseph Comblin, *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; Maria Helena Moreira Alves, *Estado e oposição no Brasil: 1964–1984*, Petrópolis: Vozes, 1984.

Também é importante lembrar que os fundadores da Escola Superior de Guerra, entre os quais se destacam Juarez Távora, Cordeiro de Faria e Golbery do Couto e Silva<sup>5</sup>, pertencem a uma geração influenciada pelo tenentismo, pelas teorias geopolíticas e principalmente pelas idéias do general Góes Monteiro, sem abdicar, é claro, do positivismo enraizado no pensamento militar brasileiro.<sup>6</sup>

Além dessas influências político-ideológicas, a opção estratégica pelo bloco ocidental, sob hegemonia dos EUA, está entre os elementos fundamentais da Doutrina de Segurança Nacional brasileira que Maria Helena Moreira Alves define da seguinte forma:

“Em sua variante brasileira, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado.”<sup>7</sup>

Portanto, mais que uma política de defesa adaptada às condições estratégicas reinantes após a Segunda Guerra Mundial, a Doutrina de Segurança Nacional simbolizava, nos países latino-americanos, um determinado projeto nacional construído de acordo com a *concepção de mundo* de seus formuladores, no qual o papel dos militares era preponderante. Ainda que as doutrinas latino-americanas guardassem algumas similaridades com a matriz norte-americana, elas foram adaptadas de acordo com a realidade política e social de cada país.

A esse respeito, Simón Lázara aponta a influência do nacionalismo católico e das idéias do pensador francês Charles Maurras na formulação da doutrina argentina. Era amplamente defendida pelos docentes da Escola Superior de Guerra argentina, onde essa

---

<sup>5</sup> As principais idéias desses autores podem ser encontradas em: Juarez Távora, *Organização para o Brasil*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959; Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, op.cit.; Aspásia Camargo e Walder de Goes, *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Faria*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

<sup>6</sup> Michel Schooyans aponta a influência do positivismo militar na Doutrina de Segurança Nacional formulada pela Escola Superior de Guerra, em: Michel Schooyans, *Déstín du Bresil*, Gembloux, Duculot, 1973.

<sup>7</sup> Maria Helena Moreira Alves, op.cit., p. 27.

doutrina foi gestada, a tese de que somente através do militarismo seria possível deter a decadência do ocidente iniciada com Descartes e Lutero, cujas idéias eram vistas como a gênese do pensamento materialista posteriormente desenvolvido por Karl Marx.<sup>8</sup> Já o desenvolvimento industrial considerado fundamental para os formuladores da doutrina brasileira era visto com reservas pelos seus pares argentinos. Nas palavras de Alain Rouquié:

“(…) las nuevas hipótesis de guerra relegaban a un segundo plano los problemas de equipamiento y de autonomía industrial. (...)Y en lugar de reconocer que la industrialización era uno de los logros del gobierno, se le reprochaba como un crimen porque acrescentaba el éxodo rural y la proletarización de los trabajadores agrícolas. Ahora bien dice proletariado dice comunismo, por lo que la industria engendra al comunismo.”<sup>9</sup>

No caso brasileiro, os principais fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional são:

1) A *segurança nacional*, definida como o grau relativo de garantia que o Estado pode proporcionar à Nação por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, para, superando os antagonismos, conquistar e manter os objetivos nacionais permanentes.

2) O *poder nacional*, tido como a capacidade que tem o conjunto interagente dos homens e dos meios que constituem a Nação, atuando na conformidade da vontade nacional, de alcançar e manter os *objetivos nacionais*, que podem ser: a) *permanentes*, quando formados por “elementos estáveis” na opinião de seus formuladores como a democracia, a integração nacional, a integridade do patrimônio nacional, a paz social, o progresso e a soberania; ou b) *atuais*, quando correspondentes a uma situação momentânea e puderem ser traçados para responder a determinadas conjunturas.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Simón Lázara, *Poder militar origen, apogeo y transición*, Buenos Aires: Editorial Legasa, 1988.

<sup>9</sup> Alain Rouquié, *Poder militar y sociedad política en la Argentina. II-1943-1973*, Buenos Aires: Emecé Editores S.A, 1982, p.160.

<sup>10</sup> Os conceitos acima citados estão presentes em todos os manuais da Escola Superior de Guerra. Eles foram ligeiramente modificados a partir da década de 80, mas ainda mantêm a essência da fórmula original.

Esses objetivos em tese visariam estabelecer medidas que propiciem ao país desenvolver-se economicamente e fundamentar a elaboração do *conceito estratégico nacional*, que orientaria a formulação do planejamento estratégico do país e das Forças Armadas, já que na visão de Golbery do Couto e Silva, o *conceito estratégico nacional* seria a diretriz fundamental da Política de Segurança Nacional, tanto na paz como na guerra.<sup>11</sup>

## 2- A geopolítica de Golbery do Couto e Silva

As linhas gerais do pensamento esguiano e grande parte dos princípios que orientarão a formulação do *conceito estratégico nacional* vigente dos anos 60 aos 80 podem ser encontradas nos estudos geopolíticos de Golbery do Couto e Silva.<sup>12</sup> Nestes estudos, produzidos sob o clima da guerra fria, o autor argumenta que tanto em termos estratégico-militares quanto em termos “culturais”, o Brasil identifica-se com o *ocidente cristão* ameaçado pelo *perigo comunista*.<sup>13</sup> Portanto, as concepções-estratégicas brasileiras deveriam ser consoantes com essas premissas.

Fundamentando-se em suas concepções de segurança nacional, Couto e Silva elaborou uma teoria geopolítica que associava a proteção do território nacional à sua ocupação. O autor via o país como um gigantesco deserto salpicado por um arquipélago de ilhotas demográficas. O núcleo central estaria dentro do triângulo Rio de Janeiro-Belo Horizonte-São Paulo, e haveria mais uma série de “*penínsulas*” em um todo homogêneo.<sup>14</sup>

Sua estratégia de ocupação territorial apoiada numa visão geopolítica de integração

<sup>11</sup> Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, op.cit., p. 251.

<sup>12</sup> Shiguenoli Miyamoto, *Geopolítica e poder no Brasil*, op.cit., p.96. De Couto e Silva ver além de *Geopolítica do Brasil*, op.cit.; Golbery do Couto e Silva, *Aspectos Geopolíticos do Brasil*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957; e Golbery do Couto e Silva, *Planejamento Estratégico*, Brasília: Editora da UNB, 1981.

<sup>13</sup> Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, op.cit., pp.226-229.

<sup>14</sup> Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, op.cit., p. 45.

nacional, desenvolvida nas décadas de 30 e 40 por autores como Everardo Backheuser, Leopoldo Nery da Fonseca e Lysias Rodrigues<sup>15</sup>, entre outros, buscava articular solidamente as regiões norte e sul, através do desenvolvimento e integração da região centro-oeste e da “*península*” amazônica, considerada pelo autor a base para uma futura projeção brasileira:

“Resumindo em linhas gerais a grande idéia de manobra geopolítica para integração do território nacional, trata-se de:

1- articular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental; ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração; 2- impulsionar para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central, de modo a integrar a península centro-oeste no todo ecumênico brasileiro; 3- inundar de civilização a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E.-O. Seguindo o eixo do grande rio.”<sup>16</sup>

Essa estratégia de integração, na opinião do autor, aumentaria a capacidade de defendê-lo de qualquer tipo de ataque ao longo de suas fronteiras. Para viabilizar sua estratégia, Couto e Silva propõe a divisão do país em cinco áreas geopolíticas, inspirando-se claramente na análise da estrutura geo-militar do Brasil elaborada por Travassos na década de 40.<sup>17</sup> Contudo, ao tratar das estratégias de defesa do território nacional, ao contrário de Travassos, que priorizava a defesa das fronteiras marítimas em caso de ataque externo, Couto e Silva prioriza a *defesa territorial* da região sul.

O autor via o Brasil como um país subdesenvolvido, incapaz de alcançar por si mesmo o nível de alta tecnologia. Por isso, deveria aceitar a tutela de uma grande potência que lhe cedesse a técnica e lhe facilitasse os capitais necessários, ou seja, o Brasil deveria torna-se o satélite privilegiado dos Estados Unidos, o que traria benefícios mútuos para as

---

<sup>15</sup> Everardo Backheuser, *A estrutura política do Brasil*, Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Cia., 1926; Everardo Backheuser, *Curso de geopolítica geral e do Brasil*, Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1952; Leopoldo Nery da Fonseca, op.cit.; Lysias Rodrigues, op.cit.

<sup>16</sup> Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, op.cit., p.47.

<sup>17</sup> Esta tese é defendida por Shiguenoli Miyamoto em *Geopolítica e poder no Brasil*, op.cit. p.99.

duas nações. Os Estados Unidos receberiam matérias primas, enquanto o Brasil incorporaria tecnologia e *know how*, geraria um capitalismo próprio que lhe permitiria possuir técnica e capital para exportar a outros países subdesenvolvidos.

Couto e Silva também via na posição geográfica estratégica do Brasil para a defesa das costas americanas e africanas em caso de um suposto ataque soviético, a possibilidade do país tornar-se a potência hegemônica no Atlântico Sul.<sup>18</sup>

### **3- A Defesa Nacional durante a ditadura militar.**

Vários autores recorreram à teoria da abdicação da classe dominante de Karl Marx para explicar o que ocorreu no Brasil em 1964.<sup>19</sup> De acordo com essa visão, o Brasil era dominado econômica e politicamente por uma elite que preferiu abdicar de sua pretensão ao governo em nome de uma proteção coercitiva que apenas os militares poderiam dar naquele momento.

De fato, o golpe militar inverte uma tendência que havia predominado nas relações civis-militares até então. Ao invés de apoiar um determinado projeto político, o Exército - influenciado pela Doutrina de Segurança Nacional - assume o governo contando com o apoio de uma parte da elite brasileira que lhe dará sustentação durante a ditadura militar, que contou ainda com o respaldo essencial dos Estados Unidos, país que apoiou os golpes militares na América Latina em nome do controle da situação política das regiões sob sua área de influência:

“As diferenças entre democracia e ditadura são menores que as existentes entre os países cuja política compreende consenso, comunidade, legitimidade, organização, eficiência, estabilidade e os países cuja política é deficiente nessas qualidades.”<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, op.cit. p.52.

<sup>19</sup> Entre eles Alfred Stepan, *Os Militares: Da Abertura à Nova República*, 4ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986; e João Quartim de Moraes (org.), *A Tutela Militar*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1987.

<sup>20</sup> Samuel P. Huntington, *A ordem política nas sociedades em mudança*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975, p. 13. Sobre este assunto ver também: Joseph Comblin, op.cit.

Com a adoção da Doutrina de Segurança Nacional como parâmetro da organização da Defesa, o comunismo passou a ser visto como a principal ameaça à “segurança” do Brasil tanto interna quanto externamente. Portanto, além de cooperar na contenção do crescimento soviético em áreas de influência norte-americanas, em especial no Atlântico Sul, era fundamental que os militares se engajassem na luta contra um *inimigo* impreciso e presente em todos os setores da sociedade brasileira. Esse *inimigo interno* - que para Héctor Saint-Pierre pode ser o *inimigo de resistência*, que combate pela manutenção da independência de um país invadido; o *inimigo infiltrado*, que busca a desestabilização de um governo e o inimigo interno em sentido estrito: o *inimigo político*<sup>21</sup> - visava desestabilizar politicamente o país através de uma “estratégia indireta”.

A dita “estratégia indireta” do “movimento comunista internacional” era definida nos manuais do Exército como:

“recurso empregado em virtude do impasse nuclear, abrange dois tipos básicos de ação: ação psicológica em manobra exterior, visando a influenciar, submeter ou intimidar populações de amigos, inimigos e neutros; ação de força na zona de conflito local. Essa é a estratégia atualmente empregada. Visando a destruição do liberalismo e utilizando a ideologia marxista disseminada em todas as nações do mundo livre, o imperialismo da URSS, completando pelo nascente imperialismo chinês, promove e intensifica a guerra fria e provoca e apoia movimentos revolucionários em várias áreas do mundo, desencadeando verdadeiras guerras por procuração.”<sup>22</sup>

Em paralelo a isso, a possibilidade de conflito com a Argentina, ou com uma coalizão liderada por ela, tida até então como principal *ameaça* externa ao país, continuou preocupando os militares brasileiros, ainda que num segundo plano. Um dos focos da continuação das desconfianças mútuas tinha origem, do lado argentino, no Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos de 1952, (que previa o fornecimento de

---

<sup>21</sup> Héctor Saint-Pierre, “Inimigo e Excepcionalidade na Teoria Política de Carl Schmitt”, in *Revista Impulso*, Piracicaba-SP: Editora Unimep, número 09, 1991, pp.68-69.

<sup>22</sup> Obino Lacerda Álvares, “A Estratégia da Guerra Revolucionária” in Obino Lacerda Álvares (org.), *Estudos de Estratégia*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Editora de Brasília S.A., 1973, p.157.

equipamentos e materiais militares norte-americanos para o Brasil que deveria, em troca, fornecer minerais e outras matérias-primas estratégicas aos Estados Unidos), que os vizinhos do além-Prata viam como uma tentativa brasileira de alterar a margem de equilíbrio estratégico entre os dois países.

A crescente importância geopolítica atribuída ao saliente nordestino<sup>23</sup> para a defesa do Atlântico Norte também preocupava aos militares argentinos, fazendo renascer a velha rivalidade que remonta à época colonial. A fronteira brasileira que nunca esteve ausente das hipóteses de guerra do Estado-Maior argentino, pareceu de novo ameaçadora e tornou-se prioritária para os responsáveis pelo planejamento da Defesa Nacional argentina:

“Em trabajos anteriores nos hemos referido ampliamente a la acción brasileña en esta frontera. Dado el carácter de esta síntesis, conviene recaptular distinguiendo dos zonas: las que limitan, respectivamente, con Uruguay y con el Brasil. Sobre ambas gravita la política expansionista de Brasilia, apoyada por EE.UU y sustentada por su crecimiento demográfico, su desarrollo económico y las doctrinas geopolíticas en uso, conjunto todo que, en definitiva se articula a través de instintos medios, entre ellos la integración física, el turismo y las vinculaciones comerciales locales.”<sup>24</sup>

O processo de industrialização brasileiro, a implementação dos programas nucleares nos dois países (a usina nuclear de Atucha na Argentina data de 1974 e o governo brasileiro firmou um acordo nuclear com a República Federal da Alemanha em 1975) e os contenciosos sobre as represas de Itaipu e Corpus no rio Paraná durante meados da década de 70 também contribuíram para este quadro de desconfianças mútuas.

Se, por um lado, as rivalidades históricas com a Argentina persistiram durante os anos mais críticos da guerra fria, por outro, a existência de um *inimigo comum* - o comunismo - aproximou as duas Forças Armadas. Apesar da inexistência de acordos formais entre os países americanos que permitissem a atuação das forças de repressão fora de seus países de origem para combater organizações comunistas, houve uma intensa colaboração entre esses

---

<sup>23</sup> Em linguagem geopolítica, saliente é a parte mais avançada de uma obra de fortificação de um entrincheiramento ou linha de entrincheiramento. Para a Marinha o saliente nordestino seria uma área focal, ou seja, uma área marítima nas quais, devido a condições geográficas, hidrográficas ou meteorológica, as rotas comerciais convergem ou se cruzam apresentando partes comuns do tráfego obrigatório.

<sup>24</sup> Juan Enrique Guglielmelli, *Geopolítica del Cono Sur*, Buenos Aires: El Cid, 1979.

órgãos na América do Sul.

Os centros de tortura do Brasil, por exemplo, colaboraram ativamente no combate às organizações de esquerda no Uruguai, onde o delegado Sérgio Fleury, da Divisão de Ordem Política e Social (DOPS), da Polícia de São Paulo, ajudou a organizar o esquadrão da morte para assassinar os *tupamaros*, militantes do *Movimiento de Libertación Nacional Tupac Amaru* que realizavam operações de guerrilha urbana bem planejadas.<sup>25</sup> O Serviço Nacional de Informações (SNI) participou da estruturação da DINA (Diretoria de Inteligência Nacional), órgão responsável pela repressão política durante a ditadura de Pinochet, oferecendo cursos de planejamento, organização, interceptação de comunicações e “técnicas de interrogatório” (aulas de tortura) aos oficiais chilenos recrutados para aquele órgão. E chegou a exportar um tristemente célebre instrumento de tortura: o pau-de-arara.<sup>26</sup> De fato, a Operação Condor, ou *Mercosul do terror* - como vem sendo chamado com bastante propriedade pela imprensa brasileira - foi única forma de cooperação no campo da Defesa/Segurança Nacional patrocinada pelas ditaduras militares sul-americanas até o final da década de 70.<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> Nelson Caula e Alberto Silva, *Alto del Fuego (AA y Tupamaros)*, 3ª edição, Montevideu, Monte Sexto, 1986.

<sup>26</sup> Os documentos da CIA liberados recentemente pelo Departamento de Estado norte-americano sobre a estruturação e atuação da DINA estão disponíveis na página da Freedom of Information Act: [www.foia.state.gov](http://www.foia.state.gov).

<sup>27</sup> O professor paraguaio Martín Almada descobriu em Assunção duas toneladas de documentos guardados no Palácio da Justiça com registros de atividades da Operação Condor. Esses documentos mostram que os países membros da Operação Condor - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai - formaram equipes compostas por policiais e militares encarregadas de assassinar adversários políticos dos regimes militares desses países e também quem desse apoio a eles.

O governo brasileiro informou ao Supremo Tribunal Federal não ter encontrado qualquer referência sobre a participação brasileira na Operação Condor, mas duas fontes comprovam a participação dos centros de tortura brasileiros na operação: um informe de cinco páginas da CIA, liberado recentemente, confirma que representantes brasileiros estiveram presentes com os demais parceiros numa reunião da Operação Condor de 13 a 16 de dezembro de 1976; e o ex-sargento Marival Chaves do CIE (Centro de Inteligência do Exército) disse em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* que a Operação Condor começou no Brasil em 1969, quando duas equipes de militares do Chile e da Argentina fizeram os primeiros cursos no Destacamento de Operações de Informações (DOI). Segundo ele, o intercâmbio de “informações” e as ações conjuntas entre “as comunidades de segurança” do Brasil e dos outros países sul-americanos só terminou por volta de 1985, em função da extinção dos escritórios do CIE em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Mais informações sobre a participação brasileira na Operação Condor ver: “Americanos investigam Operação Condor”, *O Globo*, 13/05/2000; “Documentos podem revelar a participação do Brasil na Condor”, *Jornal do Brasil*, 18/05/2000; “Arquivo do Terror será investigado por parlamentares”, *O Globo*, 19/05/2000; “Cooperação entre países do Cone Sul durou até 85”, *O Estado de S. Paulo*, 23/05/2000; “Documentos provam ligação entre ditaduras”, *O Globo*, 29/05/2000; “Operação Condor deixou rastro de sangue no Cone

Sobre este contexto de rivalidades militares e de associação dos órgãos de inteligência se erigiram as hipóteses de guerra do Alto-Comando das Forças Armadas. As possibilidades de conflitos imaginadas até a década de 80 eram: 1- guerra revolucionária na América do Sul; 2- guerra convencional ou nuclear entre os blocos ocidental e o soviético; 3- guerra geral (*inimigo interno* agindo como agente do bloco soviético); e 4- guerra convencional na América do Sul.

A guerra revolucionária, segundo o vocabulário militar da época seria:

“o conflito que, inspirado do exterior, visa a derrubada violenta do poder legal e sua substituição pela ditadura do partido comunista, em proveito da hegemonia do império marxista”<sup>28</sup>

Diante desta hipótese as Forças Armadas deveriam neutralizar ou eliminar o “inimigo interno” mediante a ocupação física de regiões sensíveis, negação de espaço político às forças de esquerda e restrição de sua liberdade de ação. Nessa situação seria necessário dispor de forças de reserva. Em caso de guerra convencional ou nuclear entre os blocos ocidental e o soviético, caberia aos fardados proteger fronteiras terrestres e marítimas, espaço aéreo e rotas marítimas vitais do Atlântico Sul. Se conflagrada uma guerra geral, os militares brasileiros teriam que estar preparados para desempenhar simultaneamente as atividades descritas nas duas hipóteses anteriores. Já a hipótese de guerra convencional na América do Sul decorria da antiga rivalidade estratégica com a Argentina que era vista como um inimigo potencial perigoso, principalmente se comandasse uma coalizão que incluísse o Uruguai e o Paraguai. Competindo às Forças Armadas assegurar o *status quo* territorial do Brasil na América do Sul realizando operações ofensivas e mantidas fora do território nacional.<sup>29</sup>

De acordo com essas premissas, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica

---

Sul”, *O Globo*, 29/05/2000; “Um segredo bem acessível”, *Jornal do Brasil*, 04/06/2000. Alguns documentos da CIA acerca da Operação Condor estão disponíveis na página da Freedom of Information Act: [www.foia.state.gov](http://www.foia.state.gov).

<sup>28</sup> Obino Lacerda Álvares, “A Estratégia da Guerra Revolucionária”, in Obino Lacerda Álvares (org.), *op.cit.*, p. 168.

<sup>29</sup> Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, “Estratégia e Defesa (1960-1990)” in *Caderno Premissas*, Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos Estratégicos, nº 7, agosto de 1994, pp.50-51.

desenvolveram suas estratégias de defesa. Neste sentido, é necessário esclarecer que a tentativa de transformar a Escola Superior de Guerra num órgão formulador de uma política de defesa nacional que orientasse o preparo das três Forças foi mal sucedida. Os *militares enquanto instituição*<sup>30</sup> realmente incorporam o jargão esguiano, mas não abriram mão de definir autonomamente suas concepções estratégicas que continuaram sendo formuladas por seus respectivos Estados-Maiores. E como resultado do desenvolvimento autônomo de cada uma das Forças, o Brasil contou durante a ditadura militar com um Exército de ocupação, uma Marinha voltada para a *guerra anti-submarino* e uma Aeronáutica cuja principal preocupação era administrar o complexo industrial do setor aéreo, como será exposto a seguir.

### ***3.1- Exército, Marinha e Aeronáutica: prioridades estratégicas diferentes e concorrentes.***

O golpe militar de 1964 conferiu ao Exército brasileiro atribuições prioritariamente voltadas para repressão interna. Isso levou ao abuso do poder, às prisões arbitrárias, à tortura e à supressão de toda liberdade de expressão e organização, pois os movimentos sociais foram considerados *a priori* suspeitos de envolvimento com o “movimento comunista internacional”.

Acerca da identificação do *inimigo interno* com os setores organizados da sociedade civil brasileira, cabe dizer que a Doutrina de Segurança Nacional atualiza um antigo temor das classes dominantes diante da possibilidade de uma revolução popular no Brasil, temor esse incorporado pelo alto oficialato desde da Independência. Como bem mostra Josef Comblin:

“A ação do Exército atinge, portanto, acima de tudo, os campos de batalha “escolhidos” pelo inimigo interno: os sindicatos, a universidade, os meios de comunicação, a Igreja. A repressão e o controle visam acima de tudo esses setores. Lutando contra toda idéia crítica, os militares têm a convicção de

---

<sup>30</sup> Esta classificação é adotada por Alfred Stepan para referir-se aos militares em: *Os Militares: Da Abertura à Nova República*, op.cit.

estarem destruindo o comunismo internacional.”<sup>31</sup>

A expressão *novo profissionalismo* é utilizada por Alfred Stepan em *Authoritarian Brazil* para definir as mudanças no conteúdo do profissionalismo militar que contribuíram para a expansão daquilo que os militares concebiam como seu papel no Estado. De acordo com o autor, o *novo profissionalismo* estaria voltado principalmente para a “segurança interna” e o desenvolvimento nacional, por isso o Exército deveria estar preparado para realizar prioritariamente operações de contra-guerrilha e, secundariamente, operações convencionais de defesa externa.<sup>32</sup>

As principais estratégias de defesa utilizadas pelo Exército até a década de 80 eram: a *estratégia da presença*, caracterizada pela presença de unidades militares em todo território nacional para assegurar a estabilidade da “ordem” interna, a integridade territorial e a “integração nacional”; a *estratégia da dissuasão* que depende da manutenção de Forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer agressão militar ao Brasil; a *estratégia da ação independente*: emprego da Força Militar por iniciativa e decisão do governo quando estivessem ameaçados os interesses brasileiros; e a *estratégia da aliança* que previa o emprego do poder militar liderando uma coalizão, ou subordinando-se aos Estados Unidos.<sup>33</sup>

Ainda visando o combate ao comunismo, o Exército brasileiro adotou a *estratégia do antifoco*, ou contra-revolucionária que consistia basicamente na aplicação de ações contra-guerrilha e no estímulo aos movimentos políticos que, independente de sua natureza ou de suas motivações (nacionalistas, religiosas), pudessem contrapor-se ao comunismo.

A estratégia do *antifoco* foi criada nos Estados Unidos como resposta à estratégia do *foco* formulada por Che Guevara e Regis Debray. Esses estrategistas viam na emergência da guerra de guerrilhas na América Latina a possibilidade de derrotar o imperialismo norte-americano, pois se uma revolução isolada seria facilmente sufocada por tropas do

---

<sup>31</sup> Joseph Comblin, op.cit., p.49.

<sup>32</sup> Alfred. Stepan, *Authoritarian Brazil*, New Haven: Yale University Press, 1973.

<sup>33</sup> Essas estratégias estão descritas em documentos do Exército. Ver, por exemplo, Estado-Maior do Exército, *Instruções Provisórias – Estratégia*, Brasília: Ministério do Exército, 1993. Os manuais da Escola Superior de Guerra também trazem estas definições.

Pentágono, a generalização da luta revolucionária no continente sobrecarregaria seus recursos militares, que, por sua vez, seriam dispersados em várias frentes de combate.<sup>34</sup> Em termos práticos, a estratégia do *antifoco* difundida nos cursos de “formação” e “adestramento” militar realizados nos Estados Unidos para oficiais latino-americanos, previa o repasse de equipamentos militares norte-americanos destinados à “segurança interna” para os Exércitos latino-americanos.<sup>35</sup> É importante lembrar que esses cursos de “formação” e “adestramento” oferecidos a militares latino-americanos naquele período destinavam-se principalmente ao ensino de técnicas de tortura. A Escola das Américas é o exemplo mais conhecido de centros dedicados a esse tipo de prática.

Também não se deve esquecer que ao disseminar a idéia de que a guerra contra o comunismo não poderia ser vencida apenas por tropas regulares, a estratégia do *antifoco* abriu espaço para o surgimento e o apoio militar aos grupos de extermínio para-militares como, por exemplo, a Operação Bandeirantes:

“A Operação Bandeirantes (OBAN), que se nutria de verbas fornecidas por multinacionais como o grupo Ultra, Ford, General Motors e outros. Não era formalmente vinculada ao II Exército, embora seu comandante, general Canavarro Pereira, visitasse regularmente a Delegacia de Polícia que lhe servia de sede, na rua Tutóia em São Paulo. A OBAN foi composta com efetivos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Política Estadual, Departamento de Polícia Federal, Polícia Civil, Força Pública e Guarda Civil.”<sup>36</sup>

Além disso, o *antifoco* ampliou de tal maneira a noção de *inimigo interno* que praticamente toda população do país, por diferentes motivos, era vista pelo Exército como passível de envolvimento com o comunismo porque de acordo com o *establishment* militar da época a estratégia indireta do “movimento comunista internacional” valia-se de *ações*

---

<sup>34</sup> Régis Debray expõe essa estratégia em: *Revolution in the revolution? The armed struggle and political struggle in Latin America*, New York: Grove Press, 1967. De Ernesto Guevara ler: *Guerra de Guerrilhas*, São Paulo: Populares, 1980.

<sup>35</sup> Mário Jorge da Fonseca Hermes, “O Sistema de Segurança Interamericano e o Brasil”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, ano CI, números 1/3, jan./mar., 1981.

<sup>36</sup> Arquidiocese de São Paulo, *Brasil Nunca Mais*, Petrópolis: Vozes, 1985.

*psicológicas* para atingir seus objetivos:

“As IP 100-5 [ Instruções Provisórias do Exército] em seu parágrafo 112, estabelecem que as ações psicológicas são o emprego de um conjunto de recursos e técnicas destinadas a gerar emoções, atitudes, predisposições e comportamentos de indivíduos e coletividades favoráveis à obtenção de um resultado desejado.

Ao analisar o conceito de ação psicológica verificamos, desde logo, que ela se aplica não ao âmbito individual – quando se procura obter mudança de comportamento pessoal – como também no seio das coletividades, buscando provocar emoções e predisposições tão intensas que levam à mudança de comportamento de grandes agrupamentos humanos. Pode-se atuar, portanto, numa das áreas em que, convencionalmente, se aceita se compartimentar o poder: o campo psicossocial.

(...) Num clima de conflito esse campo se compartimenta em quatro setores distintos embora inter-relacionados:

a população do estado ou estados inimigos, incluídas naturalmente suas Forças Armadas;

a população dos estados neutros que por tradição ou interesse, demonstra simpatia para com o adversário;

a população dos estados favoráveis à nossa causa, incluídos os aliados e os neutros que indiretamente nos apóiam;

**a população de nosso próprio país, cuja opinião pode não ser unânime, sendo mesmo de esperar a presença de grupos contestadores que se oponham franca e decisivamente à ação do governo.**<sup>37</sup>

Na região centro-norte do Brasil, por exemplo, a pobreza e o baixo nível educacional da população representavam, na opinião dos militares, um campo fértil para a conflagração da revolução comunista. Isso fez as populações indígenas e os camponeses que viviam na região serem vistas como potenciais *inimigos internos*:

“ (...) a revolução comunista tem medrado no seio das sociedades mais pobres, de fraca estrutura industrial, e tem tido origem nas contradições geradas pela pobreza. A moderna guerra revolucionária já dispõe, pois, de um campo preparado: a pobreza de muitos povos e nações.

A sociedade liberal dos nossos dias, por outro lado, é altamente contestadora dos principais valores éticos e políticos em que se assentou no passado. Se juntarmos [sic] a esse estado de espírito as debilidades estruturais, as vulnerabilidades econômicas e sociais e, principalmente, o baixo nível

---

<sup>37</sup> Obino Lacerda Álvares, “Estratégia Psicológica”, Obino Lacerda Álvares (org.), op. cit. 129-131. Os grifos são meus.

educacional encontrado nos países pouco desenvolvidos, teremos compreendido a natureza do caldo de cultura propício ao desenvolvimento do vírus [sic] marxista.”<sup>38</sup>

Para impedir a fixação de focos guerrilheiros nessas regiões e conquistar o apoio da população local à ditadura, a estratégia do *antifoco* previa o emprego do Exército em *ações cívico-militares* como: prestar apoio em habitação, vestuário e alimentação às famílias locais; dar assistência médica; e construir estradas. Comblin afirma que a idéia de utilizar a ação cívico-militar como propaganda política contra o comunismo surgiu no governo Kennedy e foi incorporada pelas Forças Armadas latino-americanas:

“A ação cívica militar nasceu por iniciativa de Kennedy. Entusiasmado pelo corpo de engenheiros militares que se encarregava de todo tipo de serviços sociais nos distantes locais onde eram enviados pelo serviço militar, Kennedy imaginou ter descoberto uma técnica fundamental para conquistar a simpatia das populações seduzidas pela revolução. A ação cívica militar lhes mostraria que o governo é mais eficiente que a revolução para remediar suas necessidades.”<sup>39</sup>

No Brasil essas ações (aqui denominadas cívico-sociais) que há tempos já eram realizadas pelas Forças Armadas em regiões desassistidas pelo poder público no país com o intuito de legitimar não o governo, mas a própria instituição perante as populações carentes, tornaram-se durante a ditadura militar parte da estratégia contra-revolucionária das Forças Armadas.

O serviço militar obrigatório também desempenhou um importante papel para a consecução das estratégias de “segurança interna” durante a ditadura, constituindo-se num poderoso instrumento de divulgação da Doutrina de Segurança Nacional para diferentes classes sociais. Os recrutas eram distribuídos de acordo com sua origem social nos Órgãos de Formação da Reserva. Os jovens mais abastados (futuros profissionais liberais, empresários, professores) eram encaminhados aos Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva, e os mais pobres, ou moradores de cidades interioranas onde não havia

---

<sup>38</sup> Obino Lacerda Álvares, “A Estratégia da Guerra Revolucionária”, Obino Lacerda Álvares (org.), p.167.

<sup>39</sup> Joseph Comblin, op.cit., p.46.

outro tipo de unidade militar, eram encaminhados aos Tiros de Guerra.

Os Tiros de Guerra cumpriam duas funções importantes para a estratégia da “segurança interna”: ocupar militarmente regiões consideradas estratégicas e fortalecer as ligações do Exército com a comunidade.<sup>40</sup>

Mas a convivência entre o Exército e as populações carentes nem sempre foi pacífica. Maria Helena Moreira Alves relaciona o *antifoco* à violência sofrida por camponeses e índios que viviam em áreas tidas como estratégicas pelos militares brasileiros:

“Os focos foram utilizados pelo Estado de Segurança Nacional para justificar a implantação de um vasto plano de controle político e social, baseado na ocupação militar da região, ampla mobilização de tropas e violenta intimidação da população em áreas de interesse econômico.”<sup>41</sup>

Contudo, deve-se destacar que a hipótese de um conflito armado com a Argentina e a necessidade de consolidar o aparato de repressão condicionaram a concentração das unidades militares do Exército na região Sul e nos grandes centros urbanos até o final da década de 80.

Ao contrário do Exército, que esteve prioritariamente voltado para a repressão, a Marinha brasileira esteve essencialmente voltada para a proteção anti-submarino das rotas marítimas comerciais do Atlântico Sul face a uma hipotética ameaça naval soviética durante os anos da ditadura militar.<sup>42</sup> Apenas o Corpo de Fuzileiros Navais, seguindo os

---

<sup>40</sup> Mário César Flores, “As atividades subsidiárias da Marinha”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, ano XCIX, números 7/9, jul./set., 1979; Carlos Fernando Freitas de Almeida, “O serviço militar obrigatório: utilização da mão de obra do jovem em idade do serviço militar”, *Trabalhos Especiais*, Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1990; Carlos Cid da Nóbrega Lopes, “O serviço militar e a mobilização”, *Trabalhos Especiais*, Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1990; Márcio Flávio de Taulos, “A criação da Guarda Nacional e os reflexos para a Segurança Interna”, *Trabalhos Especiais*, Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1990.

Um manual da ESG definiu assim área estratégica: “Áreas estratégicas são espaços, físicos ou sociais, caracterizados pela presença ou pela possibilidade de existência de relevantes interesses nacionais ou óbices de maior vulto.” Escola Superior de Guerra, *Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1998, p.145.

<sup>41</sup> Maria Helena Moreira Alves, op.cit., pp.165-166.

<sup>42</sup> Mário César Flores, “Mobilidade estratégica e Projeção de Poder”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, ano CIII, números 7/9, jul./set., 1983; Mário César Flores, “Validade e limitações da não intervenção na América”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro:

princípios da estratégia do *antifoco*, foi treinado exclusivamente para o desembarque em zonas sob controle de grupos guerrilheiros ou de tropas sublevadas no litoral brasileiro<sup>43</sup>.

Cabe dizer que as prioridades estratégicas da Marinha brasileira foram, nesse período, profundamente influenciadas pelo longo contato com a Marinha norte-americana, iniciado no começo do século e reforçado pelo Acordo de Assistência Militar de 1952. A Missão Naval Norte-americana, descrita no primeiro capítulo desta dissertação, ao contrário da Missão Militar Francesa que permaneceu no Brasil até 1939, só encerrou suas atividades no país após o rompimento do acordo militar com os Estados Unidos, em 1977.<sup>44</sup>

Em termos práticos, o acordo militar amenizava a falta de recursos financeiros da Marinha brasileira que por força de tratados assinados em âmbito continental deveria, assim como as outras Marinhas sul-americanas, participar prioritariamente de operações de proteção coletiva do tráfego marítimo interamericano.<sup>45</sup>

O acordo militar também permitiu a aquisição do porta-aviões Minas Gerais, no final dos anos 50, pelo governo brasileiro. O Minas Gerais a princípio serviu para incrementar as desconfianças argentinas; porém, com base nos acordos de Defesa Coletiva firmados e em sua política de equilíbrio militar entre os países do Cone Sul, o governo norte-americano também facilitou a aquisição de navios pelas Marinhas do Chile e da

---

Serviço de Documentação Geral da Marinha, ano CV, números 7/9, jul./set., 1985; Luiz Paulo Guimarães, “A evolução do poder naval e do pensamento naval brasileiro após a Segunda Guerra Mundial”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, ano CVII, números 10/12, out./dez., 1987; Luiz Porto e Albuquerque, “Apontamentos sobre a guerra fria e o desenvolvimento do poder naval”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, vol. 115, números 1/3, jan./mar., 1995; Armando Amorim Vidigal, *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*, op.cit.

<sup>43</sup> “(...) todos os nossos exercícios anfíbios desde quando eu tenho consciência, de mil novecentos e sessenta e poucos até cerca de mil novecentos e oitenta, tinham por (...) base áreas liberadas no interior do Brasil por movimentos contrários ao regime vigente.(...) Aconteciam coisas engraçadíssimas, deslocava-se uma unidade de fuzileiros para a região de Itajaí para sufocar uma área liberada quando era muito mais fácil ir pelas estradas. Mas como é que iríamos justificar o corpo de fuzileiros navais se não fizéssemos aquilo?” Mário César Flores, *Forças Armadas e Democracia*, Palestra proferida no Núcleo de Estudos Estratégicos em 04 de abril de 1997.

<sup>44</sup> Sobre esse assunto ver: Paulo Lafayette Pinto, “As forças navais brasileiras”, op.cit; e Dino Willy Cozza, op.cit.

<sup>45</sup> Armando Amorim Vidigal, *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*, op.cit.

Argentina.<sup>46</sup>

Em meados da década de 70, a política externa do governo Geisel de aproximação comercial com as ex-colônias portuguesas, e a possibilidade vislumbrada por um importante segmento militar do Brasil vir a ser uma “grande potência” no século XXI, atualizaram as preocupações da Marinha com sua atuação na costa africana. Orientada pelo conceito de poder marítimo<sup>47</sup> desenvolvido por Mahan, a estratégia naval brasileira visava, em tese, garantir a soberania brasileira ao longo de suas costas e a *projeção de poder*<sup>48</sup> junto aos estados e regiões costeiras do Atlântico Sul, considerada a única via de comunicação entre os oceanos Índico e Pacífico e um dos acessos para a Antártida. Isso tudo sem abrir mão, no entanto, da remota hipótese de conflito armado com a Argentina.

O conceito de poder marítimo adotado pela Marinha brasileira na década de 70 era bem próximo da teoria de guerra no mar de Mahan, segundo a qual a guerra seria ganha em uma batalha decisiva entre encouraçados, o que garantiria ao vencedor o domínio amplo do mar e o controle das linhas de comunicações marítimas. Nos manuais de estratégia da década de 70 o poder marítimo é definido como:

“A capacidade que tem a Nação para utilizar o mar e, quando necessário, disputar, obter, exercer e ampliar o domínio do mar visando a consecução dos Objetivos Nacionais.”

O projeto do “Brasil grande potência” alentou, por um lado, a opção do almirantado por uma Marinha oceânica que respaldasse a suposta hegemonia brasileira no Atlântico Sul,

---

<sup>46</sup> A aquisição do porta-aviões também gerou uma nova disputa entre a Marinha e a Força Aérea acerca da aviação naval. O impasse sobre a posse dos aviões do navio aeródromo só foi solucionado no governo Castelo Branco, em janeiro de 1965, quando decidiu-se que a Força Aérea receberia os aviões de asa fixa já comprados pela Marinha e cederia os seus helicópteros anti-submarinos, existentes no primeiro grupo de aviação embarcada. A esse respeito ver: Armando Amorim Vidigal, *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*, op.cit.

<sup>47</sup> José Maria Amaral Oliveira, “Estratégia Naval” in Obino Lacerda Álvares (org.), op.cit., p.236. Para uma visão crítica da teoria de Mahan ver: Domício Proença Júnior e outros, op.cit.

<sup>48</sup> A projeção de poder envolve a capacidade de uma Marinha realizar várias tarefas: bombardeio naval por navio de superfície; bombardeio aeronaval com aeronaves embarcadas; operações anfíbias; e ataque com mísseis estratégicos lançados de submarinos. Escola Superior de Guerra, *Subsídios para o estudo dos fundamentos doutrinários*, volume I, Expressões do Poder Nacional, Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1997.

e por outro a participação do corpo de fuzileiros navais e do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) na repressão política. Também coube à Marinha durante a ditadura a realização de atividades subsidiárias como o controle sobre a Marinha Mercante, e ações *cívico militares* dentre as quais se destaca a assistência médica às populações ribeirinhas<sup>49</sup>. O Exército foi sem dúvidas a Força que teve mais participação direta no governo e na repressão política durante a ditadura. No entanto, a Força que mais atividades civis acumulou desde a sua criação foi a Força Aérea.

A doutrina de *poder aéreo* (atualmente denominada *poder aeroespacial*<sup>50</sup>), unificado e independente, fundamentou atuação do alto oficialato da Força Aérea Brasileira no sentido de que todas as atividades ligadas ao setor aéreo permanecessem sob o controle do Ministério da Aeronáutica.<sup>51</sup> Por isso, além de incorporar o acervo da aviação naval, militar e o Departamento de Aviação Civil, anteriormente subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, coube ao Ministério da Aeronáutica a criação e a coordenação de uma série de organizações que propiciassem a implantação de uma indústria aeronáutica nacional. Para viabilizar esse projeto foi fundado em 1950 o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), visando a formação engenheiros especializados para dar apoio às atividades aeronáuticas, e, em 1953, o Centro Técnico de Aeronáutica (CTA), voltado para a realização de atividades técnico-científicas relacionadas com o ensino, a pesquisa e o desenvolvimento aéreo de interesse da Força Aérea Brasileira. A construção de aviões com tecnologia nacional foi concretizada com a criação da Embraer (Empresa Brasileira de

---

<sup>49</sup> Sobre as atividades subsidiárias da Marinha nesse período ver: Mário César Flores, “As atividades subsidiárias da Marinha”, op.cit.

<sup>50</sup> “*Poder aeroespacial é a capacidade resultante da integração dos recursos de que dispõe a nação para a utilização do espaço aéreo e do espaço exterior, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando conquistar e manter os Objetivos Nacionais.*” Estado-Maior da Aeronáutica, *Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira*, 06/07/97, p.11

<sup>51</sup> Em 1947 o núcleo da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica publicou o primeiro documento doutrinário da Aeronáutica brasileira, enfatizando a independência estratégica da Força Aérea Brasileira em relação às outras duas Forças: “*As Forças Armadas que se constituem da Aeronáutica da Marinha e do Exército são distintas e equivalentes, mas independentes; conjugam seus esforços onde necessário, mas nenhuma delas é organização auxiliar de outra.*” Nelson Freire Lavanère-Wanderley, “O pensamento estratégico brasileiro-o poder aeroespacial”, *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 67, número 687, jan-fev de 1980, p. 6.

Aeronáutica S/A) em 1969.<sup>52</sup>

Entusiasmado com a possibilidade do Brasil vir a tornar-se uma grande potência já no início do século XXI, o Ministério da Aeronáutica implementou a integração dos sistemas de proteção ao voo e de defesa aérea, unificando sob comando da Força Aérea os meios de detecção (sensores e radares), de telecomunicações, de tratamento ou processamento de dados, utilizados pela aviação comercial e militar.<sup>53</sup> E iniciou o projeto da construção de um satélite brasileiro:

“ (...) estimulado pelo impulso de progresso que anima todos quantos se empenham em atender à convocação do governo para assegurar a implantação do Brasil Grande que legaremos aos descendentes (...) eles poderão orgulhar-se num futuro não muito distante de saber que um satélite desenvolvido, construído e lançado por brasileiros, gravitará, em torno da Terra.”<sup>54</sup>

Em 1979, o Ministério da Aeronáutica já era responsável pela Força Aérea brasileira, aviação civil, infra-estrutura aeronáutica<sup>55</sup>, indústria aeroespacial, estabelecimentos de tecnologia aeroespacial e instalações e engenhos espaciais.<sup>56</sup> Este acúmulo de funções civis pelo Ministério da Aeronáutica, defendido então pelo alto oficialato como necessário para o fortalecimento do poder aéreo, na verdade colocou a Força Aérea no mesmo patamar das outras organizações ligadas ao Ministério, o que, apesar de suscitar um processo de autocrítica na década de 90, não levou a instituição a abrir mão nem mesmo do controle sobre a aviação civil. Conforme a definição exposta na Doutrina Aeroespacial (1997), o

---

<sup>52</sup> Paulo Henrique Russo, “Indústria Aeroespacial, responsabilidade do Ministério da Aeronáutica”, *Revista da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica*, Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, 1995, pp.41-42.

<sup>53</sup> Nelson Freire Lavanère-Wanderley, “O pensamento estratégico brasileiro - o poder aeroespacial”, *Política e Estratégia*, vol.1, n° 1, outubro/dezembro de 1983, pp 148-155.

<sup>54</sup> Marechal-do-Ar Márcio de Souza e Mello, “A Aeronáutica no Êsforço Desenvolvimentista”, Conferência Pronunciada na Escola Superior de Guerra, 11/09/1970.

<sup>55</sup> A administração dos aeroportos no país é feita pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), recentemente privatizada.

<sup>56</sup> O Brasil tem dois centros de lançamento de foguetes: o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) no Rio Grande do Norte, criado em 1965, e o Centro de Lançamento de Alcântara CLA no Maranhão, criado em 1984.

Ministério da Aeronáutica é apresentado como:

“Órgão que administra os negócios da Aeronáutica e que tem como atribuições principais a preparação da mesma para o cumprimento de sua destinação constitucional e a orientação, a coordenação e o controle das atividades da Aviação Civil.”<sup>57</sup>

Em função da multiplicidade de tarefas desempenhadas pelo Ministério da Aeronáutica e de suas próprias percepções estratégicas, a Força Aérea, durante a ditadura militar, dividia-se entre o controle da aviação comercial, as operações de apoio à Marinha – preparando-se para a *guerra anti-submarino* e proteção ao tráfego marítimo no Atlântico Sul<sup>58</sup> - ao Exército, principalmente na região centro norte, e as missões *cívico-militares* bastante valorizadas desde a criação da Força.<sup>59</sup> Secundariamente, a FAB dirigiu-se para a hipótese de conflito com a Argentina, o que - de acordo com doutrina de *poder aéreo* desenvolvida por Douhet - exigia da Aeronáutica sua preparação para a *defesa aérea*<sup>60</sup> e o *bombardeio aeroestratégico*<sup>61</sup>.

Internamente a FAB envolveu-se institucionalmente na repressão<sup>62</sup>, determinando

---

<sup>57</sup> Estado-Maior da Aeronáutica, *Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira*, 06/07/97, p.10.

<sup>58</sup> Essas operações de apoio eram: A interdição, a neutralização, ou a destruição do Poder Naval inimigo; a patrulha e o esclarecimento sobre áreas oceânicas; as operações anti-submarino; a proteção das forças navais amigas e das linhas de navegação marítima.

<sup>59</sup> “(...) A Aeronáutica já teve um esquadrão sanitário. Em 1947, vários aviões foram equipados, um era gabinete dentário, outro raio-x - até cirurgia eles faziam. Esse esquadrão saía pelo interior tirando dente, fazendo radiografia, tratando de verminoses, de vacinação de crianças. Na época do Juscelino foi por três anos assim, esse trabalho era fascinante”. Trecho de uma entrevista feita pela autora com o coronel-aviador da reserva Sérgio Cavalari, realizada na cidade do Rio de Janeiro no dia 09/07/99. O Correio Aéreo Nacional, cujo primeiro nome era Correio Aéreo Militar, também teve um papel importante nesse sentido, ver: Lysias Rodrigues, op.cit., p.110.

<sup>60</sup> O termo *defesa aérea* foi substituído pelo de *defesa aeroespacial* que compreende operações “realizadas com o propósito de impedir o uso do espaço aéreo para a prática de atos hostis ao Território Nacional.”, Estado-Maior da Aeronáutica, *Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira*, 06/07/97, p.33.

<sup>61</sup> “As Operações Aeroestratégicas são aquelas realizadas para destruir ou netralizar as estruturas vitais do Poder Nacional do inimigo, visando anular sua capacidade de sustentação da guerra e quebrar sua vontade de prosseguir na luta.” Estado-Maior da Aeronáutica, *Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira*, 06/07/97, p.33.

<sup>62</sup> O Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) era o órgão responsável pelo policiamento político na Aeronáutica.

inclusive o afastamento de aviadores e aeroviários civis e militares *suspeitos* de envolvimento com o comunismo. Os militares da Aeronáutica que passaram para a reserva por motivos políticos, dentre outras coisas, não tiveram suas promoções por tempo de serviço respeitadas, e permanecem com a mesma patente até hoje.<sup>63</sup>

### 3.2- O discurso do “Brasil Grande Potência”.

O governo Médici (1969-1974) fez amplo uso da propaganda política, enfatizando o crescimento econômico do país e sua capacidade de transformar-se numa “grande potência”. Com isto, procurava dar um novo tipo de legitimidade à ditadura, baseada em um crescimento econômico contínuo e acelerado, e justificar o fortalecimento e a proliferação dos aparelhos de repressão, alegando que organizações comunistas ameaçavam o processo de desenvolvimento econômico do país.<sup>64</sup>

Sob esse clima ufanista, alguns geopolíticos como Carlos Meira Mattos e Terezinha de Castro desenvolveram uma série de estudos baseados na idéia de que o Brasil iria tornar-se uma “grande potência”. Em livros e artigos publicados na revista *A Defesa Nacional* em meados da década de 70 e início da de 80, Meira Mattos dedicou-se a demonstrar que por suas potencialidades geográficas e econômicas o Brasil estava destinado a ocupar um papel de destaque no cenário internacional.<sup>65</sup>

Nesses trabalhos o autor retoma idéias já abordadas por autores brasileiros como

<sup>63</sup> Esta informação foi dada à autora pelo coronel-aviador Hélio Anísio, afastado da Aeronáutica pela ditadura militar. Anísio faz parte de um grupo de aeronautas e aeroviários civis e militares que tiveram sua licença para trabalhar cassada por portaria secreta da Aeronáutica, e estão apresentando ao Congresso Nacional um projeto de lei de reparação financeira (ADCT) por não terem tido seus direitos trabalhistas respeitados durante a ditadura. A entrevista foi realizada na cidade do Rio de Janeiro no dia 07/07/1999.

<sup>64</sup> Acerca do governo Médici e do fortalecimento dos aparelhos de repressão ver: Maria Helena Moreira Alves, *op.cit.*; e Alfred Stepan, *Os Militares: Da Abertura à Nova República*, *op.cit.*

<sup>65</sup> Carlos de Meira Mattos, “*Brasil Geopolítica e destino*”, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975; e *A Geopolítica e as projeções do poder*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1977; Carlos Meira Mattos, “A continentalidade do Brasil”, *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 66, número 682, mar./abr. de 1979; e Carlos Meira Mattos, “O Atlântico Sul - sua importância estratégica”, *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 67, número 688, mar./abr. de 1980.

Elyseo de Carvalho e Leopoldo Nery, fortemente influenciadas pelo determinismo geográfico<sup>66</sup> e pela visão organicista<sup>67</sup> de Estado ratzeliana, combinando-as com teorias geopolíticas norte-americanas desenvolvidas dentre outros por Ray Cline, Wayne A. Selcher e Lewis Tambs. Tais idéias enfatizavam o papel crucial do desenvolvimento econômico para que um país viesse a se tornar uma “grande potência”.<sup>68</sup>

Na opinião de Meira Mattos, tratando-se o Brasil de uma potência “emergente”, o governo deveria formular uma estratégia militar para o Atlântico Sul, onde a participação do país na segurança dessa área seria mais ativa para garantir seus interesses vitais, dentre os quais o desenvolvimento econômico e a contenção do comunismo.<sup>69</sup>

Na mesma linha, Therezinha de Castro defendia a necessidade do país estar vigilante em relação à Antártida, porque a existência de bases soviéticas no continente poderia ameaçar a defesa da América do Sul. Também eram “ameaçadoras” a presença de Cuba no Caribe e de governos comunistas em Angola e Moçambique. Para defender-se dessas “ameaças” a autora propunha que o Brasil estivesse preparado para fazer frente à capacidade bélica cubana, e proteger a América do Sul de um possível ataque soviético que poderia partir da Antártida ou da África.<sup>70</sup>

Essas idéias, em certa medida, reavivaram uma teoria que ressaltava a importância do saliente nordestino projetado na direção da África que poderia servir de ponte

---

<sup>66</sup> Ou seja, pela visão de que o Brasil por suas dimensões territoriais e riquezas naturais está destinado a tornar-se uma grande potência.

<sup>67</sup> Ratzel comparava o funcionamento do Estado ao funcionamento de um organismo humano.

<sup>68</sup> Dos autores brasileiros ver: Leopoldo Nery da Fonseca, op.cit. Dos norte-americanos ver: Ray Cline, “Avaliação do poder mundial” in *Política e Estratégia*, vol.1, n° 1, outubro/dezembro de 1983; Wayne A. Selcher, “O Brasil no sistema mundial de poder” in *Política e Estratégia*, vol.1, n° 1, outubro/dezembro de 1983; Lewis Tambs, “A influência da geopolítica na formação da política internacional e da estratégia das grandes potências” in *Política e Estratégia*, vol.1, n° 1, outubro/dezembro de 1983.

<sup>69</sup> Carlos Meira Mattos, “Estratégia militar Brasileira - reflexões”, *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 64, número 673, 3º Trimestre de 1977, pp. 8-9.

<sup>70</sup> Therezinha de Castro, “A presença de Cuba”, *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 65, número 679, set./out. de 1978; Therezinha de Castro, “Vocação Atlântica da América do Sul”, *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 66, número 681, jan./fev. de 1979; Therezinha de Castro, “Quo Vadis África?”, *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 66, número 684, jul./ago. de 1979; Therezinha Castro, “Antártida: suas implicações”, *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 69, número 702, jul./ago. de 1982; Therezinha de Castro, *Rumo à Antártida*, Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1976.

estratégica entre os dois continentes. Essa característica havia inspirado a construção de uma base norte-americana em Natal durante a Segunda Guerra Mundial e influenciado os estudos geopolíticos produzidos por Couto e Silva e Castro.<sup>71</sup>

Os geopolíticos latino-americanos, dentre os quais o general de divisão do Exército argentino Juan Guglielmelli, e especialistas norte-americanos como Lewis Tambs, viam os estudos geopolíticos ligados ao discurso do “Brasil grande potência” e os trabalhos do general Golbery do Couto e Silva como reflexo de uma política expansionista do governo brasileiro que visava cumprir o *destino manifesto* do Brasil.<sup>72</sup>

Outros fatores contribuíram para esta interpretação, pois diante da recusa norte-americana em fornecer armamentos pesados e tecnologicamente sofisticados e transferir a tecnologia nuclear ao país, o governo brasileiro firmou em 1975 um acordo nuclear com a República Federal da Alemanha, que previa a transferência do ciclo completo do enriquecimento do urânio, o que possibilitaria tanto a fabricação de reatores atômicos para submarinos – principal reivindicação da Marinha – quanto a construção da bomba atômica.<sup>73</sup>

A fabricação de equipamentos bélicos também foi intensificada a partir de 1970, ampliando-se a produção de armamentos convencionais para operações contra-guerrilha, aeronaves e blindados. Como resultado desta política, em 1977 o Brasil já era o segundo produtor, e o primeiro exportador de armamentos dos países subdesenvolvidos, situando-se entre os dez maiores exportadores mundiais.<sup>74</sup>

Cabe dizer que esses projetos de desenvolvimento da capacidade bélica brasileira

---

<sup>71</sup> Aguinaldo Aldighieri Soares, “O Continente Africano ou as muitas Áfricas”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, ano XCVIII, números 5/7, jul./set., 1978; Roberto Gomes Pereira, “A ação do movimento comunista internacional na África Austral e Ocidental”, *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 65, número 678, jun./ago. de 1978.

<sup>72</sup> John Child, “O pensamento geopolítico latino-americano”, *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 67, número 690, jul./ago. de 1980; Juan E. Guglielmelli, “El destino manifesto brasileño em el Atlântico Sur”, *Estratégia*, Buenos Aires, número 39, março-abril de 1976; Lewis Tambs, “Como o Brasil joga o xadrez geopolítico”, *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 66, número 686, nov./dez. de 1979.

<sup>73</sup> Renato de Biasi, *A energia nuclear no Brasil*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

<sup>74</sup> Renato P. Dagnino, “A indústria de armamentos brasileira: sua importância para a avaliação da relação militares-Estado e sociedade” in Eliézer Rizzo de Oliveira (org.), *Militares: pensamento e ação política*, op.cit., 1987.

iniciados na década de 70, refletem, em grande medida, o desapontamento dos militares *enquanto instituição e enquanto governo* com o Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos (1952) que não estabelecia uma política de transferência de tecnologia militar para o Brasil; previa apenas o fornecimento de equipamentos e materiais norte-americanos para serem operados por militares brasileiros treinados em escolas norte-americanas, o que acabava gerando uma grande dependência tecnológica.<sup>75</sup>

Esse processo de revisão das relações diplomáticas e militares entre o Brasil e os Estados Unidos intensificou-se durante o governo Geisel (1974-79) no qual foram implementadas mudanças significativas na política nacional e internacional do Brasil. No âmbito nacional, a erosão da legitimidade do governo Médici tornava imperativa a adoção de medidas de distensão que inauguraram uma fase de lenta liberalização da vida política.<sup>76</sup> No plano internacional, a diplomacia brasileira inaugurou - sob a gestão de Antônio Francisco Azeredo da Silveira (1974-79) - o ciclo do "pragmatismo responsável" baseado em três premissas essenciais: o fim do alinhamento automático com os EUA, o desvencilhamento dos condicionamentos ideológicos da Guerra Fria e a identidade com o Terceiro Mundo. A política econômica externa, neste período, foi influenciada pelo impacto da crise do petróleo e pelas novas necessidades da classe empresarial brasileira e transnacional, por isso buscou-se fomentar alianças e vínculos que atendessem a estes interesses, verificando-se a necessidade de diversificar mercados na Europa – Ocidental e Oriental - e no Terceiro Mundo.

Foram identificados como postulados essenciais da ação internacional brasileira: o compromisso com os princípios da independência, a igualdade soberana dos Estados, a defesa da autodeterminação e não interferência nos assuntos internos e externos dos Estados e o apoio à solução pacífica de controvérsias. A adoção destes pressupostos implicou a mudança de posição do governo em relação ao regime do *apartheid* na África do Sul<sup>77</sup> e ao processo de descolonização dos países africanos de língua portuguesa. O

---

<sup>75</sup> Clóvis Brigagão, "Cancelamento do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos", *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. XXI, número 81/84, pp.103-109.

<sup>76</sup> Suzeley Kalil Mathias, *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*, Campinas: Papirus, 1995, p. 47.

<sup>77</sup> Sobre as relações entre o Brasil e a África do Sul neste período ver: Paulo César Manduca, *As relações Brasil-África do Sul*, Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências

Brasil foi o primeiro país a reconhecer oficialmente em 1975 a independência de Angola - sob o governo socialista do Movimento Popular de Libertação de Angola - e Moçambique - onde a luta pela independência era liderada pela Frente de Libertação de Moçambique. A aproximação com os países africanos foi reforçada no ano seguinte, com a abertura de seis novas embaixadas no Continente (Alto Volta, Angola, Guiné Equatorial, Lesoto, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Também foi alterada a postura da diplomacia brasileira em relação ao Oriente Médio. O Brasil passou a expressar uma visão crítica em relação a Israel, quanto à manutenção dos territórios ocupados no Sinai, Gaza, Cisjordânia, sul do Líbano e Colinas de Golã. Conseqüentemente, apoiou a resolução da ONU que reconheceu a OLP como representante do povo palestino, e o projeto de resolução da ONU que qualificava o sionismo como forma de racismo e discriminação racial. O abandono de preceitos ideológicos anteriores permitiu ainda que se estabelecessem relações com a República Popular da China, se elevassem as representações diplomáticas na Europa Oriental e se aprofundarem as relações comerciais com a URSS.<sup>78</sup>

As novas premissas da política externa brasileira eram diametralmente opostas à política exterior do governo Carter (1976-1980) para América do Sul, cujos principais pressupostos eram a defesa dos direitos humanos e a campanha pela não proliferação militar na região, o que gerou fortes desavenças com o governo Geisel e levaram à denuncia do Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos em 11 de março de 1977.<sup>79</sup>

A política exterior do governo Carter também contribuiu para acirrar nas Forças Armadas brasileiras o ressentimento contra os Estados Unidos, que passou a ser visto como o maior e mais poderoso obstáculo à sua aspiração de alcançar o status de “grande potência”. O descontentamento dos militares brasileiros em relação às diretrizes da política exterior norte-americana pode ser observado nos artigos publicados em revistas militares. Na revista *A Defesa Nacional* do final dos anos 70 ao início dos 80, os artigos expressam,

---

Humanas, 1995.

<sup>78</sup> Mônica Hirst, *História da Diplomacia Brasileira*, [www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/h\\_diplom/gm015.htm](http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/h_diplom/gm015.htm).

<sup>79</sup> Sobre o cancelamento do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos ver a seção de documentos da: *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. XXI, número 81/84, pp.101-102.

além do esfriamento das relações bilaterais com o governo dos Estados Unidos diante de sua recusa em transferir tecnologia nuclear ao Brasil, a irritação do oficialato com a política de direitos humanos defendida por Washington.<sup>80</sup> Já nos artigos publicados na *Revista Marítima Brasileira* nos anos subseqüentes ao rompimento do Acordo de Assistência Militar predominam os temas relacionados à procura de fontes alternativas de energia que pudessem ser utilizadas nos equipamentos militares, dentre as quais o álcool e a propulsão nuclear (que continua sendo um assunto constante na revista), além das antigas preocupações com a *guerra anti-submarino*.<sup>81</sup>

Obviamente, as diferentes ênfases das publicações acima citadas, em questões políticas ou tecnológicas, refletem as principais preocupações do Exército e da Marinha na época.

### ***3.3- Afinidade ideológica e rivalidade estratégica nas relações Brasil-Argentina.***

A adoção da doutrina das *fronteiras ideológicas* pelo governo Castello Branco (1964-1967) - segundo a qual seria o caráter político e ideológico dos regimes e não mais os limites geográficos que determinariam as fronteiras entre os Estados - representou uma mudança significativa da política externa brasileira historicamente pautada na defesa do não-intervencionismo e da autodeterminação dos povos, uma vez que pelo conceito de *fronteiras ideológicas* as repúblicas americanas poderiam intervir, coletivamente ou não,

<sup>80</sup> A Defesa Nacional, Pesquisa da Redação, "Subsídios a respeito do acordo Brasil-Alemanha sobre cooperação no setor dos usos pacíficos da energia nuclear", *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 64, número 671, 1º Trimestre de 1977; Wladimir Pirró Longo, "Tecnologia e Transferência de Tecnologia", *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 65, número 676, mar./abr. de 1978; João de Araújo Ribeiro Dantas, "Direitos humanos: origens da dissensão", *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 65, número 679, nov./dez. de 1978; Therezinha de Castro, "Relações Brasil-Estados Unidos", *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 70, número 706, mar./abr. de 1983.

<sup>81</sup> Murillo Souto Maior de Castro, "Considerações sobre o programa nuclear brasileiro", *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, ano XCVII, números 5/7, jul/set, 1977; Roberto Gomes Pereira, "Alternativas energéticas para o Brasil" (carvão e álcool), *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, ano XCVIII, números 5/7, jul/set, 1978; Rodin Dantas de Sá, "A evolução da política externa nuclear brasileira ou Brasil potência nuclear pacífica?" *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, ano XCIX, números 7/9, jul./set., 1979.

em qualquer outra, quando algum governo tido como “democrático” estivesse ameaçado por um movimento supostamente comunista ou de natureza semelhante. O governo brasileiro chegou inclusive a reavivar uma antiga proposta dos Estados Unidos que previa a criação uma Força Interamericana de Paz, integrada por contingentes militares de diversas nacionalidades do continente e que ficaria à disposição da OEA, pronta para intervir, imediatamente, onde quer que a “ameaça” comunista se manifestasse. O presidente argentino Illia, empolgado com os novos pressupostos da “Segurança Hemisférica”, chegou mesmo a sugerir o estabelecimento de uma aliança entre os Exércitos da Argentina e do Brasil a fim de constituir o núcleo de uma Força Interamericana e circundar os dois países com uma fronteira ideológica como medida preventiva contra a expansão do comunismo.

A chancelaria argentina foi mais longe ao propor além da substituição do conceito de fronteiras nacionais pelo de fronteiras ideológicas: 1- a limitação das funções das Forças Armadas nacionais à manutenção da ordem interna; 2- a integração de brigadas nacionais em uma força de pronto emprego; 3- a limitação da modernização das Forças Armadas aos setores integrados ao esquema regional; 4- e a transferência da função de polícia política dos Estados Unidos à OEA.<sup>82</sup>

É possível identificar nessas iniciativas do governo argentino a nítida influência do pensamento geopolítico argentino que sempre teve como um dos principais referenciais a relação da Argentina com o Brasil.

Desde que o almirante Segundo Storni elaborou sua doutrina estratégica (1916) baseando-se na análise de Mahan e Ratzel, entre outros, prevaleceu na estratégia naval argentina a tese de que era imprescindível manter abertas as rotas marítimas para a Europa, América do Norte e a Ásia, já que o país dependia em grande medida da importação e da exportação mercante. Na visão de Storni, tal objetivo só seria alcançado mediante uma política de paz e acomodação com o Brasil, primeiramente em função de sua posição geográfica perante as rotas marítimas para a Europa e para a Costa leste da América do Norte, e também porque os dois países compartilham o complexo fluvial Paraná-

---

<sup>82</sup> Luis Alberto Bandeira Moniz, *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina; o continente nas relações Argentina- Brasil*, São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

Paraguai.<sup>83</sup>

Já o Exército argentino - que nas décadas de 60 e 70 esteve marcado pela disputa entre um grupo minoritário que defendia a industrialização do país cujo principal representante é Juan E. Guglielmelli, e a corrente majoritária ligada aos nacionalistas católicos, que assumiram o poder político durante o malgrado e sangrento *Proceso de Reorganización Nacional* (1976-1983)<sup>84</sup> - era consensual em relação ao conceito de Segurança e Desenvolvimento equilibrado, o que levou o General Jorge Raul Carcagno, Comandante-Chefe do Exército argentino a defender durante a *X Conferência dos Exércitos Americanos* (setembro de 1973) a tese de que o desenvolvimento acelerado de um país (no caso o Brasil) em detrimento de seus vizinhos, constituía uma “agressão econômica”.<sup>85</sup> A tese de que seria importante promover o crescimento econômico e bélico equilibrado dos países sul-americanos também está presente nos artigos do general de divisão Juan E. Guglielmelli na revista *Estratégia*. O autor acreditava que o bloqueio à transferência de tecnologia imposto pelos países industrializados exigiria que os sul-americanos compartilhassem um objetivo prioritário: emergir do subdesenvolvimento com independência, plenitude e aceleradamente sem, no entanto, apoiar-se em *destinos manifestos*.<sup>86</sup>

Contudo, o acirramento da rivalidade estratégica entre o Brasil e a Argentina tornou-se mais evidente à medida em que aumentaram as divergências entre os dois países acerca do sistema hidrográfico da Bacia do Prata composto pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai na década de 70. De acordo com as percepções geopolíticas argentinas, o controle da Bacia do Prata e a preponderância sobre o Paraguai e a Bolívia – considerados o

---

<sup>83</sup> Lewis Tambs, op.cit.

<sup>84</sup> O Exército argentino nas décadas de 60 e 70 esteve marcado pela disputa entre um grupo minoritário que defendia a industrialização do país cujo principal representante é Juan E. Guglielmelli e a corrente majoritária ligada aos nacionalistas católicos, que assumiram o poder político durante o malgrado e sangrento *Proceso de Reorganización Nacional* (1976-1983). Sobre a ideologia prevalecente entre oficialidade do Exército nesse período ver: Simón Lázara, op.cit.; e Ernesto López, *Seguridad Nacional y Sedición Militar*, Buenos Aires: Editorial Legasa – Nueva Información, 1987.

<sup>85</sup> Luis Alberto Bandeira Moniz, op.cit.

<sup>86</sup> Juan E. Guglielmelli, “Argentina-Brasil: enfrentamiento ou alianza para a liberación”, *Revista Estrategia*, número 42, set./out. de 1975.

“coração” do Cone Sul – fariam da Argentina o país mais importante da América Latina. Mas isso dependeria da contenção do crescimento econômico e militar do Brasil.<sup>87</sup> Por isso, a celebração do Tratado de Itaipu entre Brasil e Paraguai em 26 de abril de 1973 foi vista com grande preocupação pelo governo argentino, dadas suas implicações geopolíticas. Havia temor de que a construção daquela hidrelétrica transformasse a região de Foz do Iguaçu em um pólo de desenvolvimento que alteraria profundamente o equilíbrio econômico e político na Bacia do Prata.<sup>88</sup>

O fortalecimento político do nacionalismo católico e militar na Argentina também contribuiu para o desgaste das relações entre os dois países<sup>89</sup>, pois os militares nacionalistas viam na construção da bomba atômica a única forma de compensar a desvantagem em relação ao Brasil - que vivia um período de expansão econômica - e centraram seus esforços na instalação na usina nuclear de Atucha (1974) e no projeto da central de Embalse, ambas utilizando urânio natural, minério que a Argentina dispunha em abundância.<sup>90</sup>

Mas as relações Brasil-Argentina atingiram seu nível mais crítico em julho de 1977, quando o governo argentino interditou o túnel Cuevas-Caracoles, sob a Cordilheira dos Andes, ao tráfego de caminhões pesados que transportavam mercadorias do Brasil para o Chile. Embora a necessidade de realização de obras servisse de justificativa para a medida, o Itamaraty a julgou como outra forma de pressão, por causa do problema de Itaipu, e o Brasil anunciou o fechamento de suas fronteiras a 80% da frota de caminhões da Argentina.<sup>91</sup>

As Forças Armadas, tanto no Brasil quanto na Argentina, não desejavam, contudo, que a crise evoluísse para uma confrontação armada justamente num período em que ambos

---

<sup>87</sup> Paulo R. Schilling, Juan. Enrique Guglielmelli e Julio E. Sanguinetti *Una situación Explosiva La Cuenca del Plata*, Buenos Aires: Tierra Nueva, 1974.

<sup>88</sup> Miguel Angel Scenna, *Argentina-Brasil: cuatro siglos de rivalidad*, Buenos Aires: La Bastilla, 1975.

<sup>89</sup> Alain Rouquié, *Poder militar y sociedad política en la Argentina. II-1943-1973*, op.cit.

<sup>90</sup> Mónica Hirst e Héctor Eduardo Bocco, “Cooperação nuclear e integração Brasil-Argentina in *Contexto Internacional*, número 9, janeiro/junho de 1989, pp. 63-78.

<sup>91</sup> Luis Alberto Bandeira Moniz, op.cit.

os países estavam a enfrentar problemas com o governo Carter, seja em consequência dos crimes, torturas e assassinatos, praticados rotineiramente por seus aparelhos de repressão, seja pela resistência em aderir ao Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares (TNP), ao qual o Brasil foi particularmente crítico, pois visava resguardar o direito de desenvolver sua própria tecnologia nuclear. Aliás, o governo brasileiro somente o assinou em 1998 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso para ganhar reconhecimento e credibilidade internacional.

O governo argentino, além dos problemas acima citados, também vislumbrava a perspectiva de um confronto armado com o Chile, devido às contendas territoriais em torno do Canal de Beagle. Esses fatores, sem dúvida alguma, concorreram para que os dois países procurassem acertar suas divergências sobre a construção das represas de Corpus e Itaipu.<sup>92</sup> A fim de aliviar a crise na Bacia do Prata, o Alto-Comando Militar dos dois países passou a estabelecer diretamente o diálogo através de ações diplomáticas paralelas às das Chancelarias, que Lewis Tambs definiu como *diplomacia militar*.<sup>93</sup> Esse termo será utilizado com frequência pelos militares brasileiro na década de 90 para definir a atuação do Alto-Comando Militar em negociações multilaterais. Finalmente, em 19 de outubro de 1979, os governos do Brasil e da Argentina juntamente com o do Paraguai, firmaram o Acordo Tripartite, superando suas divergências sobre o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, e encerrando um longo período no qual a rivalidade e a hipótese permanente de conflito orientou o relacionamento entre os dois países.<sup>94</sup>

#### **4- O fim da ditadura militar no Brasil.**

Desde o governo Geisel, e sobretudo após o rompimento do Acordo de Assistência

---

<sup>92</sup> Sobre o processo de aproximação Brasil-Argentina ver: Alain Rouquié, *“Extremo Occidente: Introducción a América Latina”*. Buenos Aires: Emecé Editores S. A., 1990.

<sup>93</sup> Lewis Tambs, op.cit.

<sup>94</sup> Dieter Nohlen, “Consideraciones acerca de la Cuenca del Plata como sistema de relaciones internacionales. El papel de al Argentina en el proceso de cooperación y conflicto”, in Peter Waldmann, Ernesto Garzón Valdés (org), op.cit.

Militar com os Estados Unidos, as Forças Armadas brasileiras buscam alcançar a autonomia estratégica do país, definida da seguinte forma por Geraldo Cavagnari:

Em termos teóricos, a autonomia estratégica visa a obtenção, conservação e (se possível) ampliação da liberdade de ação, indispensável em todo momento estratégico, em todo momento de possibilidade de conflito. Aliás, o processo de afirmação da autonomia estratégica é basicamente a luta pela liberdade de ação.<sup>95</sup>

No entanto, o espaço geoestratégico em que esta autonomia seria exercida foi objeto de um intenso debate entre os militares, principalmente os da Marinha. Na década de 80 a *Revista Marítima Brasileira* esteve no centro de um debate entre duas correntes de pensamento existentes na Marinha (os *ortodoxos* e os *heterodoxos*) sobre a necessidade ou não de uma revisão das concepções estratégicas da Força.

A corrente *ortodoxa*, cujos principais representantes eram os então contra-almirantes Sérgio Tasso Vásquez de Aquino, um “adesgiano” (membro da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra) ativo e João Carlos Gonçalves Caminha, que ainda no posto de capitão-de-mar-e-guerra havia sido diretor interino da Escola de Guerra Naval em 1973. Os oficiais *ortodoxos* eram fortemente influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional e conseqüentemente entusiastas do “Brasil Grande”.

Representativa da visão desses oficiais era, por exemplo, a posição que tinham sobre o estabelecimento da *Organização do Tratado do Atlântico Sul* (OTAS), uma iniciativa do almirantado argentino, vista com simpatia pelo Departamento de Estado norte-americano que previa a criação de uma aliança político-militar no Atlântico Sul para contrapor-se à “ameaça soviética”.<sup>96</sup> Esta proposta foi prontamente recusada pelo setor diplomático do governo Figueiredo por contrariar interesses fundamentais da política exterior brasileira naquele período, tendo em vista que apoiar uma organização de defesa da qual faria parte a África do Sul seria prejudicial à aproximação comercial com as ex-colônias portuguesas na

---

<sup>95</sup> Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, “Brasil-Argentina: autonomía estratégica y cooperación militar” in Mónica Hirst, (org.), *Argentina-Brasil Perspectiva comparativas y ejes de integración*, Buenos Aires: FLACSO e editorial TESIS, 1990.

<sup>96</sup> Wolf Grabendorff, “De país aislado a aliado preferido?: Las relaciones entre la Argentina y los Estados Unidos: 1976-1981”, in Peter Waldmann, Ernesto Garzón Valdés (org), op. cit., p.161.

África Austral implementada pelo governo Geisel.<sup>97</sup>

Os oficiais *ortodoxos* aplaudiram a posição do Itamaraty, mas por um motivo bem diferente. Eles afirmavam que tal aliança não poderia efetivar-se sem a participação preponderante dos EUA, o que seria incompatível com o papel (hegemônico) que o Brasil poderia desempenhar dentro de algumas décadas no Atlântico Sul.<sup>98</sup>

Contra-pondo-se a esta visão dogmática, um grupo de oficiais que ficaram conhecidos como *heterodoxos* começou a divulgar suas idéias na *Revista Marítima Brasileira*. É importante destacar que quatro membros desse grupo foram sucessivamente diretores da Escola de Guerra Naval, de 1977 a 1986, e que, portanto tiveram condições de disseminar suas idéias entre os oficiais mais jovens.<sup>99</sup>

Em 1980, os então contra-almirantes Mário César Flores e Armando Amorim Vidigal - principais representantes da corrente *heterodoxa* - iniciaram uma extensa produção de artigos nessa revista, nos quais propuseram um novo tipo de orientação estratégica, preparo e emprego para a Marinha brasileira que levasse em conta o contexto político cambiante tanto em termos internacionais como nacionais.

Na visão dos *heterodoxos*, o processo de distensão entre as duas superpotências tornava cada vez mais remota a possibilidade de um conflito mundial, no qual a Marinha brasileira participaria auxiliando na defesa das linhas de comunicações marítimas no Atlântico Sul. Além disso, numa guerra nuclear, necessariamente curta, o transporte marítimo não teria a importância que tivera nas duas Guerras Mundiais. O transporte

<sup>97</sup> Mônica Hirst, *História da Diplomacia Brasileira*, [www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/h\\_diplom/gm016.htm](http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/h_diplom/gm016.htm).

<sup>98</sup> Sérgio Tasso Vásquez de Aquino, "A expansão soviética na África", *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, ano CIV, números 4/6, abr./jun., 1984; Sérgio Tasso Vásquez de Aquino, "A presença brasileira na Antártida", *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, ano CV, números 7/9, jul./set., 1985; João Carlos Gonçalves Caminha, "O Hemisfério Sul. Aspectos geopolíticos da vertente do Atlântico", in *Política e Estratégia*, vol.2, n° 1, outubro/dezembro de 1983; João Carlos Gonçalves Caminha, "O Atlântico Sul e a Marinha do Brasil", *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, ano CVI, números 1/3, jan./mar., 1986.

<sup>99</sup> O então vice-almirante Henrique Sabóia foi diretor da Escola de Guerra Naval de 1977 a 1980, o contra-almirante Múcio Piragibe Ribeiro de Bakker ocupou o mesmo posto de 1980 a 1981, o vice-almirante Armando Amorim Vidigal o sucedeu em 1981 e permaneceu no comando da escola até 1983 quando o então vice-almirante Mário César Flores assumiu o posto, onde permaneceu até 1986.

marítimo continuaria sendo importante em guerras deste tipo e em guerra regionais, mas mesmo nesses casos seria pouco provável uma prolongada campanha naval de desgaste em grandes extensões oceânicas e rotas comerciais secundárias como a rota do Cabo, que tanto preocupava o almirantado brasileiro, considerado *ortodoxo*. A razão disso é que essa rota de petróleo, que se iniciava no Oriente Médio, seria vulnerável já na sua origem a ataques aéreos, terrestres, ou aeronavais, sendo muito improvável fundamentar sua interrupção em uma campanha conduzida por submarinos no Atlântico Sul.<sup>100</sup> Além disso, o afastamento entre o Brasil e os Estados Unidos, e a busca crescente de uma posição mais independente por parte da diplomacia brasileira exigia uma reformulação das concepções estratégicas então vigentes.

Nesse sentido, os heterodoxos propunham que o preparo da Marinha fosse condizente com os compromissos diplomáticos assumidos pelo país, o que implicaria uma diminuição da autonomia da Força para definir suas próprias prioridades e sua subordinação aos interesses políticos do Estado.<sup>101</sup>

A Guerra das Malvinas foi meticulosamente analisada por Mário César Flores e Armando Vidigal, e por se tratar de um conflito convencional entre dois países pertencentes ao bloco ocidental, serviu de subsídio para as críticas dos *heterodoxos* às diretrizes estratégicas adotadas pelo almirantado brasileiro.<sup>102</sup>

No confronto entre uma Força Militar profissional equipada com armamentos tecnologicamente sofisticados, embarcações modernas e submarinos de propulsão nuclear, e outra muito semelhante à brasileira quanto ao tipo de equipamento e treinamento, ficou patente o desnível entre as Forças Armadas dos países desenvolvidos e as dos países sul-americanos.

Na visão dos *heterodoxos*, as principais fragilidades das Forças Armadas brasileiras

---

<sup>100</sup> Mário César Flores, “Poder naval - Fundamentos Instáveis e Rumo Incertos”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, ano C, números 10/12, out./dez., 1980.

<sup>101</sup> Armando Amorim Ferreira Vidigal, “O emprego político do poder naval”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, ano C, números 4/6, abr./jun., 1980.

<sup>102</sup> Mário César Flores, “Malvinas: Um primeira abordagem”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, ano CII, números 4/6, abr./jun., 1982; Armando Amorim Ferreira Vidigal, “Conflito no Atlântico Sul”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, ano CIV, números 10/12, out./dez., 1984. (série até abril de 1985).

estavam na falta de integração entre as três Forças, que seria cada vez mais relevante nas guerras tecnológicas<sup>103</sup> – e em realidade já o fora durante a Segunda Guerra Mundial – no sistema de conscrição, nos equipamentos obsoletos, na proibição da Marinha em contar com uma aviação embarcada, e nas premissas equivocadas que orientariam o planejamento militar no Brasil:

“Atribuir ao inimigo intenções e basear o planejamento de uma campanha militar numa suposição sempre se mostrou desastroso.”<sup>104</sup>

Portanto, seria importante pautar o preparo da Marinha, e das demais Forças em ameaças concretas e possivelmente fora do contexto dos antagonismos leste/oeste, o que tornava o método de análise e planejamento da Escola Superior de Guerra questionável e inútil diante de um hipotético conflito norte-sul:

“Por mais fortes que sejam os laços que unam um país a qualquer bloco a que pertença, sua estratégia não pode ficar restrita a uma atuação comum com os demais participantes dessa associação, mas deve orientar-se por interesses próprios, e específicos de seu povo, muita vezes e, até mesmo podendo ser antagônicos aos de outros países tradicionalmente amigos.”<sup>105</sup>

Para ser capaz de defender o país de possíveis ameaças concretas, a Marinha brasileira deveria renunciar à utopia do Brasil “grande potência” e limitar seu espaço de atuação ao Atlântico Sul, priorizando a proteção do mar patrimonial<sup>106</sup> e do tráfego marítimo de exclusivo interesse brasileiro:

“Os países, cujos poderes nacionais e interesses não tem as dimensões dos poderes e interesses das

---

<sup>103</sup> Ou seja, guerras nas quais o domínio das tecnologias de informação e os armamentos de precisão seriam os fatores predominantes na condução da guerra.

<sup>104</sup> Armando Amorim Ferreira Vidigal, “Conflito no Atlântico Sul”, *idem*, p.23.

<sup>105</sup> Armando Amorim Ferreira Vidigal, “Conflito no Atlântico Sul”, *ibidem*, p.24.

<sup>106</sup> A existência de uma Zona Econômica Exclusiva, ou mar patrimonial cuja proteção e a exploração dos recursos marítimos cabe a cada país ribeirinho foi aprovada pelas Nações Unidas em 1982.

superpotências, são compelidos com maior intensidade à seleção de opções estratégicas menos complexas.”<sup>107</sup>

Finalmente, para os heterodoxos a tecnologia havia selado a agonia das idéias centrais de Mahan: indivisibilidade do domínio do mar pelo Poder Naval superior e batalha decisiva entre grandes encouraçados, ou, na versão moderna, entre grandes porta-aviões. Nas guerras tecnológicas, o submarino nuclear seria a principal arma estratégica das Marinhas de médio porte:

“(…) a partir do começo da distensão leste x oeste ganhou corpo o sentimento de que as concepções de emprego da Segunda Guerra Mundial e da guerra fria já não bastavam como fundamento do preparo naval brasileiro (...) face à implausibilidade da hipótese de guerra clássica na América do Sul, se pode admitir hoje como diminuta a probabilidade de ocorrência de campanhas e batalhas anti-submarino, aeronavais e de superfície como as do passado, mesmo em versão regional miniaturizada. Pode-se admitir, portanto, que é menor a necessidade de meios relacionados com tais campanhas e batalhas, inclusive navios anti-submarino, que vêm sendo a espinha dorsal da Marinha brasileira há cinquenta anos (...) para ser útil a dissuasão de pressões militares e de aventuras regionais, o preparo naval deve ser direcionado para a defesa distante e local de setor limitado da fronteira marítima, avaliado e definido em função do problema gerador de crise; seria absolutamente inviável, além de provavelmente desnecessário em se tratando de problema limitado, pretender a defesa simultânea de toda a fronteira marítima (...) a operacionalização da defesa distante exige bons submarinos - razão porque a Marinha considera conveniente a propulsão naval nuclear, útil pra dar-lhe maior dimensão estratégica dissuasória.”<sup>108</sup>

A corrente *heterodoxa* ganhará força na Marinha durante os governos Sarney e Collor, quando dois de seus representantes, Sabóia e Flores, já como almirantes de esquadra, serão indicados para ministros.

É importante lembrar que no momento em que se dá esse debate acerca do papel da Marinha, está em curso no país uma transição *muito* lenta para o regime democrático, que

---

<sup>107</sup> Mário César Flores, “Poder naval - Fundamentos Instáveis e Rumo Incertos”, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, ano C, números 10/12, out./dez., 1980, p. 60.

<sup>108</sup> Mário César Flores, *Bases para uma política militar*, op.cit., p.133.

foi iniciada e conduzida pelos generais do Exército que estavam no governo.<sup>109</sup>

Portanto, o debate no Exército nesse momento não se dava em torno de uma nova concepção estratégica, já que no Exército *enquanto instituição* era consensual as percepções estratégicas que deveriam orientar a modernização da Força, mas sim da perspectiva dos *generais políticos* retirarem-se do governo. Isso prejudicaria em certa medida o Exército *enquanto instituição*, mas afetaria profundamente os civis e militares das três forças ligados à *comunidade de segurança*, formada pelos centros de inteligência/tortura que haviam proliferado pelo país, o que reabriu a cizânia entre a linha-dura e os castelistas sobre “os rumos da revolução”. Um episódio significativo dessas tensões foi, por exemplo, a exoneração do Ministro da Guerra, Sílvio Frota, em 1977. Entre suas discordâncias com o governo Geisel incluíam-se, além dos temas acima citados, decisões de política externa, particularmente o estabelecimento de relações com a China Popular e a nova política africana.<sup>110</sup>

O projeto de distensão do regime militar iniciado no governo Geisel previa num primeiro momento a liberalização da imprensa e a realização de eleições para cargos proporcionais em todo país e majoritárias nas áreas que não eram consideradas de *segurança nacional*. Mas as consecutivas vitórias eleitorais da oposição consentida a partir de 1974 e o fortalecimento dos movimentos sociais (movimento estudantil, religioso, de associações profissionais, movimento sindical) foram aos poucos criando constrangimentos não formais, uma vez que o governo ainda dispunha dos poderes ditatoriais do AI-5.<sup>111</sup> Quando o presidente João Batista Figueiredo assumiu a presidência, encontrou uma oposição mais articulada e forte politicamente do que seus antecessores. Isso certamente pesou na decisão do novo governo em decretar a anistia recíproca em 1979. A este respeito, Eliézer Rizzo de Oliveira afirma que:

---

<sup>109</sup> Sobre a distensão da ditadura militar no Brasil ver: Maria Helena Moreira Alves, *op.cit.*; Suzeley Kalil Mathias, *op.cit.*; Eliézer Rizzo de Oliveira, *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*, Campinas: Papirus, 1994; Alain Rouquié, (org.), *Como Renascer as democracias*, São Paulo: Editora Brasiliense S. A, 1985; Francisco C Weffort, *Por que Democracia?*, 3ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense S. A, 1985;

<sup>110</sup> Eliézer Rizzo de Oliveira, *De Geisel a Collor*, *op.cit.*, pp.60-61.

<sup>111</sup> Bolívar Lamounier, “Apontamentos sobre a questão democrática brasileira” in Alain Rouquié (org.), *Como Renascer as democracias*, *op.cit.*

“A anistia tem implicações seguras sobre a instituição militar. Em razão de seu caráter de reciprocidade - em benefício dos acusados e dos condenados em processos políticos, e também dos que, presumivelmente ou comprovadamente, tenham praticado tortura ou participado da repressão à margem da lei - a anistia amplia as condições já profundas de autonomia militar.

É provável que a anistia não estivesse nos planos iniciais dos autores que planejaram e dirigiram a a distensão. Ela impôs-se por força do movimento da sociedade civil, mas foi aceita e digerida quando os dirigentes do processo de distensão a interpretaram como fator funcional para a autonomia militar (...) A anistia evitou que o aparelho militar viesse a ser julgado pela sociedade brasileira. Ou ainda, evitou que o julgamento viesse a ser apresentado como uma questão política relevante, capaz de mobilizar vontades coletivas. Esta questão, nos dias atuais, parece fadada a morrer no nascedouro, já que qualquer tentativa de responsabilizar, indivíduos ou o aparelho militar ( inclusive por fatos ocorridos após a anistia) tem merecido o (des)qualificativo de revanchismo.”<sup>112</sup>

Por outro lado, a anistia permitiu que várias lideranças políticas de esquerda que haviam sido banidas ou cassadas pela ditadura pudessem retomar - ainda que com restrições de diversas ordens - à militância, o que sem dúvida fortaleceu a oposição ao regime militar.

Nesse sentido, a derrota da Argentina na Guerra da Malvinas e, principalmente o colapso da ditadura, seguido do julgamento e a condenação da Junta Militar que governava o país foi visto com muita cautela pelos setores castrenses brasileiros que independente da posição que adotassem nas disputas internas existentes nas três Forças desejavam preservar sua autonomia institucional, influenciar os governos, além de manter a prerrogativa de intervir nos processos políticos caso a “ordem interna” estivesse ameaçada, preservando a vasta de *rede de informações* que lhes permitia monitorar os partidos políticos e os movimentos da sociedade civil.

Além disso, o apoio incondicional do governo norte-americano à Grã-Bretanha durante o conflito das Malvinas aguçou o ressentimento da parte *ortodoxa* do oficialato em relação aos “irmãos do norte” que, com o abrandamento das tensões leste-oeste, não demonstravam a antiga disposição em apoiar publicamente as ditaduras sul-americanas,

---

<sup>112</sup> Eliézer Rizzo de Oliveira, *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*, op.cit., pp.109-110.

colocando em questão a validade dos acordos de Segurança Coletiva firmados por iniciativa norte-americana.<sup>113</sup>

Certamente, não houve total consenso na área militar brasileira sobre o significado da Guerra das Malvinas. Os oficiais ortodoxos da Marinha, por exemplo, viam o conflito estritamente sob o prisma da rivalidade estratégica entre Brasil e Argentina e acreditavam que a posse das ilhas representaria a longo prazo uma vantagem estratégica para a Argentina na disputa pelo domínio marítimo do Atlântico Sul. Assim sendo, eles defendiam que o governo brasileiro não deveria apoiar nenhuma reivindicação territorial argentina. O governo brasileiro, como sabemos, optou pela neutralidade no episódio.<sup>114</sup>

A Guerra das Malvinas também evidenciou as limitações estratégicas dos países sul-americanos, dentre os quais o Brasil, que haviam voltado suas atividades para a repressão política e para auxiliar a defesa do tráfego marítimo no Atlântico Sul contra possíveis incursões de submarinos soviéticos e não estavam preparados para uma guerra convencional que exigisse a mínima articulação das três Forças.<sup>115</sup>

A volta dos civis ao governo na Argentina e no Brasil, no entanto, colaborou para o início de uma fase cooperativa entre os dois países. No caso brasileiro, o fim da ditadura marcou o início de um processo chamado por alguns autores de *crise de identidade militar*. As principais características dessa crise serão analisadas mais adiante.

---

<sup>113</sup> Esta posição era defendida pela Escola Superior de Guerra. A esse respeito ver: Therezinha de Castro, "Relações Brasil-Estados Unidos", op.cit.; Milton Medeiros de Oliveira, "A Guerra das Malvinas", *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, vol. 116, números 10/12, out/dez., 1996.

<sup>114</sup> Sobre a posição dos oficiais ortodoxos da Marinha ver: Daniel Rótulo, "Diplomacia e pensamento da marinha brasileira em relação ao Atlântico Sul", *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, vol. 114, números 4/6, abr./jun., 1994.

<sup>115</sup> A hipótese falta de articulação entre as três Forças é defendida entre outros por: Alfred Stepan, *Os Militares: Da Abertura à Nova República*, op.cit.; e Armando Amorim Vidigal, "Conflito no Atlântico Sul", op.cit.

### Capítulo III

## **Em busca de uma nova identidade: as Forças Armadas na Nova República**

O objetivo deste capítulo é analisar o processo de reformulação das concepções estratégicas na primeira metade da década de 90 em razão das significativas mudanças no contexto político internacional e nacional. Esses novos contextos impuseram uma série de condicionantes a autonomia política e institucional das Forças Armadas brasileiras.

### **1- As relações civis-militares no governo Sarney**

A vitória da *Aliança Democrática* - aliança político-partidária que elegeu Presidente Tancredo Neves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e Vice-Presidente José Sarney, do Partido da Frente Liberal (PFL) - no Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, marca o fim de 21 anos de ditadura militar no Brasil. Todavia, a enfermidade do Presidente eleito antes da posse e seu posterior falecimento geraram um quadro de fragilidade institucional que levou o novo governo a submeter-se à tutela dos militares, uma vez que não encontrava apoio sólido em suas bases partidárias. Eliézer Rizzo de Oliveira define da seguinte forma a relação do Presidente José Sarney com as Forças Armadas:

“A tutela militar é a forma de expressão do poder político das Forças Armadas no governo da Nova República. (...) o governo Sarney encontrou nas Forças Armadas, em especial no Ministério do Exército, o apoio que lhe faltou na área política. A tutela significa apoio que gera dependência, sustentação e condicionamento ao mesmo tempo. A autonomia militar tem forte enraizamento no Estado e na sociedade (...) o sistema militar, funcionando como produtor de pensamento e gerador de

posições políticas, tem uma visão sobre a sociedade e o Estado e, mais ainda, sobre setores considerados relevantes (como o movimento sindical, a vida política, os poderes da República etc.).”<sup>1</sup>

Nestes termos, a Nova República reconheceu a autonomia política e institucional das Forças Armadas. Em contrapartida, os ministros militares (particularmente o ministro do Exército) *avalizaram* a transição política, sentindo-se à vontade para opinar, mediante o discurso dos ministros fardados, sobre temas políticos que pudessem de alguma forma afetar seus interesses institucionais. Suas pressões dirigiram-se para a Constituinte, com o sentido de preservar os ministérios militares (contra o eventual ministério da Defesa), o presidencialismo (contra o parlamentarismo) e o mandato presidencial de cinco anos.

Ainda fortemente influenciados pelo método de análise da realidade social desenvolvido pela Escola Superior de Guerra, os comandantes castrenses deste período - mesmo estando formalmente afastados da condução do Estado - tendiam a interpretar os processos políticos à luz do que a instituição à qual pertenciam considerava ser *interesse nacional*. A defesa desses supostos *interesses nacionais* justificava, na visão dos comandantes militares, dentre outras coisas, a presença das tropas nas ruas durante a Nova República. Esse recurso antigo, de importante valor simbólico, foi utilizado diversas vezes pelas elites políticas brasileiras em situações de crise. Após o golpe de 1964 ganhou um novo significado: representou o controle político exercido pelas Forças Armadas, em especial pelo Exército, sobre as várias instâncias governamentais e, principalmente sobre a sociedade civil.

### ***1.1- A preservação da autonomia militar na Constituição de 1988.***

A *tutela militar* teve sua maior expressão nas atitudes do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, durante a elaboração da Constituição, nos anos de 1987-1988. Gonçalves, valendo-se de sua posição tutelar, ameaçou o governo e o Congresso

---

<sup>1</sup> Eliézer Rizzo de Oliveira, *De Geisel a Collor*, op.cit, p. 206.

Nacional quando julgou que isso seria necessário para garantir o atendimento integral dos interesses castrenses durante o processo constituinte.

Dentre esses interesses, o principal era manter inalterada a missão constitucional das Forças Armadas.<sup>2</sup> Isso preservaria a autonomia política dos fardados, conferindo um respaldo legal para o princípio de obediência parcial ao poder civil contido na expressão constitucional “nos limites da lei” segundo a qual os militares teriam a faculdade de obedecer somente as ordens por eles consideradas legais, e institucionalizando a possibilidade da intervenção militar nos processos políticos para a “manutenção da lei e da ordem”.

Preservar a autonomia institucional castrense, nos moldes em que ela se encontrava naquele período, também implicava manter intacto o *status* militar no primeiro escalão do governo, representado por seus quatro ministérios (Marinha, Exército, Aeronáutica, Casa Militar) e dois órgãos com *status* ministerial (Serviço Nacional de Informações e Estado-Maior das Forças Armadas), e a permissão para que as Forças Armadas pudessem deliberar - sem nenhum tipo de interferência civil - sobre o tipo de doutrina e educação a ser ministrada aos futuros oficiais, a garantia do monopólio sobre a definição das concepções estratégicas e das linhas gerais da Defesa Nacional, além da participação no desenvolvimento tecnológico do país e a continuidade dos programas militares.

Garantir a “manutenção da lei e da ordem” interna, dependia em boa medida, principalmente na opinião do Exército, da obrigatoriedade do serviço militar e da continuidade das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros como forças auxiliares e de reserva do Exército:

“Nosso Exército está baseado no Sistema de Conscrição, tendo o Serviço Militar Inicial a duração de um ano e está voltado basicamente para a formação da Reserva. Este curto período de um ano não permite que a preparação da Força possa atingir níveis elevados de capacitação operacional.

(...) o adestramento básico (...) estão orientados para a Defesa Externa, mas desenvolvem aptidões para operações de Defesa Interna. Esta aptidão, contudo, para que responda a contento às necessidades de

---

<sup>2</sup> Os militares pretendiam manter o texto constitucional de 1967:

*Art. 92: “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei”.*

Segurança Interna, deverá sofrer um tratamento mais acurado, voltado para o novo ambiente operacional e para as peculiaridades do inimigo.

O Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB) preconiza que todos os agrupamentos deverão estar em condições de executar operações tipo polícia ( Operações de Defesa Interna), tais como: Controle de Distúrbios Cívicos – exige muito treinamento e um preparo psicológico da tropa, Defesa de Ponto Sensível, Controle de Circulação ( Bloqueio e Ponto de Controle)

(...) É importante, sob todos os aspectos, que na repressão de distúrbios civis, passeatas e ações semelhantes, envolvendo grande parcela de público, seja empregada em primeira instância a Polícia Militar. Caso as autoridades estaduais deixem de promover as ações necessárias à manutenção da ordem, a tropa federal será empregada, mas com a PM sob controle operacional das Forças Federais. Para assegurar o patrimônio da união e a plena utilização das vias de transporte e terminais federais, usinas siderúrgicas estatais, refinarias de petróleo, etc., a tropa federal poderá ser empregada em primeira instância, na guarda dos pontos sensíveis, sem que haja necessidade de intervenção federal, decretação dos estados de defesa ou de sítio, ou convocação da PM.”<sup>3</sup>

No entanto, o fator decisivo para tal papel se encontra, como pode ser constatado na citação acima, na força da orientação tradicional do Exército que indica a preparação da defesa interna, ou seja, da eventual ação militar no confronto com movimentos sociais, sindicais, etc. Esta atitude não mudou substantivamente até hoje. Prova disto são os documentos do Exército sobre Planejamento Estratégico, como a “Concepção Estratégica do Exército” (SIPLEX-4).<sup>4</sup>

A atuação dos militares no processo constituinte foi analisada minuciosamente por Eliézer Rizzo de Oliveira. O autor destaca a importância da atuação do preparado *lobby* da instituição formado pelas assessorias parlamentares das três Forças, o Alto-Comando, representantes do Estado-Maior das Forças Armadas e da Escola Superior de Guerra.

Este *lobby* demonstrou naquela oportunidade dispor (e dispõe ainda hoje) de unidade de ação, clareza de objetivos, capacidade de antecipação das conjunturas políticas nacionais

---

<sup>3</sup> Ary Sant’Ana Coutinho, Arídio Mário Souza Filho, Jorge Fernando Crossetti, Arthur Barbosa de Carvalho Lima, *O emprego da força federal no quadro da segurança interna: caracterização do inimigo interno*, Rio de Janeiro: ECEME, 1990, pp. 16-20.

<sup>4</sup> Ministério do Exército, *Sistema de Planejamento do Exército*, “Concepção Estratégica do Exército (SIPLEX-4)”. Brasília: Ministério do Exército, s/d, p. 12.

e internacionais, capacidade de cultivar alianças políticas e apoio parlamentar para a defesa dos interesses castrenses.<sup>5</sup> Do grupo de pressão que participou com sucesso na defesa destes interesses durante a elaboração da nova Constituição, apenas as assessorias parlamentares militares, que são permanentes, atuarão ativamente até o final da década de 90 no Congresso. Passado o período de *tutela militar*, essas assessorias conquistarão o respeito e a confiança dos parlamentares, o que facilitará enormemente a aprovação dos projetos de lei importantes para as Forças Armadas.

Outras importantes reivindicações dos fardados também foram atendidas na Constituição de 1988, como a manutenção do caráter e das prerrogativas da Justiça Militar e do Serviço Nacional de Informações, o qual permaneceu militarizado.

A única derrota significativa dos militares na elaboração da carta constitucional foi a rejeição do princípio da obediência “nos limites da lei”. Esta posição parlamentar – por sinal bastante acertada – reflete o desgaste político dos fardados após 21 anos de arbitrariedades não apenas contra a sociedade civil e a esquerda, mas também contra a oposição consentida representada pelo MDB e sobre o próprio aparelho militar. Nesse sentido, também foi muito importante a extinção do Conselho de Segurança Nacional e sua substituição pelo Conselho de Defesa Nacional, uma vez que o dito Conselho era o principal instrumento de controle da máquina administrativa e institucional durante a ditadura. Portanto, o fim do Conselho de Segurança Nacional representa o corte de um significativo instrumento de expressão do poder militar autônomo.

Ao rejeitar o princípio da obediência parcial dos fardados ao poder civil, os ex-aliados dos militares demonstravam não estar dispostos a ceder novamente o poder político recém conquistado, e os opositores buscavam reequacionar as relações entre os civis e os militares na Nova República.

Sobre as diferentes posições acerca a missão constitucional das Forças Armadas durante a Constituinte, Cláudio Silveira identifica três grupos:

1) *progressista*- composto por parlamentares do PT, PDT, PCB, PCdoB, PSB, PMN, PSDB e alguns membros do PMDB. Esse grupo defendia a exclusão da expressão “lei e

---

<sup>5</sup> Eliézer Rizzo de Oliveira, *De Geisel a Collor*, op. cit., pp.128-129.

ordem” do texto constitucional e que as Forças Armadas fossem voltadas apenas para a defesa externa. Dentre seus membros destaco o deputado José Genoíno (PT-SP) que continuará defendendo essas posições no parlamento durante toda a década de 90.

2) *conservador*- formado por parlamentares governistas e ex-aliados da ditadura do PFL, PDS, parte do PMBD, PDC, PTB e PL, que defendiam a manutenção das Forças Armadas como guardiãs da “lei e da ordem” e as premissas da Doutrina de Segurança Nacional.

3) *moderado*- composto por deputados que defendiam uma posição intermediária, semelhante à da Comissão Afonso Arinos. Esses parlamentares reconheciam as Forças Armadas como “instituições fundamentais” para o processo político brasileiro, mas pretendiam subordinar as intervenções militares à autorização de um dos poderes constitucionais, e a modificação da expressão “da lei e da ordem” por “ordem constitucional”. Deste grupo destaco o então senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).<sup>6</sup>

O texto constitucional referente à missão das Forças Armadas aprovado pelo Congresso resultou de uma acomodação de interesses entre moderados, conservadores e as lideranças militares. Em função de uma conjuntura política na qual o apoio tutelar das Forças Armadas era fundamental para a estabilidade do governo, foi reeditada a velha aliança entre os grupos dirigentes nacionais e os ministros militares. Assim ficou definido o papel das instituições armadas:

“As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.”<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Para uma visão mais abrangente das posições defendidas pelos três grupos na Comissão de Defesa do Estado, Partidos e Eleições ver: Cláudio de Carvalho Silveira, *O risco da democracia: a intervenção militar na Nova República*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1990.

<sup>7</sup> Este é o artigo 142 da Constituição de 1988.

Um depoimento do almirante Mário César Flores, interlocutor da Marinha durante o processo constituinte reforça o caráter conciliatório da negociação entre as lideranças moderadas, conservadoras e os fardados:

“(...) A redação do artigo 142 foi feita a uma hora da madrugada no apartamento do senador Afonso Arinos, por mim e ele , e na verdade, foi uma fórmula de conciliação entre o que seria<sup>8</sup> [o texto constitucional], o projeto dele<sup>9</sup> (...) e aquele final que diz: por iniciativa de um dos poderes constitucionais a garantia da lei e da ordem.(...)”<sup>10</sup>

Cabe dizer que o texto constitucional, ao prever o emprego das Forças Armadas por iniciativa de qualquer um dos poderes constitucionais, era bastante impreciso. Essa imprecisão somente foi solucionada com a Lei Complementar 67/91, que incorpora uma emenda do Deputado José Genoíno (PT-SP):

“O emprego das Forças Armadas, na defesa da Pátria, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, é de responsabilidade do Presidente da República, que o determinará aos respectivos ministros militares. Parágrafo 1º: Compete ao Presidente da República a decisão do emprego das Forças Armadas, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por qualquer dos poderes constitucionais, através de presidente do Supremo Tribunal Federal ou do presidente do Congresso Nacional, no âmbito de suas respectivas áreas.

Parágrafo 2º: A atuação das Forças Armadas ocorrerá de acordo com as diretrizes do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no artigo 144 da Constituição Federal.”

---

<sup>8</sup> Flores está referindo-se certamente ao texto constitucional sobre a missão das Forças Armadas que desde a Constituição de 1946 traz a expressão “nos limites da lei” que os militares queriam preservar.

<sup>9</sup> De acordo com a proposta do senador Arinos o artigo 142 teria a seguinte redação: “(...) destinam-se a assegurar a independência do país, a integridade do seu território, os poderes constitucionais e, por iniciativa expressa destes, nos casos estritos da lei, a ordem constitucional.” Para mais detalhes sobre as posições das forças políticas na Comissão Afonso Arinos ver: Eliézer Rizzo de Oliveira, “Constituinte, Forças Armadas e autonomia militar”, in Eliézer Rizzo de Oliveira (org.), *As Forças Armadas no Brasil*, Rio de Janeiro: Espaço & Tempo, 1987.

<sup>10</sup> Mário César Flores, *Forças Armadas e Democracia*, Palestra proferida no Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas em 04 de abril de 1997.

É importante frisar que durante a ditadura o Congresso Nacional não tinha poder de decisão sobre as questões militares e principalmente sobre o orçamento militar. Beneficiando-se desse quadro político-institucional que lhes era bastante favorável, as três Forças ampliaram sua autonomia institucional. Essa autonomia se deu primeiramente perante os políticos civis, aos quais foi vedada qualquer possibilidade de definir os postulados referentes à defesa nacional, porque entre os condutores do novo regime prevalecia a tese de que somente os que usassem farda teriam “competência” para interpretar essas questões, as quais, aliás, estavam totalmente impregnadas pela Doutrina de Segurança Nacional.

Secundariamente, essa autonomia se estabeleceu em relação ao governo federal, ou seja: os *militares enquanto instituição* sob o regime ditatorial preservaram a autonomia para definir, além das próprias concepções estratégicas, as percepções sobre as prioridades e a organização da defesa nacional, sem subordinar-se nestes aspectos aos *militares enquanto governo*.

São representativos dessa situação os vários programas militares iniciados sob o clima ufanista do Brasil “grande potência”, tais como: as indústrias de armamentos idealizadas e majoritariamente administradas pelo Exército, como a Empresa Brasileira de Material Bélico (IMBEL)<sup>11</sup>; o *Programa Nuclear Paralelo*, de grande interesse para a Marinha, cujo principal projeto continua sendo a construção do submarino a propulsão nuclear; a *Missão Espacial Completa Brasileira*, que previa a construção de um foguete (veículo lançador de satélites e míssil balístico de média alcance); e o *Programa AMX*, que visava a produção de um avião caça-bombardeiro subsônico.

Porém, a partir da segunda metade da década de 80, com a volta dos civis ao governo, esses programas passaram a enfrentar restrições internas e externas que dificultavam sua conclusão. Mesmo os programas militares iniciados após o fim da ditadura, mas identificados com o a idéia de militarização, como o Calha Norte (1985),

---

<sup>11</sup> Renato P. Dagnino, “A indústria de armamentos brasileira: sua importância para a avaliação da relação militares-Estado e sociedade” e Alexandre Barros, “O modelo de Indústria Bélica Brasileira: História e Implicações” in, Eliézer Rizzo de Oliveira (org.), *Militares: pensamento e ação política*, op.cit.

foram duramente criticados pela esquerda brasileira e grupos ligados à defesa do meio ambiente nacionais e internacionais.

Sobre o Programa Calha Norte é preciso esclarecer alguns pontos. Em primeiro lugar, o Calha Norte tem indubitavelmente uma inspiração geopolítica. Criado a partir de estudos do Conselho de Segurança Nacional datados de 1985, o Calha Norte nasceu como um projeto ligado ao Conselho de Segurança Nacional, que, como já foi dito anteriormente, era a expressão maior do poder autônomo militar, e tem como objetivo principal a integração da região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas ao restante do país.<sup>12</sup>

Esta região, após décadas de ocupação desordenada, havia se transformado numa área altamente conflitiva em consequência do garimpo nas reservas indígenas, e da presença de narcotráfico nas fronteiras. Também era visto com desconfiança pelos fardados, pela existência de grupos guerrilheiros na Guiana, Colômbia, Suriname, Bolívia e Venezuela. Temia-se que esses grupos passassem a utilizar o território brasileiro como base de treinamento, o que configuraria no jargão militar da época: “*um risco de penetração mais efetiva do Movimento Comunista Internacional no país.*” Somavam-se a isso as disputas territoriais entre Peru e Equador e a possibilidade de que a Venezuela e a Guiana quisessem rever suas fronteiras com o Brasil.<sup>13</sup>

A necessidade de integração da região amazônica ao restante do território nacional é uma constante nos estudos geopolíticos brasileiros. Mário Travassos, que teve suas principais idéias expostas no primeiro capítulo desta dissertação, definia a Madeira-Mamoré como o único peão colocado sabiamente no “Inferno Verde” ainda divorciado do restante do país, e via na construção de um complexo ferroviário eficiente na região a chave para reverter uma situação desfavorável em relação à Argentina, criando um pólo de

---

<sup>12</sup> Secretaria de Assuntos Estratégicos, *Programa Calha Norte*, [www.sae.gov.br/cisipam](http://www.sae.gov.br/cisipam), 08/02/98.

<sup>13</sup> Paulo César Carneiro do Amaral, *O projeto Calha Norte – importância para a região amazônica e seus reflexos na segurança nacional*, Rio de Janeiro: ECEME, 1990, pp. 12-13; Cláudio Souto, Heraclito M. da Penha Alves; Paulo Roberto Correia Assis, *Ameaças a soberania nacional na Amazônia, hipóteses de guerra, estratégias para a defesa da região*, Rio de Janeiro: ECEME, 1990, p.05-09.

desenvolvimento econômico na região que atrairia os outros países amazônicos à esfera de influência brasileira.

Contudo, seria uma injustiça e um erro de interpretação, como alerta Shiguenoli Miyamoto, associar as teorias geopolíticas de Travassos à idéia de *integração nacional* no sentido em que ela é concebida por outros autores geopolíticos, e interpretada pelos formuladores da Doutrina de Segurança Nacional.<sup>14</sup> Mais próximas das idéias do autor estariam, por exemplo, as propostas do Itamaraty acerca da região amazônica durante o ciclo do *pragmatismo responsável*, onde a diplomacia brasileira buscou através de pactos cooperativos, como o Tratado de Cooperação Amazônica de 1978, viabilizar a criação de um pólo de desenvolvimento econômico na Bacia Amazônica pautado na utilização e na proteção dos recursos naturais da região.<sup>15</sup>

A idéia de *integração nacional* que perspassava o Calha Norte na época da sua criação, tinha outra filiação: os preceitos da manobra geopolítica de integração nacional de Golbery do Couto e Silva, descrita no segundo capítulo desta dissertação, que vinculavam a ocupação do território à sua proteção.

Estes preceitos fundamentaram a “estratégia amazônica” da ditadura elaborada em 1965, durante a presidência de Castello Branco.<sup>16</sup> Esta estratégia foi impulsionada com a transferência da sede do Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus e a vinda para região do Grupamento de Engenharia com seus batalhões de engenharia de construção do Exército, apoiados diretamente pela Aeronáutica, que era também responsável pela ligação entre povoados isolados e pela construção de aeródromos. A Marinha por sua vez apenas renovou sua flotilha fluvial e manteve a ajuda às populações ribeirinhas.<sup>17</sup>

---

<sup>14</sup> Shiguenoli Miyamoto, *Geopolítica e poder no Brasil*, op.cit., pp.58-59.

<sup>15</sup> Mônica Hirst, *História da Diplomacia Brasileira*, op. cit.

<sup>16</sup> Carlos Meira Mattos, *Uma geopolítica pan-amazônica*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p.173.

<sup>17</sup> Idem, *Ibidem*, p.110.

Mas o ponto alto desta estratégia foi a tentativa de implementação do Plano de Integração Nacional lançado pelo governo Médici em 1970. Meira Mattos expõe as linhas gerais desse Plano:

“O Plano de Integração Nacional (PIN), lançado pelo Presidente Médici, concebeu a ocupação do espaço amazônico à base da construção das duas grandes rodovias – Transamazônica e Cuiabá Santarém -, ambas com reserva de terra até 10Km das suas margens para a exploração e ocupação adequada. Foi estabelecido um plano de colonização ao longo das referidas estradas era concebida da seguinte maneira:

agrovilas: de 100 a 300 famílias, de 500 a 1500 habitantes, contando com escola, posto de saúde, centro administrativo e armazém;

agrópolis: englobando 20 agrovilas, com cerca de 3000 habitantes, dispoendo de escola secundária, ambulatório médico – odontológico, cooperativa, pequenas agro-indústrias, correios e telégrafos, centro telefônico e hotel;

rurópolis: com um raio de ação de 140Km, apoiando diversas agrovilas e duas ou três agrópolis.”<sup>18</sup>

Meira Mattos afirma que as dificuldades enfrentadas na implantação desse projeto de colonização, assim como a falta de recursos em consequência da crise de petróleo de 1973, paralisou esse aspecto do PIN. Mas outros continuaram a ser implementados, como o Projeto Carajás (que objetivava a exploração de jazidas de ferro, manganês, bauxita e cobre existentes na região da Serra de Carajás, no Pará), o Projeto Tucuruí (construção de grandes hidrelétricas no vale do Tocantins), e o Projeto Trombetas (destinado à mineração, beneficiamento e embarque do minério de bauxita).<sup>19</sup>

No entanto, o que Meira Mattos não descreve, mas Maria Helena Moreira Alves<sup>20</sup>, entre outros, apontou com bastante propriedade foi o impacto que essas tentativas de colonização da Amazônia, e a implantação dos projetos de exploração econômica acima

---

<sup>18</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 100-101.

<sup>19</sup> Idem, *Ibidem*, p.110.

<sup>20</sup> Maria Helena Moreira Alves, *op.cit.*, pp.165-166; Márcio Jabôr Canízio “Ecologia e Ordem Internacional. Uma discussão sobre os paradigmas de análise”, in *Contexto Internacional*, número 12, julho/dezembro de 1990, pp.29-52; Valérie de Campos Mello, “Globalização e Desenvolvimento Sustentável: o Caso da Amazônia Brasileira”, in *Contexto Internacional*, volume 18, número 2, julho/dezembro de 1989, pp.310-312.

citados representou para os povos indígenas e para a população pobre que foi atraída para a região pelas promessas de terra barata, ou de enriquecer no garimpo. Tratados como inimigos internos do Estado, os povos da floresta sentiram o peso da “mão amiga” do Exército, que trazia assistência, mas também reprimia, dependendo de como fossem interpretadas as demandas da população local.

Lysias Rodrigues, afirmava em 1940:

“O deslocamento do homem brasileiro para o sertão é um problema de economia dirigida, dando-se a ele e sua família o transporte até o local, fixando-se a gleba que lhe toca, fornecendo-se-lhe as ferramentas, as sementes, o financiamento para a sua alimentação e instalações até que a terra possa dar-lhe compensações.”<sup>21</sup>

Se aceitarmos a tese de que Couto e Silva como seu discípulo, pensava da mesma forma, podemos afirmar que sua manobra estratégica para a Amazônia falhou, por diversas razões. Valérie Mello cita as seguintes:

“O governo militar não levou em consideração no seu projeto a necessidade de elaborar uma estratégia de desenvolvimento que correspondesse à singularidade do meio ambiente amazônico, tanto do ponto de vista físico como humano, resultando na destruição do habitat das populações indígenas, assim como das plantas e animais.”<sup>22</sup>

A autora afirma também que o programa de incentivos fiscais, empréstimos especiais e venda de terras a baixo custo, tornou o mercado de compra e venda da terra muito lucrativo e encorajou a especulação de seu preço e a expulsão dos povos indígenas e camponeses pobres de determinadas regiões.<sup>23</sup>

O mundo tomou conhecimento da dimensão que os conflitos sociais haviam adquirido na Amazônia após o assassinato de Chico Mendes (presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Xapuri, que defendia um sistema de reservas extrativistas na região

---

<sup>21</sup> Lysias A. Rodrigues, op.cit., 83-84.

<sup>22</sup> Valérie de Campos Mello, op.cit., p.311.

<sup>23</sup> Idem Ibidem, pp.311-312.

amazônica) em 1988. Levando-se em conta, portanto, o histórico dos projetos que a ditadura militar tentou implementar na Amazônia, é compreensível que entidades de defesa do meio ambiente, entidades religiosas como o Conselho Indigenista Missionário, e partidos de esquerda, vissem com desconfiança a implantação de um projeto formulado pelo Conselho de Segurança Nacional para a ocupação da Amazônia.

Porém, apesar das premissas geopolíticas que orientaram a formulação do projeto, procurando associar a ocupação do espaço amazônico, à sua defesa, o Calha Norte é um programa interministerial, abarcando outras dimensões além da militar. À medida em que ele foi sendo incorporado pela esfera governamental - ficando subordinado primeiramente à Secretaria de Assuntos Estratégicos, após a extinção do Conselho de Segurança Nacional, onde ganhou o *status* de programa, e estando atualmente ligado ao Ministério da Defesa – as premissas geopolíticas do projeto foram sendo matizadas, em face das críticas recebidas. A versão do Calha Norte divulgada pela SAE em 1998, enfatiza que “*o planejamento das ações subseqüentes de governo, para a região em causa, deverá, sempre utilizar seus recursos naturais, obedecendo, simultaneamente, a 3 requisitos essenciais: que seu uso seja economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável*”.<sup>24</sup>

Em suma, é importante ressaltar que a falta de implementação de políticas públicas eficazes para a região abarcada pelo Calha Norte que fossem capazes de solucionar o problema da ausência do Estado nessa região, por parte dos governantes que sucederam Sarney na presidência da República, fez com que o Calha Norte se firmasse como solução para esta questão, e fosse revitalizado no final da década de 90.

Internacionalmente, além da emergência dos temas ambientais, os militares amargavam o bloqueio de transferência tecnológica imposto ao Brasil pelos países desenvolvidos, principalmente pelo governo norte-americano, o qual condicionou a retomada dos acordos comerciais nessa área à assinatura do *Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares* e do *Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis*.

Por fim, no âmbito interno, o Legislativo foi fortalecido ao receber a prerrogativa de tomar iniciativas orçamentárias e legislativas sobre as Forças Armadas. Para os fardados, a

---

<sup>24</sup>Secretaria de Assuntos Estratégicos, *Programa Calha Norte*, [www.sae.gov.br/cisipam](http://www.sae.gov.br/cisipam), 08/02/98.

necessidade de ter que negociar suas demandas com parlamentares de todos os espectros ideológicos, inclusive com vários ex-guerrilheiros e outros “inimigos” da instituição, fazia parte de uma nova realidade onde dificilmente as três Forças poderiam preservar o mesmo grau de autonomia institucional sem um mínimo de consentimento por parte dos congressistas.

## **2 - As relações Brasil-Argentina na Nova República: a construção da cooperação bilateral.**

A aproximação entre os governos do Brasil e da Argentina foi fortemente impulsionada pela volta dos civis ao poder nos dois países. Os acordos firmados pelos presidentes do Brasil e da Argentina a partir de 1985 visavam fortalecer institucionalmente seus respectivos governos que enfrentavam na época uma série de dificuldades políticas, dentre as quais a resistência dos militares em aceitar a subordinação ao poder civil.

Se no Brasil a transição para o governo civil foi conduzida pelos militares, que deram apoio tutelar ao presidente José Sarney, no caso argentino a derrota militar na guerra das Malvinas e a fragmentação institucional das Forças Armadas levaram ao colapso da ditadura militar. Além disso, o saldo macabro de aproximadamente 30.000 mortos (para uma população de cerca de 20 milhões) e desaparecidos políticos durante o *Proceso de Reorganización Nacional* colocou a questão da responsabilização das Forças Armadas pela repressão política no centro do debate eleitoral. Alfonsín assumiu como compromisso de campanha a apuração das responsabilidades pelo terrorismo de Estado e propôs uma política detalhada de reinserção dos militares no processo democrático.

Esta política incluía a adoção de uma Lei de Defesa Nacional contrária à Doutrina de Segurança Nacional e compatível com o regime democrático, cuja formulação e aprovação seriam de responsabilidade institucional do Poder Legislativo. De acordo com a proposta do Partido Radical, do presidente, as Forças Armadas estariam voltadas exclusivamente para a defesa externa e deveriam preparar-se para conflitos que

---

hipoteticamente a Argentina poderia enfrentar com o Chile e Grã-Bretanha. Isso implicava a desmilitarização das Forças de Segurança e policiais, que passariam à esfera do Ministério do Interior, e o fortalecimento do Ministério de Defesa, que coordenaria a modernização das Forças Armadas e garantiria o aumento de sua capacidade militar. O projeto também previa a abolição do serviço militar obrigatório e a redução dos gastos militares a uma média do 2% do PIB.<sup>25</sup>

No governo do presidente Alfonsín foram levados a julgamento os principais responsáveis pelo terrorismo de Estado - os integrantes das três primeiras Juntas Militares - e pelas organizações guerrilheiras, além de criada uma comissão encarregada de investigar o desaparecimento de milhares de pessoas e iniciar a implementação de seu projeto de reforma militar. Porém este governo teve que enfrentar uma forte resistência castrense para que reconhecesse não somente a impunidade jurídica dos fardados, mas também a legitimidade da atuação militar na repressão política e preservasse o papel constitucional da instituição na “segurança interna”. A radicalização das divergências entre governo civil e militares teve seu ápice durante as três rebeliões “carapintada” (os levantes ocorreram no Campo de Mayo, em 1987, e em Monte Caseros e Villa Martelli, em 1988), nas quais extremistas do Exército visavam obter concessões governamentais e a mudança da imagem das Forças Armadas perante a opinião pública. Essa resistência certamente impôs uma série de limitações à reforma militar proposta pelo Partido Radical.<sup>26</sup>

Somando-se às dificuldades em consolidar a direção política sobre as Forças Armadas, os governos civis tinham que enfrentar a emergência de uma nova ordem internacional caracterizada por um conjunto de transformações políticas e econômicas que afetavam diretamente os países latino-americanos.

---

<sup>25</sup> Marcelo Fabián Sain fez um estudo detalhado do projeto de reforma militar do Partido Radical em: *Alfonsín, Menem e as relações cívico-militares: a construção do controle sobre as Forças Armadas na Argentina democrática (1983-1995)*, Campinas, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1999.

<sup>26</sup> Para uma análise competente das relações civis-militares no governo Alfonsín ver: Ernesto López, *Ni la ceniza, ni la gloria: actores, sistema político y cuetión militar en los años de Alfonsín*, Buenos Aires: Universidad de Quilmes, 1994. Sobre as rebeliões “carapintada” ver: Marcelo Fábian Sain, *Los levantamientos carapintada: 1987-1991*, Centro Editorial de América Latina, 1994.

O processo de distensão entre os Estados Unidos e a União Soviética pautado em mecanismos para conter a corrida armamentista, como os tratados de não-proliferação nuclear e os acordos SALT<sup>27</sup>, acelerou-se em 1985 com a implementação da *perestroika* e da *glasnost* pelo governo Gorbachev, na União Soviética.<sup>28</sup> Paralelamente ao processo de distensão entre as duas superpotências, o mundo presenciou uma *onda* de democratização, ou seja, transições de regimes não democráticos para democráticos, além da liberalização de sistemas políticos que não se tornaram completamente democráticos.<sup>29</sup>

No plano econômico inaugurou-se uma nova etapa de acumulação do capital onde a esfera financeira passou a comandar, cada vez mais, a repartição e a destinação da riqueza. Nessa nova dinâmica da economia internacional, o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este adquiriram uma grande importância como fonte de transferência de riquezas para o sistema financeiro internacional.<sup>30</sup> Além disso, o progresso na agricultura, com o desenvolvimento de fertilizantes, defensivos e da biotecnologia, diminuiu a importância estratégica da exportação e importação de produtos primários. No setor industrial, a automação e a informática atenuaram a relevância do custo mais barato da mão-de-obra como fator de competitividade internacional. Isso fez com que os países

---

<sup>27</sup> O Tratado de Limitação das Armas Estratégicas (SALT) fixou limites aos números de mísseis balísticos intercontinentais que cada lado podia ter e interrompeu a fabricação russa de um sistema antimísseis balísticos. Mais informações sobre as negociações de desarmamento entre os Estados Unidos e a União Soviética ver: Paul Kennedy, *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*; Rio de Janeiro: Campus, 1989.

<sup>28</sup> A *perestroika* modificou profundamente a estrutura do sistema econômico soviético, com a substituição da economia planificada pela economia de mercado. E a *glasnost* promoveu a democratização, a quebra do monopólio da vida política pelo Partido Comunista, o abandono do esquema Estado-partido-sindicato e a transparência nas relações políticas. Para uma visão mais densa desse processo, e das posições do líder soviético acerca do processo de desarmamento ver: Mikhail Gorbachev, *Perestroika, novas idéias para o meu país e o mundo*, São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1988.

<sup>29</sup> Maiores informações sobre os processos de democratização liberalização podem ser encontrados no livro de Samuel P. Huntington, *A Terceira Onda: a democratização no final do século XX*, São Paulo: Editora Ática S.A., 1994.

<sup>30</sup> H. Bourguinat, *Finance internationale*, Paris: Presses Universitaires de France, col. Thémis, 1992; José Luis Fiori, e Maria da Conceição Tavares, *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997; François Chesnais, *A mundialização do Capital*, São Paulo: Xamã, 1996; Luciano Coutinho e Luiz Gonzaga da Mello Belluzzo, "Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas" in *Economia e Sociedade*, Campinas, nº 7, dezembro de 1996, pp. 129-154.

latino-americanos perdessem as vantagens comparativas em termos de recursos naturais abundantes e mão-de-obra barata.

Também foi fundamental para esse processo a formação de grandes blocos econômicos, os quais reduziram a liderança econômica norte-americana e fortaleceram a Europa e o Japão.<sup>31</sup> Dentro desse contexto, era evidente para os governantes brasileiros e argentinos que somente através da cooperação seria possível evitar aos países sul-americanos o ingresso num processo de marginalização dentro do sistema internacional.

As áreas diplomáticas do Brasil e da Argentina, conscientes de que o principal obstáculo à cooperação bilateral residia na rivalidade estratégica entre as Forças Armadas dos dois países, procuraram intensificar durante os primeiros governos civis os esforços iniciados com a assinatura do *Tratado Multilateral Corpus-Itaipu*, a fim de estabelecer uma série de medidas de confiança mútua que respaldassem a cooperação na área nuclear e permitissem ampliar as relações econômicas, tecnológicas, culturais, políticas, e, finalmente, militares. A propósito, vale lembrar com Francisco Rojas que:

“Las medidas de confianza mutua son acciones con una vinculación de reciprocidad necesaria, no necesariamente equivalente, pero si paralela en el tiempo. Con una rápida secuencia se alcanzará un efecto de progresividad, un passo es seguido por otro, siempre y cuando la contra parte esté cumpliendo con el compromiso recíproco. En este sentido, las medidas de confianza mútua no son sólo ‘declaraciones’ o ‘compromiso’ sino que son ‘acciones’ efetivas susceptibles de ser evaluadas y verificadas”.<sup>32</sup>

A primeira iniciativa nesse sentido foi a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear firmada em Foz do Iguaçu em 1985, na qual os presidentes Alfonsín e Sarney reiteraram o compromisso mútuo para o desenvolvimento de energia nuclear com fins pacíficos e para a ampliação da cooperação nessa matéria. Isto incluía o agendamento de visitas presidenciais às instalações nucleares existentes nos dois países, e a criação de um grupo de trabalho binacional (transformado em Comitê permanente em 1988) com o propósito de unificar

---

<sup>31</sup> Carlos M. Vilas, *América Latina en el Nuevo Orden Mundial*, México: Universidad Nacional Autónoma de México, s/d, pp. 10-11.

<sup>32</sup> Francisco Rojas Aravena, *FASOC*, volume IX, s/d, p. 02.

posições dos dois países, desenvolver a cooperação nuclear no plano teórico-científico e elaborar propostas para a criação de sistemas de segurança que conferissem transparência mútua aos respectivos projetos de pesquisa nucleares.<sup>33</sup>

A assinatura da Ata para Integração Brasileiro-Argentina em julho de 1986 mediante a qual se instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina (PICE) que contemplou a abertura e liberalização comercial seletiva e a cooperação de setores chaves da economia de ambos os países, especialmente dos setores industriais, abriu caminho para um processo de integração bilateral mais amplo.

A segunda fase desse processo de integração iniciou-se em 1988 com a assinatura do Tratado de Integração e Cooperação Argentina-Brasil. Este Tratado reafirmou os acordos já existentes e estabeleceu as premissas básicas para a consolidação de um espaço econômico comum no prazo de 10 anos que incluía uma série de acordos específicos tais como políticas alfandegárias de comércio exterior e interno, políticas agrícolas, indústrias, de transporte e comunicações, científicas, tecnológicas, monetárias, fiscais, cambiais e de capitais.<sup>34</sup> Esses acordos bilaterais foram importantes para arrefecer a rivalidade estratégico-militar entre as Forças Armadas brasileiras e argentinas, já que previam a cooperação em áreas que se encontravam sob controle militar nos dois países como, por exemplo, a indústria bélica e a de construção aeronáutica. Este último acordo permitiu que se firmasse um compromisso para o uso pacífico do espaço aéreo comum.

Entre as outras medidas que contribuíram para a arrefecer as antigas rivalidades estratégicas, cabe destacar os protocolos sobre Informação Imediata e Assistência Recíproca em casos de Acidentes Nucleares e Emergências Radiológicas de 1986, a adesão dos dois países à Agência Internacional de Energia Atômica, e a proposta brasileira apoiada pela Argentina para a criação de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul.

---

<sup>33</sup> Sarney visitou, na Argentina, a usina de enriquecimento de urânio de Pilcaniyeu, em 1987, e as instalações do Centro Nuclear de Ezeiza em 1988. E Alfonsín visitou, no Brasil, o Centro Nuclear Aramar na inauguração da usina de urânio de Iperó no Brasil em 1988. Mais informações sobre a cooperação nuclear entre os dois países podem ser encontradas em: Mónica Hirst e Héctor Eduardo Bocco, *op.cit.*, pp. 63-78.

<sup>34</sup> Sônia de Camargo, "Brasil-Argentina: a integração em questão" in *Contexto Internacional*, número 9, janeiro/junho de 1989, pp. 45-62; Celso Lafer, "Dilemas da América Latina num mundo em formação" in *Revista de Cultura Política Lua Nova*, número 18, agosto de 1989, pp. 25-40.

Adotada em 1986 como resolução das Nações Unidas - à revelia da representação norte-americana que votou contra o projeto - a criação de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul tem um importante significado estratégico, uma vez que, como já foi dito anteriormente, dentro do contexto da guerra fria as marinhas sul-americanas receberam do governo norte-americano equipamentos destinados prioritariamente para a guerra anti-submarino e a missão de auxiliar na defesa do Atlântico Sul contra uma suposta incursão de submarinos soviéticos. Portanto, a decisão de excluir o Atlântico Sul de um envolvimento militar na disputa leste/oeste, ou de eventuais confrontações regionais, e o repúdio à presença de armamento nuclear na região representa um importante passo para a redefinição das percepções estratégicas no Cone Sul, já que implicaria uma menor influência da guerra fria como condicionante da defesa nacional.<sup>35</sup>

Contudo, é importante ressaltar que a criação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul foi uma iniciativa da área diplomática brasileira que contou com o apoio dos oficiais heterodoxos da Marinha, dentre os quais o então ministro da Marinha Henrique Sabóia, mas enfrentou uma forte resistência dos setores ortodoxos que, ainda influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional e pelo discurso do Brasil “grande potência”, viam na adoção dessa medida um obstáculo ao desenvolvimento do “Poder Naval” brasileiro, e, conseqüentemente, da Marinha oceânica, além de possibilitar o crescimento do poder soviético na região.<sup>36</sup>

Em suma, apesar da iniciativa positiva do Itamaraty e devido ao peso institucional das Forças Armadas durante o governo Sarney, não ocorreu nenhuma alteração significativa nas concepções estratégicas e na organização militar da defesa nacional. Desse modo, as hipóteses de guerra e as estratégias militares formuladas durante a década de 60 - inclusive

---

<sup>35</sup> A íntegra da resolução 41/11 das Nações Unidas que cria a Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul pode ser encontrada em: “Zona de Paz no Atlântico Sul”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, Suplemento Documentos, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, ano 29, números 115-116, 1986, p.113-124.

<sup>36</sup> João Carlos Gonçalves Caminha, “O Atlântico Sul e a Marinha do Brasil”, op.cit., Germán Medina Sanchez, “O Atlântico Sul como área de cooperação: incentivo ou limitação ao desenvolvimento do Poder Naval dos países da região”, Rio de Janeiro: EGN, 1989.

a hipótese de guerra com a Argentina e a preparação para a guerra antissubmarino – permaneceram as mesmas até o fim da guerra fria.<sup>37</sup>

### **3- Enfrentamento da tutela militar e ampliação da atuação interna: As Forças Armadas nos governos de Fernando Collor e Itamar Franco.**

Ao contrário de seu antecessor, o presidente Fernando Collor de Mello procurou afirmar sua autoridade no meio castrense, principalmente durante seu primeiro ano de governo, quando tomou uma série de medidas visando limitar a autonomia política dos militares.

Segundo Eliézer Rizzo de Oliveira, as relações entre as Forças Armadas e o regime democrático encontravam-se então na dependência de quatro fatores: a autoridade presidencial; a atuação dos ministros (ou comandantes militares); o desempenho do Congresso e as atitudes da sociedade civil.<sup>38</sup> Sobre o governo Collor, o autor argumenta que a autoridade presidencial se estabeleceu no meio militar com o apoio dos ministros militares que, de fato, diferem de seus antecessores quanto ao estilo de atuação. Mais discretos, estes ministros, por exemplo, mantiveram uma postura legalista durante o processo de *impeachment* do então presidente da República.

Também deve-se levar em conta o fato das gestões (1990-1992) dos ministros Carlos Tinoco, do Exército, Mário César Flores, da Marinha, e Sócrates Monteiro, da Aeronáutica, terem sido marcadas por um conjunto de mudanças no âmbito nacional e internacional que incidiram fortemente sobre as Forças Armadas e possivelmente condicionaram o comportamento dos ministros militares nesse período.

No âmbito internacional, concomitantemente aos processos de democratização em todos os países socialistas do Leste Europeu, compreendendo as Repúblicas soviéticas, a queda do muro de Berlim e a extinção do pacto de Varsóvia, que prenunciavam o fim da

---

<sup>37</sup> Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, “Estratégia e Defesa (1960-1990)” op.cit., p. 52.

<sup>38</sup> Eliézer Rizzo de Oliveira, *De Geisel a Collor*, op. cit., p.205.

guerra fria, crescia a pressão das potências ocidentais e das organizações não governamentais acerca da devastação da floresta amazônica.

No âmbito nacional, os militares, após o fim da ditadura, tiveram que aceitar como interlocutores, além do parlamento, representantes dos movimentos sociais, das universidades e da imprensa.

Visando diminuir a influência militar no primeiro escalão, o governo Collor extinguiu o Serviço Nacional de Informações e a Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional (criada no governo Sarney em substituição ao extinto Conselho de Segurança Nacional) foi substituída pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, atribuída na sua gestão a Pedro Paulo Leoni Ramos, um amigo seu sem o preparo necessário para a função. O Gabinete Militar e o Estado-Maior das Forças Armadas tiveram o estatuto ministerial modificado e o controle sobre o desenvolvimento de atividades nucleares foi transferido para o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Também foram significativas a cerimônia de fechamento do campo de provas nucleares localizado na Serra do Cachimbo, Pará, administrado pela Aeronáutica, em setembro de 1990, e a assinatura de acordos de cooperação nuclear com Argentina que impediam a fabricação da bomba atômica, submetendo o *Programa Nuclear Paralelo* aos preceitos do artigo 21 da Constituição de 1988, (“toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional”).

Vale dizer que até o início dos anos 90, cada uma das três Forças desenvolvia um programa nuclear autônomo com objetivos próprios consonantes com suas prioridades estratégicas. Os esforços da Marinha e da Força Aérea estavam voltados prioritariamente para projetos militares específicos: a Marinha visava dominar a tecnologia nuclear para construir o submarino a propulsão nuclear; à Força Aérea interessava o domínio dessa tecnologia para aplicá-la no setor aeroespacial. Já o Exército almejava dominar o ciclo nuclear, provavelmente, para viabilizar a construção da bomba atômica – hipótese que as duas outras Forças também não descartavam.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> Mais informações sobre o Programa Nuclear Paralelo ver: Michael Barletta, “The Military Nuclear Program in Brazil” *Center for International Security and Arms Control*, August 1997.

Dentre os novos interlocutores das Forças Armadas, certamente o segmento que teve o relacionamento mais tenso com os ministros militares durante o governo Collor foi a imprensa.

Em novembro de 1991, o jornal *O Globo* denunciou que uma licitação do Ministério do Exército no valor de 130 bilhões de cruzeiros, destinada à compra de fardamento para 218 mil homens, teria cartas marcadas: os preços estariam superfaturados e as empresas vencedoras teriam sido definidas com antecedência.<sup>40</sup>

O procurador José Osvaldo da Silva, da Procuradoria Geral da República, pediu esclarecimentos à Marinha sobre obras que estariam sendo realizadas no Ministério para funcionar como alojamento para os almirantes.<sup>41</sup>

Finalmente, em 1991, durante a Guerra do Golfo, a imprensa brasileira revelou que o Brasil havia vendido urânio enriquecido para o Iraque no começo dos anos 80, e que um grupo de técnicos em mísseis da Força Aérea Brasileira estiveram no Iraque um ano antes da guerra. O grupo aparentemente estava trabalhando na modernização do sistema de mísseis *Scud* e no desenvolvimento de um míssil ar-ar, devido a um acordo entre as Forças Aéreas do Brasil e do Iraque. Na ocasião, o governo brasileiro protestou, dizendo que essas ligações não eram oficiais, repassando a responsabilidades pelos contatos à Força Aérea.<sup>42</sup>

Além disso, a Aeronáutica teve que explicar-se a respeito da compra e reforma de imóveis através de esquemas de favorecimento de oficiais superiores.<sup>43</sup>

Em todos esses episódios, o governo cobrou a rigorosa apuração dos fatos, cabendo aos ministros militares defenderem suas respectivas Forças, sem contar com a mesma complacência que o Executivo havia dispensado a seus antecessores. Mais que a veracidade ou não dos fatos acima citados, interessa ressaltar que pela primeira vez desde o fim da censura e da ditadura militar, as Forças Armadas *enquanto instituição* tiveram sua

---

<sup>40</sup> Revista *Veja*, 30/11/1991.

<sup>41</sup> “Obras no Ministério podem ser suítes para os almirantes”, *O Estado de S. Paulo*, 14/11/91.

<sup>42</sup> “A negra história das relações entre Brasil e Iraque”, *Jornal do Brasil*, 12/08/1990; “Ligações Perigosas”, *Revista Veja*, 08/08/1990.

<sup>43</sup> *Revista Veja*, 05/02/92.

autonomia política contestada, sendo alvo de críticas da sociedade civil, do parlamento, e do Executivo, além de ter que enfrentar denúncias de corrupção, e defender-se como fazem as demais instituições brasileiras, sem nenhum tipo de privilégio, o que certamente abalou os brios da instituição.

Diante de tal conjuntura, é significativo o comportamento legalista dos ministros militares quando Collor foi atingido por série de graves denúncias de corrupção que levaram ao seu *impeachment*. Os ministros militares permaneceram impassíveis, evitando emitir opiniões sobre esse processo. As poucas declarações públicas que os comandantes castrenses fizeram durante crise política de 1992 giravam em torno de um compromisso (genérico) das Forças Armadas brasileiras com o regime democrático e a confiança dos fardados no Judiciário e no Legislativo para conduzir o julgamento, cabendo a Collor defender-se das acusações.<sup>44</sup>

Contudo, apesar do enfrentamento da tutela militar, não houve durante o governo Collor o necessário debate acerca da definição de uma política de Defesa Nacional que orientasse a adoção de novas concepções estratégicas e de uma preparação militar mais adequada ao cenário político nacional e internacional. Na falta de uma política governamental neste sentido, estas concepções continuaram a ser formuladas pelos respectivos Estados-Maiores de cada uma das Forças. Em que pese o fato de Collor ter permanecido no governo por apenas dois anos, não há indícios de que o presidente e sua equipe tivessem intenção de estabelecer diretrizes para a preparação da Defesa Nacional. Consta que os ministros Flores, Tinoco, e Monteiro foram consultados acerca da possível criação de um Ministério da Defesa no governo Collor, e convenceram o presidente eleito de que a criação do Ministério não seria oportuna naquele momento.<sup>45</sup>

No entanto, atribuir apenas à resistência militar a falta de empenho do presidente Collor em elaborar uma política de defesa nacional, não é uma boa explicação, tendo em vista a postura do presidente em relação a outros temas aos quais os militares também eram reticentes, como o programa nuclear paralelo. Além disso, o ministro Flores mostrou-se

---

<sup>44</sup> “Isenção dos militares foi decisiva durante a crise”, *O Estado de S. Paulo*, 14/10/92.

<sup>45</sup> A este respeito ver o depoimento dos ministros militares do governo Collor em: Celso Castro e Maria Celina D’Araujo (org.), *Militares e Política na Nova República*, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

favorável à criação do Ministério, embora essa não fosse a opinião consensual do almirantado na época.

Talvez a falta de empenho de Collor (assim como a de seu sucessor Itamar Franco) em elaborar uma política de defesa nacional explique-se mais pelo fato de que o presidente não tivesse a percepção de que a guerra, de acordo com a máxima de Clausewitz, fosse a continuação da política por outros meios<sup>46</sup> e que, portanto, a *política externa* e a *política de defesa* devessem ser complementares.

As evidências da falta de coordenação entre a política externa brasileira e as concepções de defesa nacional vigentes nesse período são claras, tanto que foram operadas modificações substantivas na condução da política externa brasileira durante o governo Collor (abandonando-se o terceiro-mundismo e buscando-se uma aproximação maior com as grandes potências ocidentais, através dos processos de abertura comercial, liberalização financeira, privatização e renegociação da dívida externa), sem que, no entanto, esse processo fosse acompanhado de uma revisão das premissas que fundamentavam as percepções estratégicas brasileiras. Isso se expressou em vários momentos.

De um lado, os chanceleres brasileiros José Francisco Rezek (1990-1992) e Celso Lafer (1992) valorizaram, nas negociações diplomáticas, temas como a preservação do meio-ambiente, direitos humanos e não-proliferação de armas nucleares, cujo ápice se deu quando o Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio-Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), vista pela diplomacia brasileira como oportunidade para discutir a criação de mecanismos financeiros que possibilitassem aos países em desenvolvimento o estabelecimento de programas de preservação para estancar a deteriorização do meio-ambiente, e uma política de transferência de tecnologias limpas que compatibilizassem o crescimento econômico e a preservação ambiental.<sup>47</sup>

Por outro lado, nos meios militares, fortalecia-se a tese de que as demandas internacionais pela preservação do meio-ambiente e pela demarcação das terras indígenas representavam uma ameaça à soberania nacional, e que as entidades de defesa do meio

---

<sup>46</sup> Carl von Clausewitz, *Da Guerra*, São Paulo: Martins Fontes, 1979, p. 87.

<sup>47</sup> Márcio Jabôr Canizio, op. cit.

ambiente deveriam ser monitoras, juntamente com os outros *inimigos internos* da instituição:

“A efetivação do Parque Yanomami, com autodeterminação política e econômica e domínio do subsolo, um objetivo das campanhas orquestradas pelas já citadas organizações [de defesa ambiental e de proteção dos povos indígenas], acarretará prejuízos à integridade territorial e se constituirá em séria ameaça à soberania nacional.”<sup>48</sup>

“Os elementos encarregados da Segurança Interna terão em oposição um inimigo de caráter abrangente e multifacético, podendo suas ações estarem calcadas ou não, em bases ideológicas”.<sup>49</sup>

Esta situação repetiu-se no subsequente governo de Itamar Franco, com o agravante de que o novo presidente mostrou-se mais comedido que Collor em relação ao enfrentamento da autonomia dos militares<sup>50</sup>, além de não empenhar-se em definir uma política de defesa nacional e a conseqüente reformulação das concepções estratégicas brasileiras.<sup>51</sup>

Os novos ministros militares, Ivan da Silveira Serpa, Zenildo Zoroastro de Lucena e Lélío Lôbo, ao contrário dos titulares anteriores das pastas da Marinha, Exército e Aeronáutica, emitiram opiniões acerca do processo político e do papel que caberia às Forças Armadas nesse processo, principalmente durante o ano de 1993, quando o Congresso Nacional se preparava para iniciar uma revisão constitucional.

Já Itamar Franco, que deveria de fato pronunciar-se a respeito desses temas, em nada contribuiu para esse debate e mostrou-se suscetível a pressões de diversas ordens. Algumas foram bastante negativas, como a dos antigos funcionários do Serviço Nacional de

---

<sup>48</sup> Paulo César Carneiro do Amaral, op.cit., p.09.

<sup>49</sup> Ary Sant’Ana Coutinho e outros, op. cit., p.18.

<sup>50</sup> Samuel Alves Soares analisa a permanência de nichos de autonomia militar nos governos da Nova República em sua tese de doutorado: *Forças Armadas e sistema político na democracia*, Universidade de São Paulo, 2000.

<sup>51</sup> Sobre as relações entre os militares e o presidente Itamar Franco ver: Eliézer Rizzo de Oliveira, *De Geisel a Collor*, op. cit., pp. 314-316.

Informações que buscavam reorganizar a *comunidade de informações* na Secretaria de Assuntos Estratégicos.<sup>52</sup> Outras pressões, contudo, foram extremamente benéficas, como a de parlamentares ligados a organizações de direitos humanos, que reivindicavam a criação de um projeto de lei para a indenização às famílias dos desaparecidos políticos durante a ditadura militar. A discussão sobre os desaparecidos políticos foi reaberta após a descoberta de um cemitério clandestino em Perus, São Paulo, em 1990.<sup>53</sup>

Entre os temas estritamente ligados às concepções de Defesa Nacional, durante o governo Itamar Franco, é importante destacar a criação do projeto SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), que foi suspenso após denúncias de corrupção envolvendo o processo contratual, mas retomado no final da década de 90, e o crescimento substancial da participação dos alistados para o serviço militar obrigatório em atividades cívico-militares.<sup>54</sup> Também é importante lembrar a pequena participação de militares brasileiros em missões de paz, a partir de 1993, em Moçambique, El Salvador, Angola e na ex-Iugoslávia. A propósito, durante esse período, havia uma forte pressão do governo norte-americano para que o Brasil tivesse uma participação maior em tropas de manutenção de paz, seguindo o exemplo da Argentina.<sup>55</sup> Finalmente, deve-se lembrar um tema que ganhou destaque na imprensa: a autorização presidencial para que as Forças Armadas ocupassem as favelas do Rio de Janeiro a fim de coibir o tráfico de drogas, a chamada Operação Rio.<sup>56</sup>

---

<sup>52</sup> “Governo decide recriar Serviço de Informações”, *Jornal do Brasil*, 31/01/93.

<sup>53</sup> “Governo apressa lei sobre desaparecidos”, *Jornal do Brasil*, 05/01/93.

<sup>54</sup> Wendy Hunter, “State and Soldier in Latin America: Redefining the Military’s Role in Argentina, Brazil and Chile”, *Peaceworks* nº 10, <http://www.usip.org/pubs/pworks/state10>, 18/08/1999.

<sup>55</sup> “EUA querem Brasil em operações no Exterior”, *Estado de S. Paulo*, 19/11/1994.

<sup>56</sup> Para maiores informações sobre a Operação Rio e a participação das Forças Armadas em operações internas durante o governo Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso ver: Luís Alexandre Fuccille, *As Forças Armadas e a Temática Interna no Brasil Contemporâneo: uma análise da construção de missões de ordem e segurança internas no período pós-guerra fria*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos São Paulo, 1999.

### ***3.1- A crise de identidade militar e a reformulação das concepções estratégicas brasileiras.***

A crise de identidade militar brasileira que manifestou-se nos primeiros anos da década de 90 se deu em função de um conjunto de mudanças estruturais no contexto internacional e da quebra do padrão de tutela militar sobre o governo. Estas mudanças dizem respeito à visão do governo, parlamento, e sociedade civil sobre as demandas militares e também à visão da instituição militar acerca da sua própria identidade, das identidades dos demais atores e da correspondência dos resultados obtidos com as demandas apresentadas.<sup>57</sup>

Os militares brasileiros foram privados de dois velhos inimigos no começo dos anos 90. Por um lado, com o fim da União Soviética em 1992, o comunismo não poderia mais ser apontado como ameaça à “segurança nacional”, decretando a total obsolescência dos fundamentos estratégicos da Doutrina de Segurança Nacional como parâmetro para a organização da defesa nacional. Por outro, o processo de aproximação com a Argentina eliminava a possibilidade de um conflito armado entre os dois países que havia condicionado a concentração das unidades militares brasileiras no sul do país. Além disso, os temas considerados (pelas potências ocidentais) como novas ameaças à segurança internacional após o fim da União Soviética - narcotráfico, terrorismo, crime organizado transnacional, tráfico de armas, devastação ambiental, corridas armamentistas regionais, conflitos étnicos, correntes migratórias internacionais, desrespeito aos direitos humanos, e proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas de destruição em massa - consolidavam a substituição do conflito leste/oeste pelas tensões norte-sul.

Juntamente com a desagregação do bloco soviético, consolidou-se um novo tipo de organização da economia mundial que levou à adoção de uma agenda de reformas conhecida como “Consenso de Washington”, cujos pontos principais são: austeridade fiscal; abertura comercial e ao investimento estrangeiro direto; liberalização cambial e

---

<sup>57</sup> Eliézer Rizzo de Oliveira, *De Geisel a Collor*, op. cit., p.198.

financeira; desregulamentação; privatização; e redução do papel do Estado.<sup>58</sup> Anthony Giddens acrescenta a esses fatores o surgimento da comunicação mundial instantânea e os relaciona à intensificação do processo de *globalização* definido como:

“A intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e espaço.”<sup>59</sup>

Em termos militares, enquanto fenômeno bélico vinculado ao processo de globalização, a Guerra do Golfo apresentou os novos tipos de equipamentos militares que iriam orientar a condução das guerras tecnológicas: armas teleguiadas, helicópteros anti-tanques, veículos blindados mais protegidos e artilharia massiva, utilizados predominantemente em operações combinadas e conjuntas. Diante de uma opinião pública perplexa, mas ao mesmo tempo admirada com a alegada precisão dos bombardeios “cirúrgicos”, que na verdade não eram tão precisos quanto se acreditava na época, o presidente George Bush anunciou que estava sendo criada uma “nova ordem mundial”.<sup>60</sup>

Este conjunto de mudanças estruturais no contexto internacional, no qual os únicos traços estratégicos estabelecidos eram a instabilidade mundial e a dominação hegemônica dos EUA, preocupava aos militares brasileiros que, como já foi dito anteriormente - desde a década de 80 estavam enfrentando dificuldades para implementar os projetos militares autônomos de cada uma das três Forças. Essa situação se agravou durante as presidências

---

<sup>58</sup> Luciano Coutinho e Luiz Gonzaga da Mello Belluzzo, “Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas” in *Economia e Sociedade*, Campinas, n°7, dezembro de 1996, pp. 129-154.

<sup>59</sup> Anthony Giddens, *As Conseqüências da Modernidade*, tradução de Raul Fiker, Editora UNESP, São Paulo, 1991, pp.69-70.

<sup>60</sup> Sobre os significados políticos da Guerra do Golfo ver: Gwyn Prins, “Seguridad global e intervención militar” in *Dialogo y Seguridad*, n° 4, noviembre de 1997.

de Fernando Collor e Itamar Franco devido aos cortes orçamentários na área de defesa e ao início do processo de privatização.

Os cortes orçamentários na área da defesa praticamente paralizaram projetos caros aos militares, como o Calha Norte, e acirraram a insatisfação das tropas em relação aos soldos. Os ressentimentos em relação ao governo estendiam-se também ao parlamento, cuja pouca atenção dispensada aos assuntos relacionados à defesa nacional reavivou nos fardados um sentimento secular de que os políticos civis não se interessavam pelos temas militares e, conseqüentemente, pelos temas de interesse “nacional”:

“(...) As Forças Armadas não existem para contrariar os interesses nacionais, nem para respaldar decisões de grupos. Elas existem para permitir que a nação tome decisões de interesse de toda essa nação e que as Forças Armadas possam respaldar essas decisões. O que falta atualmente para o país é uma discussão [sobre a temática militar] no Congresso Nacional. O que a nação pretende das Forças Armadas? Então é preciso que a nação tenha a iniciativa de criar essa política de defesa nacional, discutir essa política de defesa nacional e definir o que ela pretende em termos de defesa nacional, porque é isso que as Forças Armadas mais querem. Não vamos fazer essa divisão entre o elemento civil e o elemento militar: **todos nós somos brasileiros e temos as mesmas aspirações, os mesmos objetivos nacionais**. Então é preciso toda a sociedade influenciando; que todos os seus segmentos que tenham representatividade no Congresso Nacional coloquem o que querem das Forças Armadas.”<sup>61</sup>

A falta de uma política governamental para a área militar também propiciou a proliferação de teorias conspiratórias, que iam desde a existência de uma campanha pela internacionalização da Amazônia e a edificação de um “Estado Ianomami” orquestrada pelos países desenvolvidos e apoiada por setores organizados da sociedade civil brasileira, até a descoberta de um complô para dismantelar as Forças Armadas latino-americanas, do qual fariam parte o então presidente do FMI Michel Camdessus, o ex-secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert McNamara, e o ex-Chefe do Estado-Maior do Exército norte-americano e atual secretário da mesma pasta, Colin Powell.

---

<sup>61</sup> Trecho de uma entrevista realizada pela autora com o então Comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, o coronel Augusto Heleno Ribeiro Pereira (atualmente general de brigada) em Campinas dia 03/05/1995. Os grifos são meus.

É bem verdade que desde o fim da guerra fria as sucessivas administrações norte-americanas, sejam elas republicanas ou democratas, vêm pressionando os governos da América Latina para que as Forças Armadas destes países tenham como uma de suas principais missões o combate ao narcotráfico, o que rebaixaria o *status* da instituição e reforçaria o seu papel policial. Também é certo que as questões ecológicas vêm ganhando importância no cenário internacional, assim como a luta pela demarcação das terras indígenas. Mas se realmente, por exemplo, alguns grupos ambientalistas internacionais formularam algumas propostas radicais, não há indícios suficientes para associar essas propostas às políticas oficiais das potências ocidentais, para com base nisso afirmar-se que o Brasil vivia à iminência de uma intervenção internacional como sugerira na época o *stablishment* militar.<sup>62</sup>

O superdimensionamento da questão amazônica neste período fez com que essa polêmica chegasse ao parlamento e lá encontrasse aliados importantes entre os setores nacionalistas e de esquerda<sup>63</sup>, sendo fundamental para o início de um processo de redefinição das concepções estratégicas brasileiras. Porém, a dimensão correta da questão Amazônica só será vislumbrada com clareza pelos setores militares e políticos no final da

---

<sup>62</sup> A respeito da leitura peculiar que os militares brasileiros tinham do cenário nacional e internacional na primeira metade da década de 90, é representativo um trecho do artigo do general Eden Lucas Pereira, que fazia o seguinte diagnóstico da situação nacional e internacional: *“Fragilidade da expressão política nacional com inúmeros partidos sem definição ideológica e todos dependendo de coligações para o acesso ao poder; Facilidade de corromper lideranças políticas para defender qualquer tipo de objetivos, mesmo contrariando interesses nacionais; Desinformação geral da sociedade civil vulnerável ao poder da mídia na formação de opinião com possibilidade de convencimento de massas a objetivos excusos descaracterizados; Inconfiabilidade de grande parte dos formadores de opinião sendo muitos deles avessos às Forças Armadas; Fragilidade econômica nacional e dívida externa; Agenda mundial: redução dos gastos e dos efetivos das Forças Armadas que em países em desenvolvimento devem destinar-se a missões de polícia; Soberania limitada relativa a assuntos de interesse da humanidade – direitos humanos de minorias étnicas; Interesse de parcela das elites nacionais, em particular do meio político em reduzir a capacidade de influência do Poder Militar; Interesse de potências mundiais em entravar o desenvolvimento nacional.”* Eden Lucas Pereira, “Ministério da Defesa – Decorrência da Forma de Governo ou Imposição de Integração das Forças Armadas”, *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, ano X, número 28, 1994, p. 16.

<sup>63</sup> A esse respeito é significativa uma declaração do presidente do PC do B, João Amazonas, para o qual os críticos ecológicos nos países industrializados à destruição da floresta amazônica representam “Cavalos de Tróia, com os quais os conglomerados multinacionais podem penetrar na Amazônia para explorar os recursos minerais e agrários, arrebatando-os da nação brasileira com argumentos ecológicos. *Folha de São Paulo*, 02/03/89.

década de 90, quando a evolução dos conflitos internos na Colômbia colocaram a questão da proteção das fronteiras no norte do país na ordem do dia.

Essa opção estratégica seguramente já é vislumbrada pelo Exército desde o arrefecimento da rivalidade entre o Brasil e a Argentina e tem sua primeira manifestação no projeto Calha Norte. A idéia da Amazônia como a “última fronteira a ser conquistada” é tema recorrente nos estudos geopolíticos produzidos no país e remete a um importante elemento do pensamento militar brasileiro: a convicção de que as Forças Armadas são as avalistas da integração nacional e os principais agentes modernizadores do país. Nesse sentido, quando a Amazônia passa a ser encarada como prioridade para a defesa nacional na década de 90, essa opção estratégica é interessante conceitualmente para a Força, na medida em que lhe permite, mais uma vez, apresentar seus interesses institucionais como “interesses nacionais”.

Para a Aeronáutica, esta inversão estratégica representou, principalmente através do SIPAM<sup>64</sup>, uma nova oportunidade para investir em desenvolvimento tecnológico, já que os cortes orçamentários no setor da Defesa efetuados pelo governo Collor e Itamar estavam dificultando a execução de projetos considerados essenciais pela Força, como a modernização das aeronaves.

“O SIVAM não é um projeto do Ministério da Aeronáutica, e muito menos uma solução exclusiva para os problemas enfrentados pela Força Aérea na Amazônia. Entretanto, através do seu Subsistema de Telecomunicações (...) ele proverá os meios de comunicação necessários ao controle de todas as aeronaves voando naquela região (...) o sistema acima descrito, ao permitir a visualização e controle efetivo do espaço aéreo na Amazônia, liberará o Ministério da Aeronáutica de investimentos com essa finalidade na região, visto que os recursos alocados ao Projeto serão oriundos da Secretaria de Assuntos Estratégicos.”<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> O documento do SIPAM foi consultado na internet: [www.sae.gov.br/cisipam](http://www.sae.gov.br/cisipam), em 08/02/1998.

<sup>65</sup> Entrevista com o Tenente-Brigadeiro-Do-Ar Mauro José Miranda Gandra, então ministro da Aeronáutica, disponível em 08/10/2000 no site da revista da Força Aérea brasileira *Aerovisão*: [www.maer.mil.br/publicacao/Aerovis](http://www.maer.mil.br/publicacao/Aerovis).

Já a Marinha considera a Amazônia mais como fato consumado do que como sopro de vitalidade para suas percepções estratégicas, como pensa o Exército, ou como forma de ter alguns de seus interesses institucionais preservados, como a Aeronáutica, uma vez que a militância dos oficiais heterodoxos da Marinha durante toda a década de 80, e início da década de 90, não foi suficiente para engendrar mudanças substantivas nas concepções estratégicas marítimas brasileiras<sup>66</sup>, que ainda tem como principal referencial a construção de Marinha oceânica que sirva de instrumento de projeção de poder do país no Atlântico Sul. A emergência da Amazônia como prioridade estratégica acabou por impor à Marinha brasileira uma maior presença nas fronteiras norte do país, principalmente em razão da revitalização do Calha Norte.

A mudança mais substantiva e também a mais positiva que a definição das fronteiras amazônicas como prioridade para a Defesa Nacional talvez tenha operado nas concepções estratégicas brasileiras foi a aceitação por parte das três Forças, com maior ou menor grau de convicção, da necessidade da integração operacional entre elas. Essa aceitação, dentre outros aspectos benéficos, foi aos poucos minando as resistências existentes até então na área militar à criação do Ministério da Defesa.

### ***3.2- As “questões militares” na Revisão Constitucional.***

Sobre a atuação do parlamento na redefinição o papel das Forças Armadas neste período são relevantes as propostas revisionais relacionadas à temática militar apresentadas ao Congresso Nacional em 1993.

A Revisão Constitucional que seria realizada em outubro de 1993 estava prevista desde a promulgação da Constituição em 1988, mas foi adiada devido à falta de entendimento entre o governo Itamar Franco, sua base aliada e a oposição, quanto à natureza e a abrangência do processo revisional. Este processo trouxe o debate acerca do papel e das missões militares novamente ao parlamento.

---

<sup>66</sup> Creio que a influência das idéias dos oficiais heterodoxos deu-se mais no plano das relações civis-militares.

Os fardados - repetindo o comportamento de 1988 – definiram estratégias de ação e unificaram o discurso oficial. Os ministros militares expressaram suas opiniões acerca do processo revisional<sup>67</sup>, das atribuições que desejavam manter e dos pontos que pretendiam modificar na atual Constituição, através da imprensa, revistas militares, participações em seminários e de depoimentos na Comissão de Defesa Nacional. Além disso, suas assessorias parlamentares estabeleceram contatos diretos com senadores e deputados, a fim de convencê-los a votar de acordo com os interesses institucionais e políticos dos militares.<sup>68</sup>

Entretanto, a atuação dos ministros militares em 1993 reflete as mudanças políticas ocorridas a partir da Nova República e seus respectivos condicionantes à autonomia política dos militares. Ainda que estes ministros e suas assessorias tenham sido bastante incisivos quanto aos interesses institucionais e políticos que estavam defendendo no processo, a forma como esses interesses foram apresentados à sociedade civil e aos políticos foi mais sutil. O estilo truculento e o discurso ameaçador e impositivo que notabilizaram o ex-presidente João Figueiredo e o ex-ministro do Exército Leônidas Pires foram substituídos por uma maior discrição e um discurso professoral, que buscava “esclarecer”, principalmente através das assessorias parlamentares militares, porque as posições oficiais castrenses seriam as mais acertadas:

(...) porque aqui no nosso trabalho [no Congresso Nacional] nos últimos anos, o que nós tivemos de reações contra as Forças Armadas, ou particularmente contra o Exército, tem um caráter

---

<sup>67</sup> “A voz da caserna”, *O Globo*, 10/04/93; “Militares estão apreensivos com a revisão constitucional”, *Jornal do Brasil* 10/09/93; “Posições para a revisão da Carta” *Correio Braziliense*, 10/09/93; “ Militar é contra criação de Ministério da Defesa”; “ No debate, vantagens e desvantagens do Ministério da Defesa”, *O Globo*, 26/09/93; “Militares tentam manter funções definidas em 88”, *Folha de São Paulo*, 14/10/93; “Militares querem manter pontos da Constituição”, *Correio Popular*, 14/10/93; “Militares na revisão Constitucional”, *Correio Braziliense*, 25/10/93; “General avalia revisão da Constituição”, *Correio Braziliense*, 07/11/93.

<sup>68</sup> “As assessorias parlamentares do Exército, Marinha e Aeronáutica vêm trabalhando diuturnamente para deixar os deputados e senadores informados sobre a conveniência de se manter o atual sistema, considerando mais econômico e condizente com as necessidades de se formar reserva permanente nas FFAA, com a participação de todos os segmentos da sociedade, o que não ocorreria num sistema voluntário. O serviço militar obrigatório, segundo o general Gleuber Vieira, se adequa às peculiaridades do país.” *Correio Braziliense*, 05/11/93.

eminentemente ideológico. Em noventa por cento dos casos [a posição do parlamentar] está baseada em desconhecimento do que sejam as Forças Armadas, ou muitas vezes em desinformação.<sup>69</sup>

Os pontos que os militares gostariam de ver preservados na Constituição eram: a atual missão constitucional das Forças Armadas; a obrigatoriedade do serviço militar; a permanência do Corpo de Bombeiros e das Polícias Militares como Forças Auxiliares do Exército. Quanto ao Ministério da Defesa, os três ministros militares aceitavam que sua criação seria inevitável. No entanto, condicionavam a criação do novo ministério à formulação de uma política de defesa nacional que o fundamentasse e legitimasse. Cabe dizer que esses condicionantes foram levados em conta pelo atual presidente da República Fernando Henrique Cardoso quando decidiu criar o Ministério da Defesa.<sup>70</sup>

Já a principal reivindicação de alteração constitucional era a criação de uma nova categoria profissional, sugerida pelo ex-ministro Bresser Pereira: a de servidor do Estado. A justificativa oficial para a mudança era pautada no fato de funcionários civis e militares exercerem funções distintas. As especificidades da carreira militar seriam a transferência de uma unidade militar para outra, o expediente extra sem remuneração, e a vigência austera da hierarquia e da disciplina. Essa mudança de estatuto também permitiria aos militares conseguirem aumentos de salários diferenciados do resto do funcionalismo e combater a “sindicalização”, ainda que informal, das camadas inferiores castrenses.<sup>71</sup> Essa proposta foi

---

<sup>69</sup> Trecho de uma entrevista realizada por Iara Beleli, Samuel Alves Soares e Paulo César Manduca com o assessor parlamentar do Exército na Câmara dos Deputados, general Sinésio, em 16/12/1997. Esta entrevista faz parte do projeto de pesquisa “*Forças Armadas e Democracia: o papel do Legislativo*”, desenvolvido no Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP de 1997 a 1999 sob a coordenação do Prof. Dr. Eliézer Rizzo de Oliveira. Os grifos são meus.

<sup>70</sup> A esse respeito ver os depoimentos dos ministros militares à Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados no final de 1992: Ministro da Marinha Ivan Serpa, depoimento à Comissão de Defesa Nacional, reunião 367, em 17 de novembro de 1992; Ministro da Aeronáutica Lélvio Viana Lobo, depoimento à Comissão de Defesa Nacional, reunião 412, em 03 de dezembro de 1992; Ministro do Exército Zenildo Lucena, depoimento à Comissão de Defesa Nacional, reunião 433, em 09 de dezembro de 1992. Ver também Gleuber Vieira, “A Missão Constitucional das Forças Armadas”, *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano LXXX, número 760, abr/jun de 1992.

<sup>71</sup> “Militares querem tratamento especial”, *O Estado de S. Paulo*, 20/08/93; “EMFA estuda salários”, *Correio Braziliense*, 01/09/93; “Militares querem mudar de categoria”, *Jornal da Tarde*, 07/09/93; “Militares querem usar revisão para aumentar soldos”, *Folha de São Paulo*, 10/09/93.

apresentada ao Congresso Nacional pelo deputado Haley Margon (PMDB/GO) e pelo então senador Elcio Álvares (PFL/ES) entre outros:

“Art.142- As Forças Armadas constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica são instituições nacionais permanentes e regulares e destinam-se à defesa da Pátria e de seus interesses vitais, à garantia dos poderes constitucionais e por iniciativa de qualquer destes da lei e da ordem.

(...)

2º- O comandante supremo das Forças Armadas é o Presidente da República.

3º- O Estado proverá os adequados recursos para equipamento e aparelhamento das Forças Armadas, os quais serão de, no mínimo 1% do PIB (Produto Interno Bruto), consoante a necessidade de elas estarem aptas ao cumprimento de sua destinação constitucional.

4º- Aos militares das Forças Armadas, como categoria especial de servidores do Estado e da Pátria, são impostos os deveres inerentes à servidão militar (...).”<sup>72</sup>

“Acrescente-se após o art. 142 do atual texto constitucional, um novo artigo, renumerando os subseqüentes, nos seguintes termos:(...)

Os membros das Forças Armadas constituem uma categoria especial de servidores da Pátria e são denominados militares.(...)

A revisão geral ou os reajustes da remuneração dos militares serão propostos pelo Estado-Maior das Forças Armadas ao Presidente da República e aprovados pelo Congresso Nacional (...).”<sup>73</sup>

Durante o ano de 1993, foram enviadas ao Congresso Nacional cerca de setenta propostas relacionadas às Forças Armadas. Como de praxe, não faltou apoio às teses defendidas pelos militares. Já a apresentação de propostas que constituíssem um conjunto de idéias coerentes e articuladas representando uma alternativa às propostas defendidas pelos militares partiram somente do deputado José Genoíno (PT/SP), que diante da decisão do seu partido de não participar do processo de revisão constitucional, teve seus projetos de lei apresentados pelo então deputado federal Roberto Freire (PPS/PE).<sup>74</sup> Suas principais

---

<sup>72</sup> Deputado Haley Margon (PMDB/GO), Proposta Revisional 14870-9.

<sup>73</sup> Senador Elcio Álvares (PFL/ES), Proposta Revisional 16589-2.

<sup>74</sup> “O deputado José Genoíno do PT, em uma de suas emendas (assinadas por parlamentares de outros partidos) propõe a substituição da expressão ‘dos ministros militares’, na composição do Conselho de Defesa Nacional, pela expressão ‘dos ministros encarregados da defesa nacional’, apesar de não estar

propostas eram o fim do serviço militar obrigatório, a criação do Ministério da Defesa, e a transformação do Conselho de Defesa Nacional de um órgão de consulta em órgão de assessoramento do Presidente da República<sup>75</sup>:

“Dê-se ao caput do artigo 91 a seguinte redação:

O Conselho de Defesa Nacional é um órgão de assessoramento do presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos.”

Esta modificação, segundo o deputado, visava o aperfeiçoamento das relações entre a Presidência da República e o Conselho de Defesa Nacional, deixando clara a subordinação deste à presidência. Genoíno também propunha a eliminação da expressão “lei e ordem” do artigo 142 da Constituição<sup>76</sup>:

“Dê-se ao caput do artigo 142 a seguinte redação:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e destinam-se à defesa externa e à defesa da integridade do território nacional e à garantia dos poderes constitucionais.”

De acordo com o deputado:

“A nova redação específica de forma mais clara, e menos subjetiva, a função constitucional das Forças Armadas. Suprime a vaga expressão “defesa da Pátria” e também a expressão “ da lei e da ordem ”. Esta última (...) permite que as Forças Armadas sejam utilizadas para reprimir greves e movimentos políticos por iniciativa de qualquer um dos poderes, até mesmo por iniciativa de um juiz.”

---

*propondo diretamente a criação do Ministério da Defesa, Genoíno acha que está abrindo caminho para a futura criação desse Ministério por meio da legislação ordinária.”. “Genoíno desobedece ao PT e faz 77 emendas”, O Estado de S. Paulo, 12/12/1993.*

<sup>75</sup> Deputado Roberto Freire ( PPS / PE ) Proposta Revisional 4269-4.

<sup>76</sup> Estas teses são apresentadas na publicação do mandato do deputado: José Genoíno, “O que deve mudar nas Forças Armadas”, *Publicação do Mandato*, Brasília-DF: Câmara dos Deputados, 1994.

É certo que a elaboração de um projeto para as Forças Armadas é decorrente da elaboração de um projeto para o país, a partir do qual seja possível definir que tipo de Forças Armadas precisamos ter para respaldá-lo, ou seja, que Política de Defesa iremos adotar. Também é certo que a simples existência de um projeto político não é suficiente para que ele seja implementado: é preciso que esse projeto tenha reconhecimento social. Por isso, a inexistência no país de uma pressão social significativa<sup>77</sup> - como a existente na Argentina - por uma reforma militar, pode ter levado os parlamentares brasileiros que apresentaram propostas revisionais relacionadas com a temática militar a preferirem trabalhar questões que lhes garantissem algum tipo de visibilidade política.

Talvez por isso, o artigo que mais recebeu propostas de alteração foi o 143, que versa sobre a prestação do serviço militar. Em sua maioria, essas propostas sugeriam a substituição do serviço militar obrigatório pelo facultativo, mas por razões distintas.

Havia um grupo de deputados que defendiam o serviço militar facultativo como parte de um projeto de profissionalização das Forças Armadas. O principal argumento utilizado por esses parlamentares era o da baixa eficiência do Exército de conscritos em oposição à maior operacionalidade dos Exércitos profissionais:

“O fim do serviço militar obrigatório implica, necessariamente, a profissionalização das Forças Armadas. Nos Exércitos modernos, onde o fator tecnológico assume cada vez mais importância na definição da capacidade e eficiência militares, observa-se uma tendência no sentido da profissionalização e da especialização. O Exército dos Estados Unidos já adotou esta medida. Análises de especialistas sobre o assunto indicam que os exércitos de conscritos enfrentam muitas limitações na operacionalidade de aparatos bélicos tecnologicamente sofisticados”.<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> Ernesto López ressalta o papel central da sociedade civil argentina no processo de julgamento dos militares envolvidos com a repressão: “Na verdade, as demandas por julgamento vêm da sociedade, não são demandas pleiteadas por parlamentares. São demandas iniciadas individualmente(...) e amplamente divulgadas pelos meios de comunicação e pelas organizações de direitos humanos que articulam um conjunto de demandas da mesma natureza e pressionam o parlamento”. Na visão de López, as iniciativas do parlamento argentino acerca das questões que envolvem as relações civis-militares, também são fortemente orientadas pelas pressões sociais. Informação obtida pela autora em entrevista na Universidade de Quilmes, Argentina, dia 11/11/98.

<sup>78</sup> Roberto Freire (PPS/PE), Proposta Revisional 14246-4/93.

“Não se justifica mais a existência de serviço militar obrigatório. Inúmeros estudos e levantamentos deixam claro que a Forças Armadas, no mundo moderno dependem mais da profissionalização e do equipamento do que de contingente (...).”<sup>79</sup>

“A Guerra das Malvinas e a recente Guerra do Golfo mostraram que a vitória no campo de batalha não sorri ao Exército mais numeroso e sim ao melhor treinado e equipado.”<sup>80</sup>

Outro grupo propunha a atribuição de outras atividades aos jovens alistados que não desejassem prestar o serviço militar. Estas propostas identificavam a prestação do serviço militar como uma forma de cultivo do “patriotismo”, ou de exercício de cidadania. Nesse sentido, Geraldo Alckmin Filho, deputado por São Paulo (PSDB), propôs a permanência do alistamento obrigatório, mas delegava às Forças Armadas a responsabilidade de atribuir um serviço alternativo, de cunho social aos alistados que assim preferissem:

“Não pairam dúvidas acerca da relevância do serviço militar, inclusive como forma de cultivo ao patriotismo.

Até por levar em conta a assertiva feita, é de se considerar a importância da alteração proposta uma vez que objetiva a prestação de serviços relevantes de cunho social, na forma em que se dispuser.

O enorme contingente de necessitados no país está a exigir contínua atenção (...).”

Já o deputado Fábio Feldman (PSDB/SP) apresentou uma proposta elaborada com a colaboração da Fundação Nacional de Ação Ecológica, sugerindo a prestação de serviço alternativo em instituições ligadas à proteção do meio ambiente, estabelecimentos hospitalares ou de ensino público, entidades comunitárias, assistenciais ou beneficentes:

“A presente emenda vai ao encontro das aspirações de parcela significativa da sociedade brasileira, principalmente na faixa etária em que é obrigatório a prestação de serviço militar. Ao mesmo tempo, acompanha a tendência universal de transformações das Forças Armadas, inserindo-as no contexto das sociedades contemporâneas, nas quais surgem novos conceitos de segurança e soberania

---

<sup>79</sup> César Souza (PFL/SC), Proposta Revisional 1060-4/93.

<sup>80</sup> Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE), Proposta Revisional 017162-2/93.

nacional. Dentro dos mesmos, assume dimensão cada vez maior o conceito de segurança ambiental, à medida em que fatos recentes demonstram o grande impacto de eventos de natureza ecológica, atingindo grandes contingentes populacionais, em termos supra-nacionais.

Esta emenda, ainda, insere-se em uma nova concepção de cidadania, na qual muitos jovens brasileiros se encontram dispostos a assumir seus deveres de cidadãos, em atividades de defesa e preservação da vida, bem como na prestação de serviços sociais voltados à melhoria da qualidade de vida da população brasileira (saúde, educação e assistência social, dentre outras).<sup>81</sup>

Por fim, o deputado Aroldo Góes (PDT/AP), orientando-se pelos cortes orçamentários na área de defesa nos países desenvolvidos durante a Guerra do Golfo, propunha o fim do serviço militar obrigatório, porque:

“(...) Não há justificativa plausível para que um país cuja economia apresenta-se combalida mantenha um efetivo de 320.000 homens praticando esportes, financiados pelo sofrimento de milhares de trabalhadores. Não podemos desconsiderar que algumas nações consideradas potências militares, após a recente Guerra do Golfo promoveram a desativação de inúmeras unidades militares, face o imperativo de redução orçamentária (...)”<sup>82</sup>

Curiosamente, o mesmo deputado, na mesma proposta revisional, valendo-se das especulações acerca da internacionalização da Amazônia e da existência de um complô para dismantelar as Forças Armadas latino-americanas, defendeu maiores investimentos na área da Defesa e sugeriu que as principais missões das Forças Armadas em tempos de paz fossem o combate ao narcotráfico, ao saque das riquezas nacionais, ao contrabando e às queimadas:

“(...) preservar a imagem histórica das Forças Armadas perante a opinião nacional, pelo combate integrado de atividades ilícitas e anti-socias (...) valendo-se da infra-estrutura ociosa disponível às Forças Armadas, em tempo de paz, o que ombrearia nossa legislação de defesa as mais avançadas do mundo. Desta forma, poderiam as Forças Armadas estimular e propiciar o combate à delinqüência, ao uso de drogas, e até mesmo a difusão de ‘conceitos doutrinários ou culturais relacionados com o

---

<sup>81</sup> Proposta Revisional 6999-1/93.

<sup>82</sup> Proposta Revisional 002563-9/93.

desenvolvimento do Brasil', conforme declaração do Ministro do Exército (...) As tentativas de internacionalização da Amazônia e o dimensionamento das ações promovidas pelo narcotráfico sobrepõe-se a capacidade de resposta dos órgãos civis do Poder Executivo Federal (...)"<sup>83</sup>

Tuga Angerami (PSDB/BA), seguindo a mesma linha da proposta anterior, sugere a seguinte alteração no artigo 142:

"As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, ao combate ao narcotráfico, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem."

De acordo com o deputado, tal alteração seria necessária porque:

"As seqüelas sociais resultantes do tráfico e consumo de entorpecentes (...) corrompem as instituições, degradam a nacionalidade,(...) deturpam os valores morais. (...) Nosso país situa-se na área geográfica dos grandes produtores mundiais de cocaína (...) estando esta situação a exigir-nos postura rígida, de combate via Forças Armadas para que a angustiante situação hoje vivida (...) nos morros cariocas, não seja transformada, no futuro, em realidade nacional."<sup>84</sup>

Contraopondo-se às propostas que defendiam o envolvimento dos militares no combate ao narcotráfico, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE) propôs a transformação das Forças Armadas em Forças de Auto Defesa. Esta proposta, apesar de polêmica, não mereceu atenção do *lobby* militar:

"(...) apresentar uma emenda à Constituição que pretende transformar o Brasil em um país não beligerante, dentro dos moldes criados pela Constituição do Japão. É o primeiro passo no sentido de formar um Continente livre dos males da guerra e apto aos desafios da manutenção da paz. (...) A América Latina, hoje, corre o risco de se transformar em massa de manobra do Primeiro Mundo.(...)"

---

<sup>83</sup> Proposta Revisional 002563-9/93.

<sup>84</sup> Tuga Angerami (PSDB/BA), Proposta Revisional 5858-8/93.

os [países] subdesenvolvidos (...) serviriam como uma força policial para combater a ação de grupos delinquentes que exploram o narcotráfico. (...) A única solução, para nos afastarmos de turbulências e tormentas não previsíveis, estaria em um sistema de defesa que incluísse a totalidade da América Ibérica para a preservação do nosso direito à não-beligerância.”<sup>85</sup>

Algumas propostas revisionais, seguindo uma determinada tradição política brasileira que tende a militarizar setores civis, levantavam ainda a possibilidade de prestação do serviço militar nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros. Para o deputado Robson Tuma (PL/SP), isto resolveria o problema da escassez de efetivos nas PMs, além de permitir: *“uma melhor integração entre a sociedade, pelos jovens, e o Estado, por seus órgãos.”*<sup>86</sup>

Nesta mesma linha, os deputados Victor Faccioni<sup>87</sup> e Fetter Júnior (PPR/RS) argumentavam que:

“As PMs e os Corpos de Bombeiros Militares (...) Dentre as missões que desempenham, algumas atividades são de fácil execução. Nestas, cidadãos obrigados ao serviço militar, previamente selecionados pelo nível de escolaridade e perfil físico de saúde e psicológico, poderiam atuar em atividades profissionalizantes.

Tal medida, além de desafogar o Exército, Marinha e Aeronáutica, permitiria um contato mais aproximado do jovem brasileiro com os órgãos de segurança pública, encaminhando [a questão] para o relacionamento mais harmônico entre o povo e o Estado, no campo das atividades de segurança.

Por outro lado, teríamos a liberação de efetivos profissionais para as atividades mais árduas dessa nobre missão.

Ao fim do prazo da obrigação teríamos jovens com uma visão mais idealista sobre a preservação da ordem pública e as atividades de defesa civil, com formação fundada nos princípios da hierarquia e disciplina”.<sup>88</sup>

---

<sup>85</sup> Maurílio Ferreira Lima, Proposta Revisional 017192-6. Os ministros militares não acreditavam em sua aprovação “General avalia revisão da Constituição”, *Correio Braziliense*, 07/11/93.

<sup>86</sup> Proposta Revisional 11336/93.

<sup>87</sup> Não há registro sobre o partido do deputado no documento apresentado ao Congresso. Proposta Revisional 6778-8/93.

<sup>88</sup> Proposta Revisional 6266-9/93.

Outro tema abordado foi a desmilitarização da polícia, que é defendida por entidades de direitos humanos e outras instituições da sociedade civil. Essa proposta ganhou força depois de vários episódios sangrentos envolvendo policiais militares: os massacres de 111 presos no presídio do Carandiru, em São Paulo, dos meninos da Candelária e de moradores da favela de Vigário Geral, ambos no Rio de Janeiro.<sup>89</sup>

Os partidários da volta do Serviço Nacional de Inteligência também tiveram seus interesses representados nas propostas revisionais. O deputado João Fagundes (PMDB/RR), por exemplo, propôs a criação de um órgão de inteligência civil, criado por lei como instituição permanente e subordinado diretamente ao Presidente da República, com a finalidade de assessorá-lo, em nível estratégico, nas questões relacionadas com a defesa dos interesses do Estado, das instituições democráticas e da sociedade:

“O Brasil, pela sua dimensão territorial e pujante expressão econômica, política e psicossocial, com crescente inserção no cenário das relações internacionais, não pode prescindir da existência de um Órgão de Inteligência eficiente, que propicie os necessários conhecimentos especializados, no plano estratégico, para melhor alicerçar o Processo Decisório Nacional.”<sup>90</sup>

Finalizando, gostaria de ressaltar que o conjunto de propostas revisionais apresentadas pelos deputados e senadores ao Congresso Nacional para a área de Defesa, refletem, dentre outras coisas, a falta de propostas partidárias para o tema, tanto que congressistas do mesmo partido apresentaram propostas díspares sobre mais de um tema. No PPR, por exemplo, enquanto alguns congressistas apresentavam propostas revisionais pedindo o fim do serviço militar<sup>91</sup>, outros propunham a prestação do serviço militar nas

---

<sup>89</sup> No Congresso, esta proposta foi apresentada pelos seguintes deputados: Reditário Cassol (PSD/RO), Proposta Revisional 10785-6/93; Mauricio Calixto (PFL/RO), Proposta Revisional 9631-8/93; Benedito Domingos (PP/DF), Proposta Revisional 3032-1/93; Edison Fidelis (PSD/RO), Proposta Revisional 10015-1/93; Freire Júnior (PMDB/TO), Proposta Revisional 11731-0/93; Etevalda Grassi de Menezes (PTB/ES), Propostas Revisionais 15927-3/93 e 15928-7/93; Gonzaga Mota (PMDB/CE), Proposta Revisional 10920-6/93; Armando Viola (PMDB/ES), Proposta Revisional 13288-3/93.

<sup>90</sup> Proposta Revisional 012332-8/93.

<sup>91</sup> Apresentaram estas propostas o deputado José Maria Eymael (PPR/SP) Proposta Revisional 14598-1; e o

polícias militares. O PMDB, como se viu, também foi pródigo nesse sentido. Seus deputados pediram desde a transformação das Forças Armadas em forças de auto-defesa até a criação de um órgão de inteligência civil com *status* de instituição permanente. Também é patente o fato dessas propostas revisionais majoritariamente referirem-se a necessidade de um maior envolvimento das Forças Armadas em atividades assistenciais. Este último ponto certamente foi bastante considerado pelos ministros militares.

A visível falta de conhecimento de alguns parlamentares acerca dos temas que estavam tratando, assim como a falta de consenso partidário a respeito deles também não passou despercebida. Com base nessas constatações, os militares intensificaram a atuação das assessorias parlamentares militares, a fim de buscar o apoio do legislativo para temas de seus interesse. A principal estratégia dessas assessorias é negociar pessoalmente com cada um dos parlamentares, no intuito de convencê-los que as demandas por eles apresentadas são de “interesse nacional” e estão acima dos interesses partidários.<sup>92</sup>

Numa série de entrevistas que realizei em Brasília (setembro de 1999) pude constatar que essa estratégia foi bem sucedida<sup>93</sup>. Os congressistas com quem conversei que atuam ou atuaram na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, durante a década de 90, vêem com muita simpatia a atuação das assessorias parlamentares no Congresso, tidas por eles como as mais eficientes e interessadas no bem do país.<sup>94</sup>

senador Louremberg Nunes (PPR-MT) Proposta Revisional 14821-0.

<sup>92</sup> Discursos como o do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) comprovam que o Congresso majoritariamente vê as demandas institucionais dos militares como demandas de “interesse nacional”: “*O Governo Federal começou a desprezar aquela área a partir do ano passado, quando consignou, no Orçamento, zero para o Programa Calha Norte. (...) quando se trata da defesa da Amazônia, despirmo-nos da roupagem partidária para vestir a farda brasileira. (...) se a região não for devidamente integrada, daqui, daqui a algum tempo passaremos a ser vítimas de organizações – cujo rótulo não quero aqui discriminar – que estão, pari passu, colocando os seus tentáculos. (...) grandes países que querem fazer convênios conosco para o combate ao narcotráfico, é como se estivessem buscando uma brecha para atentarem contra nossa soberania. (...)*”, *Diário do Senado Federal*, “Notas taquigráficas”, 22/05/1999.

<sup>93</sup> Referiram-se à eficiência das assessorias parlamentares militares os seguintes deputados e senadores por mim entrevistados: Lúcio Alcântara (PSDB-CE); Jair Bolsonaro (PPB-RJ); Paulo Delgado (PT-MG); José Genoíno (PT-SP); Roberto Jefferson (PTB-RJ); Neiva Moreira (PDT-MA); Pannunzio (PSDB-SP); Luciano Pizzatto (PFL-PR).

<sup>94</sup> Devo minhas hipótese acerca do porquê as assessorias parlamentares militares são encaradas pelos parlamentares como as assessorias mais eficientes à entrevista com Antônio Carlos Pereira realizada por mim e Samuel Alves Pereira na cidade de São Paulo, na sede do Jornal *O Estado de S. Paulo*, em março de 2000.

As ações cívico-militares das Forças Armadas na Amazônia tem um papel fundamental nessa estratégia de convencimento dos parlamentares. Os comentários mais elogiosos são sobre as atividades assistenciais castrenses nas regiões de difícil acesso da floresta. O fato das Forças Armadas serem na maioria dos casos a única instituição do Estado presente nessas regiões transformou-se num grande trunfo dos fardados para negociarem suas demandas com o Congresso, uma vez que são poucos os políticos que vão além da constatação de que os militares tem um papel importante na Amazônia. Além disso, a maioria não tem muito claro o que é função do Estado e o que é função dos militares na Amazônia, legitimando algumas vezes a visão que o Exército tem de si mesmo como agente modernizador. A este respeito cito trechos dos discursos dos senadores Bernardo Cabral (PFL/AM) e Pedro Simon (PMDB-RS):

“(…) É preciso que se trate a Amazônia com mais brasilidade e que se assuma realmente a responsabilidade da manutenção da nossa presença nas fronteiras do país. E aqui digo de conhecimento próprio: há 30 anos eu falava no 5º Batalhão de Engenharia, e hoje, quando já desapareceram as fronteiras militares, somente o Exército é a única presença e mesmo assim em condições bastante precárias, para garantir a nossa região.”<sup>95</sup>

“(…) Tive ocasião de visitar, no Governo Sarney, com o então Chefe da Casa Militar (general Bayma Denys), o Projeto Calha Norte. (...) vi um quartel que, na verdade, é a grande fórmula de ocupação da região. Não é um quartel fechado, mas um quartel aberto, do qual a sociedade participa, no qual a escola recebe alunos, e onde há orientação educacional, orientação agrícola. (...) Durante um século, metade do Exército brasileiro estava na fronteira do Brasil com a Argentina. Temos cidades, como Alegrete, que têm quatro quartéis do Exército; Santiago tem quatro quartéis do Exército. De certa forma, sob um certo ângulo, isso foi altamente positivo, porque houve integração, desenvolveu-se a região, cresceu. (...) se se multiplicasse o projeto Calha Norte; se houvesse ali, de região em região, uma dessas instituições com quartel, com hospital, com casas à sua volta, criando e fazendo nascer uma cidade. Porque ali, em torno nasce uma cidade, há desenvolvimento, progresso, se cresce e avança – e é a grande maneira de se fazer de forma considerável, positiva, é a grande maneira de se

---

<sup>95</sup> Diário do Senado Federal, “Notas taquigráficas”, 25 de março de 1999.

fazer de forma considerável, positiva, é a grande maneira de evitar o tráfico da droga, que, de certa forma, vindo dos países vizinhos, está passando por ali.”<sup>96</sup>

Novamente vem do deputado José Genoíno a apreciação mais lúcida distinguindo o papel do Estado e o papel dos militares na Amazônia:

“(…) nós tínhamos que ter uma reorganização do dispositivo militar nas regiões de fronteira: separar essa defesa militar nas regiões de fronteiras de projetos econômicos, por exemplo, madeireira, mineradora, ou a abertura de estradas, e criar uma estrutura que garanta a presença do Estado Federal na Amazônia, porque a ausência da União na Amazônia é um problema grave, porque nós temos uma presença muito fraca das prefeituras, dos governos estaduais.

Eu acho que a estrutura de polícia federal, de receita federal, de bancos é muito precária naquela região. Então, nós queremos discutir a viabilização, a retomada do projeto Calha Norte com essas revisões. O projeto tem que ter uma finalidade de defesa propriamente dita, do ponto de vista de garantir a presença militar nas regiões críticas de defesa, reforçar a presença militar ao longo da fronteira e ter, ao mesmo tempo, uma presença do Estado não militar naquela região.”<sup>97</sup>

Além das propostas revisionais enviadas ao Congresso, também mereceu a atenção dos militares brasileiros na primeira metade dos anos 90 a reforma militar argentina.

#### **4- A reforma militar argentina e o conceito de segurança não provocativa.**

Em dezembro de 1990 o Presidente Carlos Menem anunciou a implementação de um programa de reforma militar que previa a privatização das empresas que estavam sob controle do Ministério da Defesa argentino, a venda de prédios e imóveis pertencentes às Forças Armadas, a transferência, fusão e fechamento de unidades militares e descentralização da estrutura de apoio logístico, a unificação dos centros de educação e formação militar, a constituição de forças de pronto emprego, e, finalmente, a redução do

---

<sup>96</sup> Diário do Senado Federal, “Notas taquigráficas”, 22 de maio de 1999.

<sup>97</sup> Entrevista com o deputado José Genoíno (PT-SP). O deputado foi membro da Comissão de Relações

efetivos das três Forças. Esta reforma objetivava adequar as Forças Armadas argentinas aos grandes cortes orçamentários<sup>98</sup> e às novas orientações da política externa do país cujas prioridades eram o fortalecimento das relações com os países desenvolvidos através do alinhamento com os Estados Unidos, a distensão diplomática com a Grã-Bretanha evitando a confrontação em foros internacionais sobre a soberania das Ilhas Malvinas, e a aceleração do processo de integração com os países do Cone Sul.

Em função desses objetivos o governo argentino desativou o programa de mísseis Condor II, aderiu ao *Regime de Tecnologia de Mísseis* (MTCR), e ampliou o processo de cooperação nuclear com o Brasil através da assinatura da *Declaração sobre Política Comum de Salvaguardas Nucleares*, de 1990, e do *Acordo de Salvaguardas entre a Agência Internacional de Energia Atômica* (AIEA), de 1991. Nesta última decisão os dois governos comprometeram-se a utilizar a energia nuclear somente com fins pacíficos, evitando fabricarem a bomba atômica. Finalmente, em 1992, constituiu-se a *Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares* (ABACC).

Concomitantemente aos acordos na área nuclear, os presidentes Fernando Collor e Carlos Menem, juntamente com os presidentes do Uruguai e do Paraguai, assinaram em Assunção, em 1991, o *Tratado para a Constituição do Mercado Comum do Sul* (MERCOSUL), que entrou em vigor em 1994.<sup>99</sup>

Outro aspecto relevante da política exterior, durante o primeiro governo Menem, foi a decisão de ampliar a participação das Forças Armadas argentinas em missões

---

Exteriores e Defesa Nacional . A entrevista foi realizada no Congresso Nacional em Brasília 22/09/99.

<sup>98</sup> Em entrevista ao jornal *The New York Times*, o ex-Ministro da Defesa Oscar Camillión (recentemente processado por venda ilegal de armas ao Peru na guerra contra o Equador) afirmou que esses cortes orçamentários foram pautados pela política econômica do governo Menem que objetivava cortar gastos militares desnecessários para criar novos recursos, ou seja a reforma militar era parte da reforma do Estado. "Argentine Military for Rent; Turns Swords into tin cups", *The New York Times*, January 29, 1996.

<sup>99</sup> Este tratado prevê a livre circulação de bens, serviços e produtos entre os países mencionados através da eliminação dos direitos aduaneiros e restrições tarifárias; do estabelecimento de uma tarifa externa comum; da adoção de uma política comercial comum em relação à outros Estados ou blocos econômicos; da coordenação de posições macroeconômicas e setoriais (comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial, de capitais, alfandegária, de transportes e comunicações). Para uma boa análise do processo de integração no Cone Sul ver: Mónica Hirst, *Democracia, seguridad e integración: América Latina en un mundo en transición*, Chile: FLACSO, 1996.

internacionais de paz enviando tropas à Bosnia e Chipre. Rut Diamint afirma que além de um instrumento da política exterior, a participação das Forças Armadas argentinas em missões de paz foi significativa para a readequação dos militares ao regime democrático:

“Neste período, as Forças Armadas argentinas eram totalmente repudiadas pela sociedade, e uma maneira de demonstrar sua utilidade e de reabilitá-las foi através das missões de paz, mas isso não foi uma política pensada; a principal intenção das missões de paz era contribuir com a política internacional. Depois foi constatado que essa contribuição era muito positiva para a readequação das Forças Armadas ao regime democrático. Contudo, mais do que pensar nisso, inicialmente, o governo Menem acreditava que os militares poderiam contribuir para a política argentina no cenário internacional, o que também seria uma maneira de não entrar em atrito com as Forças Armadas. Menem sempre teve muito claro que para poder governar deveria evitar conflitos com as Forças Armadas, os sindicatos e as grandes corporações econômicas. Como os governos anteriores haviam falhado por isso, seus colaboradores elaboraram políticas muito claras para poder controlar esse setores.”<sup>100</sup>

Diante dessa nova realidade, a participação em missões de paz passou a condicionar a formação e o treinamento dos militares argentinos:

“What is the mission of the Argentine Army? With the two other Forces, the Argentine Army is an element of deterrence in the defence of the vital interest of the nation. (...) We received a mandate to carry out subsidiary missions that as an Armed Force we fully equipped to. In my opinion, all of them are important, but the most relevant are taking part in peace-keeping operation and giving humanitarian assistance to the community when national or regional emergencies arise.”<sup>101</sup>

Embora as missões de paz tenham amenizado o desprestígio social das Forças Armadas argentinas (que enfrentavam uma forte crise de legitimidade<sup>102</sup>), constituindo-se

---

<sup>100</sup> Informação obtida pela autora em uma entrevista com a professora Rut Diamint da Universidade Torcuato Di Tella – Buenos Aires, Argentina, realizada na Universidade Estadual de Campinas no dia 14/09/1999.

<sup>101</sup> Balza, Martín, “The Argentine Army in the 21<sup>st</sup> Century”, *RUSI Journal*, London, February, 1997.

<sup>102</sup> Sobre os fundamentos da legitimidade Max Weber afirma existir uma autoridade “que se impõe em razão da ‘legalidade’, em razão da crença na validade de um estatuto legal e de uma ‘competência’ positiva, fundada em regras racionalmente estabelecidas ou, em outros termos, a autoridade fundada na obediência,

em um trunfo para que o governo cedesse e atendesse certas demandas militares que em outra situação não seriam atendidas<sup>103</sup>, o conjunto de reformas implementado no primeiro governo de Carlos Menem minou as tradicionais fontes de poder e autonomia dos fardados.

Dois episódios ocorridos no final da primeira gestão menemista foram fundamentais para consolidar esse quadro: o fim do serviço militar obrigatório e o reconhecimento da responsabilidade institucional do Exército pela tortura e morte de cidadãos argentinos durante a ditadura de 1976 a 83.

O fim do serviço obrigatório e sua substituição pelo sistema de voluntariado, teve como mote principal o assassinato do recruta Omar Carrasco em uma unidade do Exército da província de Neuquém, em 1994. O impacto da morte desse jovem reforçou uma rejeição de longa data da sociedade civil argentina em relação ao sistema de conscrição.<sup>104</sup>

A redução no número de reservas mobilizáveis após a implementação do sistema de voluntariado ainda é visto com preocupação pelo Exército:

“Esse sistema foi implementado com bastante rapidez e talvez por uma intenção estritamente política. Adotaram essa mudança em seis meses de estudos e análises. Praticamente implementou-se um novo sistema nesse curto período de tempo, sendo que o outro já tinha quase cem anos no país.

Os resultados [do novo sistema] eu acho que são bons, pensando que são todos voluntários. Quando se pode contar com gente que não está obrigada a cumprir um serviço, é bom, você tem a vantagem de que a pessoa voluntariamente se apresentou para isso.

A desvantagem que eu vejo [no novo sistema] é a falta de reservas instruídas que vai ter o país no futuro, porque normalmente em todos os países as reservas à se mobilizar se nutrem daqueles que passaram pelo serviço militar e que se tornaram especializados em alguma função na artilharia, infantaria e formam parte da reserva.

---

*que reconhece obrigações conformes ao estatuto estabelecido. Tal é o poder, como o exerce o 'servidor do Estado' em nossos dias e como o exercem os detentores do poder que dele se aproximam sob esse aspecto.”*  
Max Weber, *Ciência e Política, Duas Vocações*, São Paulo: Editora Cultrix, 1972, pp.57-8.

<sup>103</sup> Informação obtida em entrevista com a professora Rut Diamint da Universidade Torcuato Di Tella – Buenos Aires, Argentina, realizada na Universidade Estadual de Campinas no dia 14/09/99.

<sup>104</sup> Marcelo Fabián Sain, *Alfonsín, Menem e as relações cívico-militares: a construção do controle sobre as Forças Armadas na Argentina democrática (1983-1995)*, Campinas, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1999.

Há cinco anos implementou-se esse tipo de serviço aqui e não há incorporações [na reserva]. Portanto, não se está alimentando a reserva. Se projetarmos essa situação para vários anos devemos supor que as reservas com que conta o país para sua mobilização seria bastante débil.”<sup>105</sup>

Finalizando, no dia 25 de abril de 1995, o então Comandante do Exército argentino general Martín Balza fez um célebre pronunciamento no qual assumia a responsabilidade institucional do Exército na repressão política durante a última ditadura, e contestava teses muito caras aos militares latino-americanos, como a de que a intervenção militar nos processos políticos é legítima porque as Forças Armadas são a *única* fonte de proteção do Estado contra os riscos de instabilidade institucional:

“Cuando un cuerpo social se compromete seriamente, llegando a sembrar la muerte entre compatriotas, es ingenuo intentar encontrar un solo culpable, de uno o otro signo, ya que la culpa en el fondo está en el inconsciente de la nación toda, aunque resulte fácil depositarla entre unos pocos, para libéramos de ella (...) Nadie está obligado a cumplir una orden inmoral o que se aparte de las leyes y reglamentos. Quien lo hiciera, incurre en una conducta viciosa, digna de la sanción que su gravedad requiera (...) La comprensión de estos aspectos esenciales hacen a la vida republicana de un Estado y cuando ese Estado pelagra, no es el Ejército la única reserva de la Patria, palabras dichas a los oídos militares por muchos, muchas veces.

Por el contrario, estoy firmemente convencido que las reservas que tiene una nación nacen de los núcleos directivos de todas sus instituciones, de sus claustros universitarios, de su cultura, de su pueblo, de sus instituciones políticas, religiosas, sindicales, empresariales y también de sus dirigentes militares. (...) Comprender eso, abandonar definitivamente la visión apocalíptica, la soberbia, aceptar el disenso y respetar la voluntad soberana, es el primer paso (...) para ayudar a construir la Argentina del futuro.”<sup>106</sup>

Vale destacar que o discurso de Balza teve uma grande repercussão internacional, pois trata-se do único desse gênero proferido por um comandante militar latino-americano. A este respeito é bom lembrar que embora os militares brasileiros da Marinha, Exército e

---

<sup>105</sup> Trecho de uma entrevista realizada pela autora com o tenente-coronel Jorge Corlette, assessor parlamentar do Exército no Senado argentino, realizada no Congresso Nacional em Buenos Aires dia 17/11/98.

<sup>106</sup> Secretaria General del Ejército, *Mensaje del JEMGE* “Las secuelas de la lucha contra la subversion”, 25 de abril de 1995.

Aeronáutica discordem quanto à duração da ditadura militar no Brasil, eles nunca renegaram o golpe de Estado de 1964, e nem admitiram o envolvimento institucional das três Forças na tortura.<sup>107</sup> Além disso, a própria missão constitucional das Forças Armadas no Brasil reforça e reflete a auto-imagem dos militares brasileiros como último bastião de defesa do Estado.

Como já foi dito anteriormente, a reforma militar efetuada durante o primeiro governo Menem foi parte de uma reforma do Estado argentino e de um projeto de reinserção da Argentina no sistema internacional. Entretanto, essa reforma, que implicou em profundas mudanças organizacionais nas Forças Armadas argentinas, carecia de um conceito estratégico que orientasse a preparação militar. Como alternativa às antigas concepções estratégicas argentinas, começou a ganhar força o conceito de defesa não-provocativa, ou segurança cooperativa.

Este conceito, surgido na Europa em meados da década de 80, tinha como finalidade reduzir as possibilidades de conflito entre as Forças Militares da OTAN e do Pacto de Varsóvia:

“La actitud de defensa no-provocativa es una política militar de acuerdo con la cual la concepción estratégica militar y operacional, la magnitud y la composición, la organización y el equipamiento, la logística, el adiestramiento, las comunicaciones, y el despliegue del poder militar deben ser tales que sin ambigüedades, sean capaces de defender eficazmente el propio patrimonio territorial, pero, a la vez, y también sin ambigüedades, deben carecer de capacidad para operar ofensivamente más allá de las propias fronteras.

La defensa no-provocativa busca distender una situación de enfrentamiento que cualquier momento puede estallar en conflicto armado, aún cuando ambos bandos hubieran preferido que eso no sucediera. Ella constituye una contribución decisiva para cesar una carrera armamentista basada en mutuos recelos y desconfianzas acerca de las verdaderas intenciones del oponente. Asimismo, esta actitud puede considerarse como una invitación a que el otro bando responda de igual manera, como primer paso para asegurar una paz duradera y fructífera.”<sup>108</sup>

---

<sup>107</sup> A este respeito ver o depoimento dos ministros militares da Nova República em: Celso Castro e Maria Celina D’Araujo (org.), *Militares e Política na Nova República*, op. cit..

<sup>108</sup> Gustavo Carceres, Thomas Scheetz (org), *Defensa No Provocativa: Una propuesta de reforma militar para la Argentina*, Buenos Aires: Editora Buenos Aires, 1995, p. 69.

Este conceito também prevê a eliminação de todos os armamentos considerados ofensivos do ponto de vista da estratégia operacional (aviões de ataque, mísseis de longo e médio alcance, etc.), objetivando convencer o oponente de que esse é um sistema exclusivamente defensivo e que também deveria ser adotado por ele.

Para os adeptos do conceito de defesa não provocativa na Argentina, adotá-lo seria a atitude mais acertada; em primeiro lugar, para o país poder estreitar as relações políticas com o Chile; em segundo lugar, como modelo de segurança cooperativa respaldando a integração econômica do Cone Sul.

Em tempo, é preciso esclarecer que o governo Menem não adotou o conceito de defesa não-provocativa necessariamente nos moldes em que ele foi proposto pelos meios acadêmicos argentinos, ainda que a política de defesa oficial da Argentina neste período incorpore vários de seus aspectos, como a ênfase nas medidas de confiança mútua com os países vizinhos. No *Livro Branco de Defesa Nacional*, publicado em 1999, enfatiza-se que a política de defesa nacional argentina é essencialmente defensiva e voltada para possíveis ameaças externas. A eficácia da estratégia dissuasiva adotada com base nessas assertivas contudo não dependeria de uma capacidade de defesa militar do território argentino, mas do empenho do país em cooperar para segurança internacional através a participação em missões de manutenção da paz, o que acabaria rendendo ao país o *status* de aliado preferencial extra-OTAN.<sup>109</sup>

O conceito de defesa não-provocativa e sua variante que foi adotada como política oficial na Argentina foram veementemente rejeitados pela área militar brasileira que, através de seus representantes em alguns eventos internacionais, expôs a visão da instituição acerca das premissas que deveriam orientar a cooperação militar no continente<sup>110</sup>:

---

<sup>109</sup> República Argentina, *Libro Blanco de la Defensa Nacional*, Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 1999 p. 54-56.

<sup>110</sup> Antonio Carlos Pereira trabalha com a hipótese de que o processo de cooperação militar entre o Brasil e a Argentina teria avançado mais caso o governo argentino não tivesse insistido na proposta de adotar o conceito de defesa não provocativa como fundamento para a criação de um Sistema de Defesa Regional no Mercosul.

“O Exército brasileiro considera ser decisão política de cada país fixar seus efetivos e orçamentos de Defesa, bem como as atribuições das respectivas FFAA, uma vez que a eles cabe analisar os efeitos gerados pelas carências e econômicas sociais e outros males que vêm ameaçando as democracias americanas; as soluções sugeridas devem basear-se na Constituição e concorrer para o respeito aos princípios fundamentais da soberania da autodeterminação e da não ingerência nos assuntos internos de cada país. (art. 4 da Constituição)”<sup>111</sup>

“No convívio interamericano, avultam e se fortalecem os princípios da autodeterminação dos povos, da não intervenção, da igualdade entre os Estados, a defesa da paz e a solução pacífica de conflitos. **A globalização e a integração regional não excluem nem podem afetar a soberania dos Estados**, mas devem valorizar a necessidade de cooperação entre eles para o progresso da humanidade. O Brasil, convivendo harmonicamente com dez países vizinhos, ao longo de mais de quinze mil quilômetros de fronteira terrestre, sem qualquer litígio territorial, é vocacionado para o bom e profícuo relacionamento internacional que mantém com países de todas as partes do mundo. Então, sente-se o Brasil em elevadas condições para tratar de assuntos da defesa, com isenção e de forma bem fundamentada. Nenhum país americano deseja a fraqueza de outro.”<sup>112</sup>

Além das razões acima citadas, pode-se argumentar que a adoção do conceito de segurança cooperativa no Brasil significaria abdicar da construção de sua autonomia estratégica, abandonando projetos militares considerados essenciais pelas três Forças, como a construção do submarino a propulsão nuclear, a aquisição de aviação embarcada para o porta aviões Minas Gerais, de veículos blindados (fundamentais para a implementação dos chamados “núcleos de modernidade” do Exército), e a construção da Aeronave Leve de Ataque (ALX).

---

Informação obtida em entrevista já citada.

<sup>111</sup> Vieira, Gleuber, “Posições e propostas do Exército brasileiro sobre Segurança Hemisférica – Vinculação JID-OEA e Medidas para Fomento da Aquisição de Confiança e Mecanismos de Segurança no Hemisfério Americano”, *Reunião de Pedidos Governamentais sobre Medidas de Fomento, de Confiança e Mecanismos de Segurança*, Buenos Aires, de 14 a 18 de março de 1994. Os grifos são da autora.

<sup>112</sup> Ministério da Defesa, “Discurso do Ministro Chefe do Estado Maior das FFAA do Brasil na II Conferência de Ministros de Defesa das Américas”, *Conferências Ministeriais de Defesa*, San Carlo de Bariloche, outubro de 1996. Os grifos são da autora.

Outros pontos da reforma militar argentina também incomodavam substancialmente os militares brasileiros, na medida em que poderiam suscitar o questionamento da autonomia política castrense no Brasil através do debate sobre os desaparecidos políticos e o reconhecimento da responsabilidade institucional das Forças Armadas na repressão política durante a ditadura. Sobre esse tema é bastante representativo o depoimento do ex-Comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Exército:

“Essa questão dos desaparecidos políticos tem tido um enfoque unilateral. O desaparecido político terá que ser tratado da mesma forma que todos aqueles que foram feridos mutilados e mortos do lado do poder legal da época (...) Se houve uma anistia, ela deve ser para os dois lados (...) só porque na Argentina apareceu alguém dizendo que matou preso político (...) Nós somos um país com uma tradição extremamente conciliadora. As próprias atuações das Forças Armadas em situações políticas comprovam que nós somos muito mais da conciliação do que da luta fratricida, das guerras internas. A revolução de 64 se fez praticamente sem tiros, o que comprova a índole pacifista do brasileiro. (...) Nós temos que seguir o nosso caminho de um povo ordeiro, capaz, tranqüilo e sem ficar revolvendo esses ódios.”<sup>113</sup>

Em suma, as Forças Armadas brasileiras viam com muita preocupação todo o processo pelo qual haviam passado seus pares argentinos, desde o julgamento político da instituição até sua posterior crise de legitimidade e efetiva subordinação ao poder civil, na medida em que essa subordinação significava, entre outras coisas, perder a autonomia para definir as próprias concepções estratégicas. O temor de que se desencadeasse no Brasil um processo parecido seguramente pesou para que os ministros militares cedessem em alguns pontos que não eram essenciais para instituição no intuito de preservar os que realmente lhes eram caros.

Somente após a promulgação da Política de Defesa Nacional, em 1996, no segundo ano do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, as concepções estratégicas brasileiras serão apresentadas num documento governamental. É com base no novo contexto internacional marcado pelo fim da guerra fria, nos condicionantes à autonomia dos militares nos anos 90, e na necessidade de integração operacional das Forças Armadas

---

<sup>113</sup> Coronel Augusto Heleno Ribeiro Pereira. Entrevista realizada por mim em Campinas dia 03/05/1995.

brasileiras decorrente da identificação da Amazônia como principal vulnerabilidade estratégica do país, que se deve analisar esse documento.

A Política de Defesa tem como mérito principal ser o primeiro documento oficial elaborado pelo governo brasileiro a respeito do tema, o que é significativo pois mostra uma postura diferente da gestão de Cardoso nestes aspectos em relação aos de seus antecessores da Nova República. Com sua promulgação, o governo brasileiro assume, pela primeira vez, como sua a responsabilidade de estabelecer as diretrizes que devem orientar a formulação das concepções estratégicas brasileiras e tenta apresentar de forma coordenada a política externa e a política de defesa do país.<sup>114</sup> Outro ponto relevante da Política de Defesa é o reconhecimento de que é necessário aprimorar o nível de integração entre as três Forças em seu preparo e emprego.<sup>115</sup>

Entretanto, o documento tem também várias limitações, levando-se em conta que as concepções estratégicas que ele abriga não foram formuladas em decorrência de novas diretrizes governamentais. Pelo contrário, estas diretrizes incorporaram conceitos arraigados tanto na área militar quanto na diplomática, como o espaço geoestratégico de atuação das Forças Armadas que foi incorporado pela Política de Defesa Nacional, mas já havia sido definido pelos fardados na década de 80:

“Para o Brasil, país de diferentes regiões internas e de diversificado perfil, ao mesmo tempo amazônico, atlântico, platino e do Cone Sul, a concepção do espaço regional extrapola a massa continental sul-americana e inclui, também o Atlântico Sul.”<sup>116</sup>

---

<sup>114</sup> Sobre os significados da promulgação da Política de Defesa Nacional brasileira ver: Eliézer Rizzo de Oliveira, “Política de Defesa nacional e relações civis-militares no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso”, in *Caderno Premissas*, Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos Estratégicos, nº 17-18, maio de 1998, pp. 37-68; e Shiguenoli Miyamoto, “A Política de Defesa Brasileira e a Segurança Regional” in *Contexto Internacional*, número 9, julho/dezembro de 2000, pp. 431-472.

<sup>115</sup> Presidência da República, *Política de Defesa Nacional*, Brasília, 1996, p.9.

<sup>116</sup> Idem *Ibidem*, p.5.

A delimitação desse espaço geoestratégico explicita que as preocupações das áreas militar e diplomática brasileira com a Defesa não se limita à preocupação com a defesa da Amazônia e abarcam interesses estratégicos maiores.

Outro exemplo da permanência de conceitos arraigados encontra-se nos objetivos da Política de Defesa Nacional, dentre os quais destaco a garantia do Estado de Direito e das instituições democráticas e a preservação da coesão e da unidade nacional.<sup>117</sup> Esses objetivos permitem que as Forças Armadas, sobretudo o Exército, continuem preparando-se para combater possíveis “ameaças” à Defesa Interna, ainda que não haja nenhuma menção no documento à preparação militar contra um inimigo interno.

O ex-Ministro da Marinha Mauro César Pereira, rebatendo as críticas de que a política de defesa nacional brasileira seja um documento inócuo afirma que o seu maior mérito é deixar claro “*o que o Brasil não quer fazer*”<sup>118</sup>. Vista por este ângulo, talvez possamos identificar, com mais clareza, na Política de Defesa Nacional brasileira as concepções de Defesa Nacional que permeiam o documento.

Nestes termos as diferenças entre a política de defesa brasileira e argentina são patentes. Primeiramente, o documento enfatiza que “*a expressão militar permanece de importância capital para a sobrevivência dos Estados como unidades independentes*” e que “*não é realista conceber um Estado de razoável porte e influência internacional que possa abdicar de uma força de defesa confiável.*”<sup>119</sup> O documento também enfatiza o caráter *nacional* da Defesa ao afirmar que a postura estratégica que o país adota é dissuasória de caráter defensivo, mas que esse caráter defensivo não implica que, em caso de conflito, as Forças Armadas tenham que se limitar estritamente à realização de operações defensivas. No caso de repelir uma eventual agressão armada, as três Forças tem a prerrogativa de empregar todo o poderio militar necessário, a fim de decidir o conflito no prazo mais curto

---

<sup>117</sup> Idem Ibidem, p.7

<sup>118</sup> Informação obtida por mim em entrevista com o almirante de esquadra Mauro César R. Pereira, ex-Ministro da Marinha. A entrevista foi realizada em Londres no dia 19/07/01 às 15:00.

<sup>119</sup> Presidência da República, *Política de Defesa Nacional*, op. cit., p.5.

possível e com o mínimo de danos à integridade e aos interesses nacionais.<sup>120</sup> Outra diferença fundamental entre a política de defesa nacional brasileira e a argentina está no peso atribuído à participação em missões de paz. Se no caso argentino as missões de paz são um elemento central da sua política de defesa, no caso brasileiro eles ocupam apenas papel marginal.

Finalizando, podemos concluir que a Política de Defesa Nacional brasileira procura afastar-se tanto das propostas de segurança cooperativa, quanto das propostas de rebaixar o *status* das Forças Armadas através, por exemplo, do envolvimento direto e cotidiano da instituição no combate ao narcotráfico. Situando-se num meio termo, esta política busca reforçar o caráter nacional e soberano das decisões governamentais e castrenses a respeito da Defesa Nacional.

---

<sup>120</sup> Idem Ibidem, p. 8

## Conclusão

### Considerações finais

A presente dissertação procurou mostrar que as concepções estratégicas brasileiras vigentes no Brasil da década de 1950 à década de 1990 foram formuladas autonomamente pelos Estados-Maiores das três Forças, sem que houvesse coordenação entre elas e com os setores responsáveis pela formulação da política externa brasileira. Estas concepções estratégicas foram e são fruto da visão que cada uma das Forças construiu ao longo da história política brasileira a respeito de qual deve ser seu papel na organização e preparação da Defesa Nacional. O pensamento positivista, as missões militares estrangeiras e as teorias geopolíticas foram essenciais na construção desses papéis.

Mesmo durante a ditadura de 1964, quando os militares ocuparam o centro do poder do Estado, esta situação não se modificou, e, ao contrário do que se poderia supor, a autonomia institucional das Forças Armadas acirrou-se nesse período.

Também enfatizou-se que o processo de reformulação das percepções estratégicas brasileiras que evidenciou-se na década de 90 foi iniciado autonomamente durante a ditadura militar, sem a coordenação entre as três Forças e sem obedecer necessariamente às diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional. Esta tendência se verificou mais forte principalmente a partir do final da década de 70, quando inicia-se o processo de distensão política e a inflexão terceiro-mundista da política exterior.

O arrefecimento das rivalidades estratégicas com a Argentina e a emergência dos temas ambientais condicionaram em certa medida a já citada reformulação das percepções estratégicas brasileiras. No entanto, a preocupação com a ocupação da Amazônia, que transformou-se em política governamental durante a ditadura, não é fruto da Doutrina de Segurança Nacional e já estava presente nos estudos geopolíticos produzidos nas décadas de 30 e 40.

O novo contexto internacional marcado pelo fim da guerra fria e, conseqüentemente, pelo enfraquecimento dos antigos condicionantes de caráter

ideológico à formulação das concepções estratégica não operou mudanças significativas na orientação tradicional, em particular do Exército, acerca da preparação da defesa interna, ainda que em documentos oficiais como a Política de Defesa Nacional, ou a Concepção Estratégica do Exército (Siplex-4) a afirmação de que existe um inimigo interno a ser combatido tenha sido eliminada. Portanto, as Forças Armadas, principalmente o Exército, continuam trabalhando com a hipótese de que devem preparar-se para uma eventual ação militar contra movimentos sociais, ou outras “forças adversas”. A Operação Rio, que contou com a participação das três Forças, é um bom exemplo da força desta orientação estratégica.

A restauração dos governos civis e o fortalecimento do papel do Congresso na definição das políticas governamentais para a área militar, assim como a liberdade de imprensa, e a emergência das organizações não-governamentais e de representantes da universidade como interlocutores com os quais os militares deveriam dialogar, fez com que os comandantes militares dos governos Collor e Itamar Franco se deparassem com uma nova realidade na qual dificilmente eles poderiam manter um *status* diferenciado das outras instituições do Estado sem que fossem contestados.

Dentre esses novos interlocutores, certamente o Congresso era o que teria maior capacidade de dificultar a implementação dos projetos militares de cada uma das Forças, já que havia adquirido novas e importantes prerrogativas durante a elaboração da Constituição de 1988. Neste aspecto, a atuação das assessorias parlamentares militares será fundamental para garantir a continuidade de projetos caros aos militares, como o Calha Norte e o SIPAM. O sucesso da estratégia das assessorias parlamentares militares em apresentar os *interesses institucionais* das Forças Armadas como *interesses nacionais* garante, em certa medida, o alto grau de autonomia institucional que os militares ainda conseguem manter no país.

Nesse sentido, a volta aos quartéis não significou necessariamente o fim da autonomia militar. De fato, os militares não são mais politicamente autônomos, mas mantêm um elevado grau de autonomia institucional. A Política de Defesa Nacional é o primeiro passo no sentido de restringir essa autonomia, mas caberá ao Ministério da Defesa como órgão implementador da Política de Defesa nacional a árdua tarefa de articular concepções estratégicas que se construíram autonomamente ao longo da história.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

## DOCUMENTOS

ARGENTINA, *Libro Blanco de la Defensa Nacional*, Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 1999.

\_\_\_\_\_, Secretaria General del Ejército, *Mensaje del JEMGE* “Las secuelas de la lucha contra la subversion”, 25 de abril de 1995.

BRASIL, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, *Monografias*.

\_\_\_\_\_, *Anais do Congresso Nacional*, 1993.

\_\_\_\_\_, Escola Superior de Guerra, *Trabalhos Especiais da Escola Superior de Guerra*.

\_\_\_\_\_, Escola Superior de Guerra, *Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro: A Escola, 1998.

\_\_\_\_\_, Estado-Maior da Aeronáutica, *Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira*, 06/07/97

\_\_\_\_\_, Presidência da República, *Política de Defesa Nacional*, Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_, *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Assuntos Estratégicos, *Programa Calha Norte*, acessado em 08/02/98, disponível na internet: <http://www.sae.gov.br/cisipam>.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Assuntos Estratégicos, *Sistema de Proteção da Amazônia*, acessado em 08/02/98, disponível na internet: <http://www.sae.gov.br/cisipam>.

\_\_\_\_\_, Diário do Senado Federal, *Notas taquigráficas*, 25 de março de 1999.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, *Notas taquigráficas*, 22 de maio de 1999.

## **ENTREVISTAS, DEPOIMENTOS E PALESTRAS**

### *Políticos e Assessores*

ALCÂNTARA, Lúcio (PSDB-CE), Brasília, 23/09/1999. Entrevista a Adriana Marques.

BOLSONARO, Jair (PPB-RJ), Brasília, 22/09/1999. Entrevista a Adriana Marques.

DELGADO, Paulo (PT-MG), Brasília, 23/09/1999. Entrevista a Adriana Marques.

GENOÍNO, José (PT-SP), Brasília, 22/09/1999. Entrevista a Adriana Marques.

JEFFERSON, Roberto (PTB-RJ), Brasília, 22/09/1999. Entrevista a Adriana Marques.

MOREIRA, José Guimarães Neiva, (PDT-MA), Rio de Janeiro, 06/07/1999. Entrevista a Adriana Marques.

PANNUNZIO, Antônio Carlos (PSDB-SP), Brasília, 23/09/1999. Entrevista a Adriana Marques.

PIZZATTO, Luciano (PFL-PR), Brasília, 22/09/1999. Entrevista a Adriana Marques.

*Militares*

ANÍSIO, Hélio (coronel-aviador da reserva), Rio de Janeiro, 07/07/1999. Entrevista a Adriana Marques.

CAVALARI, Sérgio (coronel-aviador da reserva), Rio de Janeiro, 09/07/1999. Entrevista a Adriana Marques.

CORLETTE, Jorge (tenente-coronel), Buenos Aires, 17/11/1998. Entrevista a Adriana Marques.

FLORES, Mário César, “Forças Armadas e Democracia”, palestra proferida no Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas, 04/04/1997.

LOBO, Ministro da Aeronáutica Lélvio Viana, depoimento à Comissão de defesa Nacional da Câmara dos Deputados, reunião 412, 03/12/1992.

LUCENA, Ministro do Exército Zenildo, depoimento à Comissão de defesa Nacional da Câmara dos Deputados, reunião 433, 09/12/1992.

PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro (Comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Exército), 03/05/1995. Entrevista a Adriana Marques.

PEREIRA, Almirante de Esquadra Mauro César R. (ex-ministro da Marinha e atualmente Representante Permanente do Brasil junto à Organização Marítima Internacional), Londres, 19/07/2001, Entrevista a Adriana Marques.

SERPA, Ministro da Marinha Ivan, depoimento à Comissão de defesa Nacional da Câmara dos Deputados, reunião 367, 17/11/1992.

SINÉSIO, (general), Brasília, 16/09/1997. Entrevista a Iara Beleli, Paulo César Manduca e Samuel Alves Soares.

SOUZA E MELLO, Marechal-do-Ar Márcio de, “A Aeronáutica no Êsforço Desenvolvimentista”, Conferência Pronunciada na Escola Superior de Guerra, 11/09/1970.

*Acadêmicos e jornalistas*

DIAMINT, Rut, Campinas, 14/09/1999. Entrevista a Adriana Marques.

LÓPEZ, Ernesto, Buenos Aires, 11/11/1998. Entrevista a Adriana Marques.

PEREIRA, Antonio Carlos, São Paulo, março de 2000. Entrevista a Adriana Marques e Samuel Alves Soares.

**JORNAIS E REVISTAS**

*Periódicos estrangeiros:*

*Armed Forces and Society*

*Dialogo y Seguridad*

*Journal of Latin American Studies*

*The New York Times*, 29 de Janeiro de 1996.

*Periódicos nacionais:*

*Aerovisão*

*Assuntos internacionais*

*A Defesa Nacional*

*Caderno Premissas*

*Contexto Internacional*

*Correio Brasiliense*

*Economia e Sociedade*

*Estratégia*

*Folha de São Paulo*

*Impulso*

*Jornal do Brasil*

*Lua Nova*

*O Estado de S.Paulo*

*O Globo*

*Política e Estratégia*

*Revista da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica*

*Revista da ESG (Escola Superior de Guerra)*

*Revista Marítima Brasileira*

*Veja*

## **BIBLIOGRAFIA GERAL**

ÁLVARES, Obino Lacerda (org.), *Estudos de Estratégia*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Editora de Brasília S.A, 1973.

ALVES, Maria Helena Moreira, *Estado e oposição no Brasil: 1964 - 1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARAÚJO, Maria Celina d', e CASTRO, Celso (org.), *Militares e Política na Nova República*, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, *Brasil Nunca Mais*, Petrópolis: Vozes, 1985.

BACKHEUSER, Everardo, *A estrutura política do Brasil*, Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Cia., 1926.

BARRETO, Lima, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, São Paulo: Editora Ática, 1990.

BELLO, José Maria, *História da República (1889-1954), Síntese de Sessenta e Cinco Anos de Vida Brasileira*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

BOURQUINAT, H., *Finance internationale*, Paris: Presses Universitaires de France, col. Thémis, 1992.

CALÓGERAS, João Pandiá, *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1957.

CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walder de, *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Faria*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CARCERES, Gustavo, e SCHEETZ, Thomas (org), *Defensa No Provocativa: Una propuesta de reforma militar para la Argentina*, Buenos Aires: Editora Buenos Aires, 1995.

CARVALHO, José Murilo de, “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”, in *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, *O Brasil republicano, sociedade e instituições (1889 -1930)*, 2º volume, Rio de Janeiro: Difel, 1985.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso, *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CHESNAIS, François, *A mundialização do Capital*, São Paulo: Xamã, 1996.

CLAUSEWITZ, Carl von, *Da Guerra*, São Paulo: Martins Fontes, 1979.

COELHO, Edmundo Campos, *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*, Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1976.

COMBLIN, Joseph, *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da, *Da monarquia à República: momentos decisivos*, São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

DRUMMOND, José Augusto, *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)*, Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEBRAY, Régis, *Revolution in the revolution? The armed struggle and political struggle in Latin America*, New York: Grove Press, 1967.

DRUMMOND, José Augusto, *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FAORO, Raymundo, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, São Paulo: Globo, 1996.

FAUSTO, Boris, *A Revolução de 1930: historiografia*, São Paulo: Brasiliense, 1991.

FERREIRA, Oliveiros S., *Forças Armadas, para quê?*, São Paulo: GRD, 1988.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima, *Os militares e a Revolução de 30*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FIORI, José Luís Fiori, e TAVARES, Maria da Conceição, *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FLORES, Mário César, *Bases para uma política militar*, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

- FONSECA, Leopoldo Nery da, *Geopolítica*, Rio de Janeiro: Bedeschi, 1940.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina, *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, *Tenentismo e aliança liberal (1927-1930)*, São Paulo: Polis, 1978.
- FRAGA, Rosendo, *La Cuestión Militar al finalizar los 90*, Colección Análisis Político 15, Buenos Aires: Editorial Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, 1997.
- FRAGOSO, Augusto Tasso, *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, volume IV, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.
- FUCCILLE, Alexandre, *As Forças Armadas e a Temática Interna no Brasil Contemporâneo: uma análise da construção de missões de ordem e segurança internas no período pós-guerra fria*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, 1999.
- GIDDENS, Anthony, *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- GORBACHEV, Mikhail, *Perestroika, novas idéias para o meu país e o mundo*, São Paulo: Círculo do Livro, 1988.
- GRAMSCI, Antonio, *Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno*, Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1998.
- GUEVARA, Ernesto, *Guerra de Guerrilhas*, São Paulo: Populares, 1980.
- GUGLIAMELLI, Juan Enrique, *Geopolítica del Cono Sur*, Buenos Aires: El Cid, 1979.

GUGLIALMELLI, Juan Enrique, SCHILLING, Paulo R. Schilling, e SANGUINETTI, Julio E., *Una situación Explosiva La Cuenca del Plata*, Buenos Aires: Tierra Nueva, 1974.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado (org.), *A Revolução de 30: textos e documentos*, Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1982.

HIRST, Mónica (org.), *Argentina-Brasil Perspectiva Comparativas y Ejes de Integración*, Buenos Aires, FLACSO e Editorial TESIS, 1990.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, *Democracia, seguridad e integración: América Latina en un mundo en transición*, Chile: FLACSO, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, O Brasil Monárquico, Do Império a República, 2ª edição, 5º volume, Rio de Janeiro: Difel, 1977.

HUNTINGTON, Samuel P., *A ordem política nas sociedades em mudança*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, *A Terceira Onda: a democratização no final do século XX*, São Paulo: Editora Ática S.A, 1994.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, *O soldado e o Estado: Teoria e política das relações entre civis e militares*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

IANNI, Otávio, *A Sociedade Global*, Civilização Brasileira, 1992.

KAYALI, Hasan, *Arabs and Young Turks: Ottomanism, Arabism, and Islamism in the Ottoman Empire, 1908-1918*, Berkeley: The University of California Press, 1997.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco, *Os subversivos da República*, São Paulo: Brasiliense, 1986.

KENNEDY, Paul, *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*; Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LOPES Theodorico, e TORRES, Gentil, *Ministros da Guerra do Brasil (1808-1950)*, Rio de Janeiro, 4ª Edição, 1950.

LÓPEZ, Ernesto, *Ni la ceniza, ni la glória: actores, sistema político y cuetión militar en los años de Alfonsín*, Buenos Aires: Universidad de Quilmes, 1994.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, *Seguridad Nacional y Sedición Militar* Buenos Aires: Editorial Legasa Nueva Información, 1987.

MANDUCA, Paulo César, *As relações Brasil-África do Sul*, Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1995.

MAGNOLI, Demétrio, *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

MATHIAS, Suzeley Kalil, *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*, Campinas: Papyrus, 1995.

MATTOS, Carlos de Meira, *Brasil Geopolítica e destino*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, *A Geopolítica e as projeções do poder*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, *Uma geopolítica pan-amazônica*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MIYAMOTO, Shiguenoli, *Geopolítica e poder no Brasil*, Campinas, SP: Papyrus, 1995.

MONIZ, Luiz Alberto Bandeira, *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil*, Brasília-DF, São Paulo EDUNB, 1993.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes, *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*, Rio de Janeiro: Andersen Editoras, s/d.

MORAES, João Quartim de (org.), *A Tutela Militar*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1987.

NABUCO, Joaquim, *Um Estadista do Império*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de, *La participation politique des militaires au Brésil*, tese de doutorado em Ciência Política, Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, (org.), *Militares: pensamento e ação política*, Campinas-SP: Papyrus, 1987.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, *As Forças Armadas no Brasil*, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, *De Geisel a Collor: Forças armadas, transição e democracia*, Campinas: Papyrus, 1994.

PENNA, Lincoln de Abreu, *O progresso da ordem: o florianismo e a construção da República*, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

PRESTES Anita Leocadia, *Tenentismo pós 30: continuidade ou ruptura?*, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

PROENÇA JÚNIOR, Domício, DINIS, Eugenio, RAZA, Salvador Ghelfi, *Guia de Estudos de Estratégia*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 1999.

RODRIGUES, Lysias, *Geopolítica do Brasil*, RJ: Biblioteca Militar, 1947.

ROUQUIÉ, Alain, (org.), *Os Partidos Militares no Brasil*, Rio de Janeiro: Record, 1980.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, *Poder militar y sociedad política en la Argentina*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1982.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, *Como Renascem as democracias*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, *Extremo Occidente: Introducción a América Latina*, Buenos Aires: Emecé Editores, 1990.

SAIN, Marcelo Fabián, *Los levantamientos carapintada: 1987-1991*, Centro Editorial de América Latina, 1994.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, *Alfonsín, Menem e as relações cívico-militares: a construção do controle sobre as Forças Armadas na Argentina democrática (1983-1995)*, Campinas, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1999.

SCENNA Miguel Angel, *Argentina-Brasil: cuatro siglos de rivalidad*, Buenos Aires: La Bastilla, 1975.

SCHOOYANS, Michel, *Déstín du Bresil*, Gembloux, Duculot, 1973.

SCHULZ, John, “O Exército e o Império”, “A Marinha”, “A Guarda Nacional” e “A Guerra do Paraguai”, in *História Geral da civilização brasileira*, Tomo II, *O Brasil Monárquico*, 4º volume, *Declínio e Queda do Império*, 2ª edição. Rio de Janeiro. Difel, 1977.

SILVA, Alberto, CAULA, Nelson, *Alto del Fuego (AA y Tupamaros)*, 3ª edição, Montevideú, Monte Sexto, 1986.

\_\_\_\_\_, Golbery do Couto e, *Aspectos Geopolíticos do Brasil*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, *Planejamento Estratégico*, Brasília: Editora da UNB, 1981.

\_\_\_\_\_, Hélio, *1931: os tenentes no poder*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_, Maria Beatriz Nizza da (org.), *Nova história da expansão portuguesa*, Lisboa: Estampa, 1986.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho, *O risco da democracia: a intervenção militar na Nova República*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1990.

SOARES, Samuel Alves, *Forças Armadas e sistema político na democracia*, tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck, *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, *Formação Histórica do Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil*, New Haven: Yale University Press, 1973.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, *Os Militares: Da Abertura à Nova República*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TÁVORA, Juarez, *Organização para o Brasil*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959.

THOMPSON, Edward, e outros, *Exterminismo e Guerra Fria*, Brasiliense, 1985.

TORRES, Alberto, *O problema nacional brasileiro; introdução a um programa de organização nacional*, São Paulo: Editora Nacional, 1978.

TRAVASSOS, Mário, *Projeção continental do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

VESENTINI, J. W., *A capital da geopolítica*, SP: Ática, 1986.

VIANNA, Francisco José Oliveira, *Instituições políticas brasileiras*, Rio de Janeiro: Record, 1974.

VIDIGAL, Armando Amorim, *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*, 2ª Edição, Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1983.

VILAS, Carlos M., *América Latina en el Nuevo Orden Mundial*, México: Universidad Nacional Autónoma de México, s/d.

WALDMANN, Peter, VALDÉS, Ernesto Garzón (org), *El poder militar en la Argentina (1976-1981)*, Buenos Aires: Editorial Galerna, 1983.

WESTCOTT, Allan (org.), *Mahan on Naval Warfare: Selections from the Writings of Rear Admiral Alfred T. Mahan*, New York: Dover Publications, 1999.

WEFFORT, Francisco C., *Por que Democracia?*, 3ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1985.

**UNICAMP**  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE